



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**  
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

**MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS**  
**Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica**

**LUÍS CARLOS PEREIRA GONÇALVES**

### **A Fraternidade**

**Análise crítica da Unidade Letiva cinco: a  
Fraternidade do 5º Ano de Escolaridade**

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada  
sob orientação de:  
Prof. Doutor José Carlos Carvalho**

**Porto  
2016**

## Índice

Siglário .....	3
Introdução.....	5
CAPÍTULO I.....	7
O conceito de Fraternidade no Cristianismo e na DUDH .....	7
1.1 Antropologia e Igualdade no Antigo Testamento.....	7
1.1.1 – O Homem, um ser em relação. ....	8
1.1.1.1 – O Homem, um ser em relação com Deus.....	8
1.1.1.2 – O Homem, um ser em relação com o mundo.....	9
1.1.1.3 – O Homem, um ser em relação com os semelhantes.....	10
1.1.2 – O Homem Imagem de Deus.....	11
1.1.3 – O Dom da Vida Humana. ....	14
1.1.4 – A Dignidade Humana. ....	14
1.2 O Homem “Irmão” no Novo Testamento.....	16
1.2.1 – A temática da fraternidade na tradição sinóptica.....	18
1.2.2 – A temática da fraternidade na tradição joanina.....	21
1.2.3 – A temática da fraternidade na tradição paulina.....	22
1.3 A fraternidade no Vaticano II e na DSI.....	25
1.3.1 – O Concílio Vaticano II.....	25
1.3.2 – A Doutrina Social da Igreja. ....	27
1.4 A Fraternidade na DUDH.....	33
1.4.1 – As Grandes Guerras e a DUDH.....	36
1.4.2 – Os Direitos Humanos e a Fraternidade.....	38
1.4.3 – A Antropologia Contemporânea: o personalismo cristão.....	39
CAPÍTULO II.....	42
Análise do programa de EMRC.....	42

2.1 O Ensino Religioso na Europa.....	43
2.2 O Ensino e a EMRC. ....	46
2.2.1 O argumento epistemológico. ....	46
2.2.2 O argumento político-jurídico positivo.....	47
2.2.3 O argumento histórico-político e sociocultural. ....	49
2.2.4 O argumento antropológico, pedagógico e teológico (a educação integral).....	51
2.2.5 Finalidade e natureza da EMRC na escola pública.....	52
2.3 O Programa de 5º Ano.....	54
2.4 A UL 5 – A Fraternidade (programa de 2007). ....	60
2.4.1 As competências. ....	61
2.4.2 Os conteúdos.....	63
2.4.3 As experiências de aprendizagem.....	67
2.4.4 Nível de desenvolvimento psicológico dos discentes.....	68
2.5 A UL 4 – Construir a Fraternidade (programa de 2014). ....	71
2.5.1 As metas.....	71
2.5.2 Objetivos e conteúdos.....	72
2.6 O Estágio. ....	76
2.6.1 A Escola.....	76
2.6.2 A turma. ....	78
Conclusão. ....	80
Bibliografia.....	85
I. Fontes. ....	85
II. Estudos.....	86
III. Textos do Magistério. ....	90

## Siglário

1Cor	Primeira Carta aos Coríntios
Act	Actos dos Apóstolos
Ap	Livro do Apocalipse
AT	Antigo Testamento
BH	Benignitas et Humanitas
CA	Centesimus Annus
CDSI	Compêndio da Doutrina Social da Igreja
CEF	Curso de Educação e Formação
CEP	Conferência Episcopal Portuguesa
CIC	Catecismo da Igreja Católica
Col	Carta aos Colossenses
CV	Caritas in Veritate
DCE	Deus Caritas Est
DENT	Diccionario Exegético Del Nuevo Testamento
DM	Dives in Misericordia
DR	Divini Redemptoris
DSI	Doutrina Social da Igreja
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
EMRC	Educação Moral e Religiosa Católica
EN	Evangelii Nuntiandi
ERE	Ensino Religioso Escolar
Gl	Carta aos Gálatas
Gn	Livro do Génesis
GS	Gaudium et Spes
Jo	Evangelho de S. João
LBSE	Lei de Bases do Sistema Educativo
Lc	Evangelho de S. Lucas
LE	Laborem Exercens
LF	Lumen Fidei
LG	Lumen Gentium
LS	Laudato Si'
Mc	Evangelho de S. Marcos
MM	Mater et Magistra
Mt	Evangelho de S. Mateus
NA	Nostra Aetate

NDC	Nuevo Diccionario de Catequética
NDMC	Nuevo Diccionario de Moral Cristiana
NDTM	Nuevo Diccionario de Teologia Moral
NEE	Necessidades Educativas Especiais
NT	Novo Testamento
ONG	Organização Não Governamental
PP	Populorum Progressio
PT	Pacem in Terris
QA	Quadragesimo Anno
RH	Redemptor Hominis
Rm	Carta aos Romanos
RN	Rerum Novarum
SNEC	Secretariado Nacional de Educação Cristã
SpeS	Spe Salvi
SRS	Sollicitudo Rei Socialis
UL	Unidade Letiva

## Introdução

A presente dissertação insere-se como trabalho final do Mestrado em Ciências Religiosas de Especialização do Ensino de EMRC no Ensino Básico e Secundário do Sistema Educativo Português. O presente trabalho teve, como ponto de partida, a prática do Ensino Pedagógico Supervisionado efetuado com uma turma de quinto ano em que lecionei o programa de EMRC publicado em 2007.

O desafio inicial era escolher uma UL, das cinco que compõem o programa de 5º ano, e desenvolvê-la, criticamente, no plano teórico e depois analisá-la no aspeto pedagógico-didático. Deste modo, escolhi a UL 5 – A Fraternidade. É um tema que vai ao encontro da Antropologia Teológica que foi uma das matérias que mais me marcou aquando da frequência do Curso de Teologia e que também se tornou uma das minhas preferidas para lecionar aos alunos, ao longo da prática docente que já possuo até ao momento presente.

Ao lecionar esta UL, tanto na prática docente como durante o estágio, fiquei com a impressão nítida de que esta ficava aquém do que podia ser feito e dito no campo da Antropologia Teológica. A UL aborda o antepassado comum de todos os seres humanos, a igualdade entre todos que habitamos a mesma casa (o planeta Terra). Seguidamente, versa o tema da Fraternidade Cristã em que fundamenta no facto de que *Ele (Deus) é a origem de tudo quanto existe e, por isso, somos realmente todos irmãos, porque Deus é o Pai de todos os seres humanos, sem exceção alguma.*<sup>1</sup> No seu desenvolvimento, faz uma pequena abordagem do tema e das lutas racistas e xenófobas que aconteceram num passado recente chegando à ONU e à DUDH e apresentando alguns modelos de Fraternidade. No fim, fica um sabor a pouco acerca da fundamentação teológica e cristã da Fraternidade. Parece mais, por outro lado, uma fundamentação para as disciplinas de História e de Ciências da Natureza. Esta será a primeira parte do presente trabalho: aprofundar o tema da Fraternidade no contexto teológico, no sentido de demonstrar o relevo da disciplina de EMRC e a sua principal novidade no Sistema de Ensino Português. Esta é uma forma de trabalhar o tema da Fraternidade, e as suas implicações mais profundas e radicais, que as outras disciplinas do currículo não contemplam.

---

<sup>1</sup> *Caminhos de Encontro*, Educação Moral e Religiosa Católica, 5º ano de escolaridade, Manual do Professor, pág. 162.

Na primeira parte do trabalho, será efetuada uma breve exposição sobre o conceito de fraternidade no AT, de seguida no NT e, posteriormente, na cultura contemporânea e na DSI. Esta primeira parte consiste numa fundamentação teológica da UL que me propus a analisar nesta dissertação.

Na segunda parte, recorreremos à metodologia didática e pedagógica para fazer a análise crítica da UL em causa. Isto permitirá conjugar a investigação com a metodologia aplicada na primeira parte do trabalho. Farei, outrossim, uma breve resenha dos motivos/argumentos que podem fundamentar a presença e a justificação da disciplina nos sistemas de ensino, em especial, no Ensino Português. Seguidamente, será efetuada uma pequena apresentação crítica do programa de EMRC para o quinto ano de escolaridade do Ensino Básico, desenvolvendo, no ponto seguinte, uma crítica mais focada na UL 5 que foi trabalhada e aprofundada, teologicamente, na primeira parte. A UL será analisada em vários aspetos, que vão desde a sua conceção, aos conteúdos e recursos, por vezes, confundidas com as experiências de aprendizagem, e a forma como foram operacionalizadas as competências. Posteriormente, veremos se estas competências estavam ou não adequadas ao nível cognitivo dos alunos, à sua faixa etária, se os conteúdos estão consonantes com a identidade da disciplina, não esquecendo também a dicotomia EMRC e Catequese, uma vez que continuam a ser confundidas pelos alunos e, por vezes, pelos próprios docentes.

Do mesmo modo, farei uma comparação com o programa atual de EMRC, publicado em 2014, mais propriamente com a UL 4 – Construir a Fraternidade.

Por fim, apresento a turma e a escola onde foi desenvolvido o estágio para enquadrar o tema e a prática docente no seu contexto.

# CAPÍTULO I

## O conceito de Fraternidade no Cristianismo e na DUDH

No capítulo 1 farei uma abordagem do tema da Fraternidade na doutrina judaico-cristã começando pelo AT, mais propriamente o livro do Génesis, com os relatos da criação do mundo, dos seres vivos e do homem. Posteriormente, será efetuada um esboço do tema da Fraternidade, a partir do NT, com uma leitura cristológica dos Evangelhos e das cartas Paulinas e do Apocalipse de S. João. Por fim, apresentarei um pequeno estudo, através de um resumo, do prolongamento destes contributos nos ensinamentos da DSI e dos documentos do Concílio do Vaticano II.

### 1.1 Antropologia e Igualdade no Antigo Testamento.

Não encontramos na Bíblia nenhuma definição filosófica, abstrata, de ser humano. Nota-se, também, que nunca foi uma preocupação do autor bíblico apresentar o homem como um ser individual, mas sempre o género humano na sua globalidade. A Bíblia, particularmente, o Livro do Génesis, não sendo um manual de História ou de Ciências Naturais, pretende responder às grandes questões do sentido da vida do Homem.

*(...) A criação reveste-se de uma importância capital. Diz respeito aos próprios fundamentos da vida humana e cristã, porque torna explícita a resposta da fé cristã à questão elementar que os homens de todos os tempos têm vindo a pôr-se: «De onde vimos?» «Para onde vamos?» «Qual a nossa origem?» «Qual o nosso fim?» «Donde vem e para onde vai tudo o que existe?». As duas questões, da origem e do fim, são inseparáveis. E são decisivas para o sentido e para a orientação da nossa vida e do nosso proceder.<sup>2</sup>*

Nos relatos do primeiro livro da Bíblia, deparamos com um ser que é ao mesmo tempo criatura e colaborador do criador, de origem terrena e com vocação para o transcendente, indigente e criado à imagem e semelhança de Deus, dependente do meio que o envolve e declarado rei da criação.<sup>3</sup> É esta polaridade, presente no Livro do Génesis, que faz do homem um ser tão singular e onde radica a sua dignidade.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> CIC 282.

<sup>3</sup> O primeiro capítulo da GS faz uma síntese deste tema. Aborda o tema da imagem de Deus e da fraternidade cristã: *filhos no Filho*, no número 22.

<sup>4</sup> O número 1700, do CIC, afirma que *a dignidade da pessoa humana radica na sua criação à imagem e semelhança de Deus (artigo 1) e realiza-se na sua vocação à bem-aventurança divina (artigo 2)*.

*Esta é a lição da mensagem da criação. Não nos define o ser matéria, nem o resultado de um esboço inteligente, nem o efeito de uma causa final... somos criação de Deus que nos fez do nada. E somo-lo porque ele quer e deseja-o porque é amor. O ato criador é doação amorosa saída da indigência existencial absoluta.*<sup>5</sup>

### **1.1.1 – O Homem, um ser em relação.**

É a qualificação de ser relacional que melhor define a concepção hebraica de homem. Na sua indigência, ele apresenta-se numa tríplice dependência e relação: com Deus, com os seus semelhantes e com o mundo<sup>6</sup>.

#### **1.1.1.1 – O Homem, um ser em relação com Deus.**

Nos relatos bíblicos o Homem tem uma absoluta dependência em relação a Deus. Esta dependência decorre, em primeiro lugar, do facto da própria criação.

*«No princípio, Deus criou o céu e a terra» (Gn 1, 1). É com estas palavras solenes que começa a Sagrada Escritura. É o Símbolo da fé retoma-as, confessando a Deus, Pai todo-poderoso, como «Criador do céu e da terra», «de todas as coisas visíveis e invisíveis».*<sup>7</sup>

Ao ser criado por Deus, o homem fica sempre nesta relação fundamental: Deus está no seu princípio, é aquele que sustenta a sua vida, e é o fim do homem. Para além de lhe dar vida, Deus preocupa-se com o bem-estar do ser humano, criando para ele um meio físico onde se realize em harmonia com os outros seres: um jardim. É neste ambiente, aparentemente idílico, que o homem é situado, com a tarefa de cuidar desse jardim. Um preceito é-lhe dado, mostrando a sua inteira dependência do criador: viver é obedecer a Deus. Esta ligação entre o Criador e a criatura é expressa de uma forma poética e sublime através da imagem do barro nas mãos de um oleiro.

---

<sup>5</sup> Cf. Manuel Lázaro PULIDO, – *El Hombre Lugar de Encuentro con Dios, Reflexiones sobre el hombre y la creación desde una lectura franciscana*, UCP 2012. Texto policopiado, pág.27.

<sup>6</sup> A Encíclica *LS*, do Papa Francisco, no número 66, também aborda esta tríplice relação do ser humano: *As narrações da criação no livro do Génesis contêm, na sua linguagem simbólica e narrativa, ensinamentos profundos sobre a existência humana e a sua realidade histórica. Estas narrações sugerem que a existência humana se baseia em três relações fundamentais intimamente ligadas: as relações com Deus, com o próximo e com a terra.* Na *GS*, penúltimo parágrafo do número 12, também defende que *o homem, por sua própria natureza, é um ser social, que não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os outros.*

<sup>7</sup> CIC 279. Ver também António COUTO, no Livro *Como Uma Dádiva, Caminhos de Antropologia Bíblica*, na página 16, afirma acerca deste texto: *Criar (bara') é um «afazer» só de Deus. É uma coisa tão extraordinária que os autores da Bíblia atribuem essa ação unicamente a Deus: ele é sempre e exclusivamente o sujeito de bara' em todos os textos bíblicos.*

*O seu ser está na mesma relação de dependência e obediência com o criador como o baso com o oleiro que o moldou. O ser humano está nas mãos de Deus como o barro nas mãos do oleiro.*<sup>8</sup>

Dele recebeu a vida e só a conservará na obediência à sua vontade. Trata-se, pois, de uma relação vital por excelência, no mais estrito sentido do termo. Unicamente na comunhão com Deus, fonte da vida, existe vida estável.

### **1.1.1.2 – O Homem, um ser em relação com o mundo.**

A relação do ser humano está bem espelhada no Livro do Génesis (Gn 2, 7): *O Senhor Deus modelou o homem do barro da terra, e insuflou-lhe nas narinas um sopro de vida e o homem tornou-se um ser vivente.* A relação do homem à terra tem a ver com este modelar do barro pelas mãos do oleiro. A este antropomorfismo estão associadas as ideias de caducidade e de fragilidade do ser humano, mostrando como ele também está sujeito às leis da natureza. Além disso, a ideia do Deus oleiro vinca a relação de dependência do homem com o Seu criador. A criatura humana aparece assim harmoniosamente enraizada no mundo natural, o que faz parte da sua existência desde o seu começo até ao seu termo.

Deus, ao criar o homem, não se preocupa em que o homem se torne apenas um ser vivo, mas proporciona-lhe todas as condições para que a sua vida seja uma vida de felicidade. Por isso, o coloca num jardim, ambiente ideal para simbolizar essa mesma felicidade e onde o homem aparece em harmonia com os outros seres. A paz e o bem-estar, porém, não são alcançados de mão beijada, uma vez que o homem tem de guardar e cuidar do jardim (Cf. LS 67<sup>9</sup>). É através do trabalho que o homem toma parte na obra do Criador, tornando-se, também, criador que cuida e guarda todas as criaturas que partilham esse mesmo jardim com o homem. Ao contrário dos gregos, o povo hebreu via o trabalho humano de uma forma digna e positiva.

*O trabalho físico, distante do ideal humanista grego – segundo o qual esse tipo de atividade corresponderia ao servo, ao infra-humano – é algo entendido totalmente isento de toda a conotação negativa, para a antropologia bíblica; o homem não orientava a vida humana sem o trabalho. Desfrutar da terra e trabalha-la são coisas complementares e não opostas.*<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Cf. Juan L. Ruiz de la PEÑA, *Imagen de Dios, Antropología teológica fundamental*, pág. 32.

<sup>9</sup> Enquanto «cultivar» quer dizer lavar ou trabalhar um terreno, «guardar» significa proteger, cuidar, preservar, velar. Isto implica uma relação de reciprocidade responsável entre o ser humano e a natureza.

<sup>10</sup> Cf. Juan L. Ruiz de la PEÑA, *Imagen de Dios, Antropología teológica fundamental*, pág. 32 e 33.

### 1.1.1.3 – O Homem, um ser em relação com os semelhantes.

*Não é bom que o homem esteja só; vou dar-lhe uma ajuda que lhe seja adequada* (Gn 2, 18). Com estas palavras, o Criador declara ter intenção de terminar a obra que tinha iniciado. Quando Deus cria o homem, cria a humanidade e não um ser individual.

*O substantivo «adam» significa o ser humano em geral, a humanidade, e não uma personagem singular chamada Adão.*<sup>11</sup>

Assim, com a mulher, fica completa a criação do ser humano.

*A relação entre Deus e o homem reflete-se na dimensão relacional e social da natureza humana. O homem, com efeito, não é um ser solitário, mas por sua própria natureza, é um ser social, e não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os outros. Em relação a isso, é muito significativo o facto de ter criado Deus o ser humano como homem e mulher (cf. Gn 1, 27). Muito eloquente é, efetivamente, aquela insatisfação que se apodera da vida do homem no Éden, quando lhe resta como única referência o mundo vegetal e animal (cf. Gn 2, 20)! Somente a aparição da mulher, isto é, de um ser que é carne da sua carne e osso dos ossos (cf. Gn 2, 23) e no qual vive igualmente o espírito de Deus Criador, pode satisfazer a exigência do diálogo interpessoal, tão vital para a existência humana. No outro, homem e mulher, reflete-Se o próprio Deus, abrigo definitivo e plenamente feliz de toda a pessoa.*<sup>12</sup>

Deus cria o homem em comunidade e não na solidão. Para se sentir realizado e feliz, o homem não pode viver na solidão. Ele não subsiste sem se relacionar com o mundo envolvente e, logicamente, também com os outros seres, semelhantes a ele. Na mentalidade Bíblica, a morte é entendida como ausência de relações, como um lugar de solidão. A rotura de relações ameaça a vida do homem. Por isso, Deus decide criar-lhe uma companheira. Não é que Deus os tenha feito incompletos, mas criou o homem e a mulher para a comunhão de pessoas, em que cada um pode ser ajuda para o outro, uma vez que são, ao mesmo tempo, iguais como pessoas e complementares enquanto masculino e feminino.<sup>13</sup> *Eis o osso dos meus ossos e a carne da minha carne; ela se chamará mulher, porque foi tomada do homem* (Gn 2, 23). Desta expressão bíblica ressaltam dois aspetos importantes: a semelhança e a diferença entre homem e mulher.

---

<sup>11</sup> Cf. Juan L. Ruiz de la PEÑA, *Imagen de Dios, Antropología teológica fundamental*, pág. 41.

<sup>12</sup> CDSI 110. Acerca deste tema, ler também D. António COUTO, *Como Uma Dádiva, Caminhos de Antropologia Bíblica*, na página 16: *O relato Gn 2 não pretende narrar a criação da mulher depois do homem, mas a criação do homem (há'adam) que só se dá por completo(a) (tôb) quando estão em cena o homem e a mulher.*

<sup>13</sup> Cf. CIC 369-373, 2333 e 2334.

Semelhança, enquanto osso dos meus ossos, afirmação da mesma estrutura e natureza: a carne, mais frágil, e o osso, mais resistente, são dois elementos que simbolizam a totalidade dessa mesma natureza humana. Diferença porque nenhum deles é a totalidade do ser humano, necessitando de se completarem para atingirem maior perfeição. A identidade está também na alteridade. Isto está bem patente no reconhecimento que o homem faz quando olha para a mulher e lhe dá um nome: *Ela será chamada mulher, porque foi tirada do homem!* (Gn 2, 23). Só depois de nomear a mulher, ele dá o nome a si próprio, ou seja, é no reconhecimento da diferença que sabe melhor quem é.

*Acolhendo a mulher, o homem acolhe e assume a sua própria humanidade, distinguindo-se da animalidade. Agora, finalmente, está completo; é humano na comunidade interpessoal, não na solidão existencial. Com a criação da mulher chega ao seu termo a criação do homem.*<sup>14</sup>

Não chega, ao homem, a referência a si próprio para se sentir completo e, conseqüentemente, realizado. O Eu necessita de um Tu. Na antropologia bíblica, o homem só existe enquanto existe para os outros. E é na relação com os outros que o homem se reconhece enquanto homem.<sup>15</sup>

### **1.1.2 – O Homem Imagem de Deus.**

Uma das imagens mais bonitas da antropologia bíblica é a que define o ser humano como *Imagem de Deus*<sup>16</sup>. O relato do Livro dos Génesis apresenta-nos um relato poético desta criação divina que é o corolário de toda a obra iniciada por Deus. A imagem que este relato cria no leitor leva-o a reconhecer logo, à primeira leitura, a distinta dignidade que o homem possui em relação às demais criaturas. Deus dedica-se em exclusivo ao homem.<sup>17</sup> Podia ter feito o homem junto com os outros *animais da*

---

<sup>14</sup> Cf. Juan L. Ruiz de la, PEÑA, *Imagen de Dios, Antropología teológica fundamental*, pág. 39.

<sup>15</sup> Na LS, no número 85, o autor decalca esta ideia. Ele afirma que o *ser humano aprende a reconhecer-se a si mesmo na relação com as outras criaturas: «Eu expresse-me exprimindo o mundo; exploro a minha sacralidade decifrando a do mundo.»*

<sup>16</sup> O CDSI, no número 36, resume a beleza deste texto: *As páginas do primeiro livro da Sagrada Escritura, que descreve a criação do homem e da mulher à imagem e semelhança de Deus (Cf. Gn1, 26-27), encerram um ensinamento fundamental sobre a identidade e a vocação da pessoa humana. Dizem-nos que a criação do homem e da mulher é um ato livre e gratuito de Deus; que o homem e a mulher constituem, porque livres e inteligentes, o tu criado por Deus e que somente na relação com Ele podem descobrir e realizar o significado autêntico e pleno da sua vida pessoal e social; que estes, precisamente na sua complementaridade e reciprocidade, são a imagem do Amor Trinitário no universo criado; que a eles, que são o ápice da criação, o criador confia a tarefa de ordenar segundo o designio do seu Criador a natureza criada (cf. Gn1, 28). Ver também a GS 12.*

<sup>17</sup> Para termos uma visão mais lata e profunda, desta interpretação da leitura do Livro do Génesis, especialmente o primeiro capítulo, vale a pena ler António COUTO, *Como Uma Dádiva, Caminhos de Antropologia Bíblica*, as páginas 17 e 18. O autor interpreta o texto usado no relato fazendo uma análise

terra mas preferiu dedicar-se, somente, ao homem criando-o, não ao acaso, mas, pelo contrário, à sua imagem e semelhança.

*Este «façamos» não é um plural majestático, que não existe em hebraico (...), mas um plural deliberativo ou declarativo. Dada a importância da obra que está para criar, Deus não se limita a pronunciar uma ordem como tinha sucedido até então, mas dando um toque muito pessoal, deus com que fala consigo mesmo, deixando a sua voz ressoar, não fora dele, mas, segundo um modo de dizer muito bíblico, no seu próprio coração. Mas pode ser também que, com este «façamos», Deus fale não apenas a si mesmo, mas também aos homens, para os interpelar a associar como partners na obra da criação.<sup>18</sup>*

O cristianismo recebeu das Escrituras, mais propriamente do AT, a definição de homem como *imagem de Deus*, fazendo dela uma categoria na interpretação do conceito de Homem.<sup>19</sup> O Homem é imagem de Deus. Antes de mais, esta afirmação expressa, sem qualquer dúvida, a superioridade do ser humano em relação ao resto da criação: o homem é criado rei da criação.

*A imagem de Deus, por conseguinte, parece indicar um ser capaz de dialogar com Deus, ou seja, de entrar em relação pessoal com ele, relação que supõe a escuta de um chamamento e a resposta a ele por meio de um compromisso livre.<sup>20</sup>*

O ser humano relaciona-se diretamente com Deus. Entre ele e Deus não existem outros seres intermédios. O homem foi coroado por Deus atribuindo-lhe um poder régio de domínio sobre as outras criaturas. No entanto, não é um poder tirano e absoluto sobre as outras criaturas, mas tem antes uma função representativa: o ser humano representa Deus na criação. Como imagem de Deus, o homem é o seu alter-ego.

---

origem etimológica das palavras no hebraico e o significado simbólico dos elementos do texto em que realça, ainda mais, esta dignidade que é dada ao ser humano: *Então Deus disse: façamos o homem à nossa imagem e semelhança* (Gn 1, 26). *Pois bem, quando se ouve pela oitava vez «E disse Deus» (Gn 1, 26), a cadencia das expressões costumeiras é quebrada, e deparamos com um surpreendente «Façamos (na "seh) o homem ('adam) à nossa imagem e semelhança (kidmütenû), e que ele domine (w'eyirdû)...» (Gn 1, 26)*

<sup>18</sup> António COUTO, *Pentateuco Caminho da Vida Agraciada*, pág. 220.

<sup>19</sup> Cf. Juan L. Ruiz de la PEÑA, *El don de Dios, Antropología teológica especial*, pág. 19. Marciano VIDAL, *Moral de La Persona y Bioética Teológica (Moral de Actitudes, II-1.ª Parte)*, citando Karl Rahner, aborda esta questão para desenvolver o tema do horizonte cristão para a ética da pessoa. Na página 133, o autor afirma que *a pessoa é para o crente "imagem de Deus", "reflexo de Cristo", "presença ativa do Espírito", etc. Deste modo, a dignidade humana "recebe uma importância mais elevada pelo facto de que o homem está chamado a associar-se imediatamente com Deus, que é, simplesmente, o absoluto e o infinito". O Concílio do Vaticano II dedicou um capítulo (o primeiro) da "Gaudium et Spes" ao tema da dignidade da pessoa humana. No cume da dignificação do homem situa-se esta afirmação: "a maior razão da dignidade humana consiste na vocação do homem à união com Deus".*

<sup>20</sup> Cf. Z. FLICK, M. ALSZEGHY, *Antropología Teológica*, pág. 98.

*Este senhorio do homem sobre o mundo não é aristocrático, como ocorria no Egito, onde só o rei é imagem de Deus; o seu sujeito não é um ser humano singular, mas «adam», a humanidade: todos e cada um dos homens, pelo facto de o ser, são imagem de Deus. Por isso, este senhorio será exercido sobre o infra-humano – incluindo os animais – mas nunca sobre o próprio homem.<sup>21</sup>*

Ser criado à imagem e semelhança de Deus distingue o homem das outras criaturas.<sup>22</sup> Contudo, ser semelhante não significa ser igual, o homem não é um clone de Deus. Ser imagem também indica uma distinção entre Deus e o homem: o que é um não é o outro. Deste modo, afirma-se a imanência e transcendência de Deus na existência humana. Assim como a semelhança não poderá significar identidade, também a diferença existente entre Deus e o homem não traduz entidades de costas voltadas um para o outro. A imanência de Deus na existência humana traduz-se numa relação especial e próxima entre Deus e o homem. Sem esta relação próxima, embora respeitando sempre a liberdade da criatura humana, não seria ninguém, e a sua superioridade, também manifestada pela capacidade de criar, deixaria de existir.

O homem é imagem e semelhança de Deus, ou seja, do divino. Deus espelha e repete no homem a sua mesma realidade divina que pode ser interpretada de diversas formas. O homem é imagem de Deus porque fala. Deus cria o homem e os demais seres do Universo mediante a palavra. O homem será imagem de Deus pela palavra: falando, organiza tudo o que existe, num gesto de criatividade. O homem é imagem de Deus porque sabe apreciar: olha para a realidade criada e vê que ela era e é boa. O homem é imagem de Deus porque sabe dominar os animais, exercendo, ao mesmo tempo, o seu reinado sobre o mundo. Também é imagem de Deus porque sabe e pode descansar. Deus organizou o ritmo dos tempos para gozar de um modo festivo no sétimo dia perante a sua obra. Logicamente, o homem torna-se sinal de Deus como sacerdote: governa na ordem da vida, dispõe dos restantes animais e, com eles, eleva a Deus o grito de louvor das criaturas.<sup>23</sup>

Ser imagem de Deus realça, por um lado, a dependência do ser humano a Deus, no qual Ele encontra a sua consistência e razão de ser; por outro, é o próprio Deus que se revela ao homem. É uma relação recíproca em que as partes se comprometem uma

---

<sup>21</sup> Cf. Z. FLICK, M. ALSZEGHY, *Antropología Teológica*, pág. 43.

<sup>22</sup> Esta diferença qualitativa entre o Homem e os restantes seres vivos criados por Deus é já defendida por Santo Agostinho, no século IV da Era Cristã. Ele afirma nas Confissões, na segunda parte do Livro Treze (pág. 370) que *vemos o homem, criado à vossa imagem e semelhança, constituído em dignidade acima de todos os viventes irracionais, por causa da vossa imagem e semelhança, isto é, por virtude da razão e da inteligência.*

<sup>23</sup> Cf. Xavier PIKASA, *Antropología Bíblica, Del árbol del juicio al sepulcro de pascua*, pág. 65, 66 e 67.

com a outra. É um convite à aliança, que parte da iniciativa de Deus, ao qual o ser humano, com as suas capacidades e vontade, não pode deixar de dar resposta, seja ela qual for, negativa ou positiva.

### **1.1.3 – O Dom da Vida Humana.**

Para os cristãos, a vida humana é um Dom de Deus. Esta ideia é logo realçada pelo povo Hebreu nos relatos da criação. Deus é o autor de tudo o que existe e do que tem vida. O tema da criação não se refere apenas ao resultado do ato criador, mas também e, sobretudo, ao projeto de vida que Deus oferece e quer construir com a humanidade. Neste projeto, Deus é a resposta à razão da existência: enquanto criaturas, viemos de Deus, com ele e para ele caminhamos.

Na narração bíblica, a distinção entre o homem e as demais criaturas é evidenciada, especialmente, pelo facto de apenas a sua criação ser apresentada como fruto de uma especial decisão da parte de Deus, de uma deliberação que consiste em estabelecer uma ligação particular e específica com o Criador: *Façamos o homem à nossa imagem, à nossa semelhança* (Gn 1, 26). A vida que Deus oferece ao homem, é um dom, pelo qual Deus participa algo de Si mesmo à sua criatura.

*Porque é «à imagem de Deus», o indivíduo humano possui a dignidade de pessoa: ele não é somente alguma coisa, mas alguém. É capaz de conhecer, de se possuir e de livremente se dar e entrar em comunhão com outras pessoas. E é chamado, pela graça, a uma aliança com o seu Criador, a dar-Lhe uma resposta de fé e de amor que mais ninguém pode dar em seu lugar.<sup>24</sup>*

A vida é um dom e também um empréstimo. Esta vida é oferecida por Deus ao homem para que este encontre o seu caminho, a sua vocação, a sua felicidade.

### **1.1.4 – A Dignidade Humana.**

Uma característica fundamental do homem, que nunca a abandona, é a de ser criatura. Esta é uma dimensão da nossa relação com Deus que nos abraça

---

<sup>24</sup> CIC 357. Na obra *Pentateuco Caminho da Vida Agraciada*, nas páginas 208 e 209, o autor tem uma passagem que ilustra esta dependência e, ao mesmo tempo, a dignidade de toda a criação, especialmente a do Homem: *A criação significa que o homem e o mundo, não sendo o ser absoluto, não se bastam a si mesmos; mas significa ainda que tão-pouco resultam de um qualquer ato de produção, mas antes de um ato ou mandamento de amor gratuito e exigente proposto à liberdade do homem. Neste sentido, a criação, na Bíblia, não é apenas dom de Deus ao homem, mas, mais em profundidade, constituição do homem como «partner» de Deus e a sua interpelação a amar como Deus ama. A criação não é, portanto, um mero dado de facto, mas um e-vento que se ascende sempre que um homem recebe o mundo como dom e se recebe a si mesmo como dom, e, por amor, o dá outra vez e se dá outra vez.*

completamente. Contudo, não somos únicos. Todos os seres vivos que nos rodeiam também são criaturas de Deus. O homem faz parte deste mundo e está inserido nele como um hóspede em casa alheia. O homem é criatura entre as criaturas ainda que neste mundo criado tem uma centralidade indubitável.<sup>25</sup> Esta é uma ideia que começa logo no primeiro livro da Bíblia – Génesis.

A grandeza e a dignidade do homem<sup>26</sup>, a sua natureza única e a sua posição singular no mundo só se podem expressar na conceção bíblica do mundo e do próprio homem através das relações únicas entre esse homem e Deus, criador do mundo. Só Deus é grande e toda a grandeza deve proceder dele.<sup>27</sup>

O relato da criação de Gn 2, 7 demonstra o valor do ser humano para o povo hebreu. Esta visão do homem contrasta com a visão mesopotâmica em que o homem é mau por natureza e criado de restos de deuses maus assassinados pelos ditos deuses bons.

*Descrição de sonho. (Gn 2, 7) Um Deus que modela com as suas mãos o homem da nossa terra pura e fecunda. O húmus, a humildade, o homem. Tecido de húmus, de humildade, modelado e embalado pelas mãos maternais de Deus. Acariciado, animado, mimado, pelo sopro puro de Deus: beijo de Deus no rosto do homem. Eis o homem. Ser homem assim é nascer, viver e morrer «à boca de Deus», sempre com um beijo de Deus, incrível intimidade com Deus.<sup>28</sup>*

A própria imagem de um Deus que modela o homem, com as suas próprias mãos, realça essa mesma dignidade diferente dos outros seres da natureza onde Deus Criador não se empenha tanto na sua criação apesar de ver que tudo é *muito bom* (GN 1, 31). O redator do Genesis confirma essa mesma dignidade com o sopro de Deus nas narinas do homem, colocando-o face a face consigo.

---

<sup>25</sup> Cf. Luis F LADARIA, *Introducción a la Antropología teológica*, pág. 43.

<sup>26</sup> Cf. Werner WOLBERT, *Dignidad Humana*. In NDMC, na pág. 146, faz uma definição do conceito de dignidade humana nos dias de hoje: *hoje, pelo contrário, num contexto jurídico ou ético, quando se fala de «dignidade humana» faz-se referência a algo que convém ao homem como tal, independentemente da sua situação de vida na sociedade, algo que convém a todos os homens de modo igual, e que, além disso, os diferencia das outras criaturas não racionais.*

<sup>27</sup> Cf. Johann AUER, *El mundo, creación de Dios*, Editorial Herder, pág. 251.

<sup>28</sup> António COUTO, *Como Uma Dádiva, Caminhos de Antropologia Bíblica*, pág. 48. Numa outra obra do mesmo autor, *Pentateuco, Caminho da vida agraciada*, na página 48, é ilustrada outra bela imagem que realça a dignidade do ser humano em relação às demais criaturas, realçada no sopro e no «soprar» de Deus nas narinas do homem insuflando-lhe a vida: *Tal é o significado do «soprar» de Deus no rosto do homem, que os rabinos interpretaram como um beijo de Deus. Significativamente, é este «beijo» que, na Bíblia, distingue o homem dos animais. Estes também são modelados a partir do solo, também possuem o hálito da vida e também são chamados seres vivos.*

Estes pequenos excertos espelham a conceção bíblica, a humanidade tem um lado divino, um sopro de Deus, um «beijo» que lhe transmite a respiração, a vida. A vida dos seres humanos é, deste modo, o sopro que Deus insufla nas suas narinas.

*Deus põe a criatura humano no centro e no vértice da criação: no homem (em hebraico, Adam), plasmado com a terra (adamah), Deus insufla pelas narinas o hálito da vida (cf. Gn 2, 7).<sup>29</sup>*

A imagem e semelhança do homem com Deus de Gn 1, 26 exprime, igualmente, o valor do ser humano para o povo hebreu: a especial dignidade e superioridade do homem em relação às outras criaturas. Além disto, o homem torna-se interlocutor de Deus sendo o seu representante perante as demais criaturas e construtor de si mesmo visto ser a única criatura capaz de estabelecer diálogo com o criador.

*A tarefa que é conferida ao homem (representar o criador enquanto imagem sua; exercer, em seu nome, um domínio senhorial e algumas tarefas de governo sobre o resto da realidade criada); (...); a criação fica coroada com o aparecimento de um con-criador.<sup>30</sup>*

Criando o homem, Deus pretendia criar um ser finito, contudo, orientando este para o infinito. O homem, de entre todos os seres da criação, representa na terra a soberania de Deus sobre todos eles.<sup>31</sup>

*O maior pecado que o ser humano possa cometer é o de se esquecer de que é um príncipe.<sup>32</sup>*

## **1.2 O Homem “Irmão” no Novo Testamento.**

O Novo Testamento é o anúncio da salvação encarnada numa personagem histórica concreta, Jesus de Nazaré<sup>33</sup>, a quem Deus constituiu como Cristo e Senhor pela ressurreição. No Novo Testamento tudo é visto e interpretado à luz de Cristo<sup>34</sup>. Neste

---

<sup>29</sup> CDSI. 108

<sup>30</sup> Cf. Juan L. Ruiz de la PEÑA, *Teología de la creación*, pág. 45.

<sup>31</sup> Cf. Wolfhart PANNENBERG, *El destino del hombre*, pág. 27.

<sup>32</sup> António COUTO, *Pentateuco, Caminho da Vida Agraciada*, pág. 225.

<sup>33</sup> Na LS, o Papa Francisco afirma, no número 228, que *Jesus lembrou-nos que temos Deus como nosso Pai comum e que isto nos torna irmãos. O amor fraterno só pode ser gratuito, nunca pode ser uma paga a outrem pelo que realizou, nem um adiantamento pelo que esperamos venha a fazer. Por isso, é possível amar os nossos inimigos.*

<sup>34</sup> O Doutor Jorge Teixeira da CUNHA, na sua obra *Ética Teológica Fundamental*, na página 50, defende que *a liberdade de Jesus é a ação definitiva de Deus no mundo. A partir da interpretação mais decisiva da fé que é a confissão da ressurreição de Jesus, podemos dizer que todos os acontecimentos da história e todas as ações encontram a sua explicação e o seu sentido na referência à geração do Filho de Deus no mundo, acontecida em Jesus. Esta é a perspectiva mais sistemática e mais englobante da teologia.*

sentido, é efetuada uma releitura da História de Salvação. Jesus Cristo é referido como a criatura suprema, perfeita, definitiva; a síntese, vértice de toda a criação pela solidariedade salvífica da sua humanidade. Encarnação e ressurreição de Cristo inserem-se dentro do projeto criador de Deus para levar o homem à sua plenitude.

*Para a fé cristã, a antropologia está em função da cristologia; pois, segundo o Novo Testamento, o que define o ser humano não é um anunciado abstrato nem é «Adão» do Antigo Testamento, mas Jesus Cristo, «a imagem de Deus», o novo e verdadeiro «Adão».*<sup>35</sup>

Cristo é a verdadeira imagem do Pai. O Deus criador do Homem – Adão – é o Pai de Jesus e Cristo é apresentado em comparação com Adão. Para os redatores do Novo Testamento, Jesus Cristo é o verdadeiro homem do qual Adão era o esboço. O Senhor Ressuscitado é o Adão definitivo, o novo princípio da humanidade fundada sobre Jesus Cristo e chamada a partilhar da sua vida. Em Jesus superamos os dois condicionamentos negativos, ainda que de índole muito diversa, que encontramos em Adão: o da limitação e da caducidade e o do pecado.<sup>36</sup>

Com Jesus Cristo, tudo o que o Antigo Testamento nos ensina, ganha um novo significado. Também o conceito de criação do homem à *imagem e semelhança* de Deus passa a ser interpretado a partir de Cristo. Ao revelar o Pai, Cristo torna-se a imagem do Pai por excelência. Ele é a verdadeira *imagem* do Pai.

*Já na vida de Jesus se revela aquela comunhão de Deus com o homem afastado dele. O homem aparece como o ser aceite e amado por Deus à maneira de Jesus e Deus mostra-se através dele como Deus humano.*<sup>37</sup>

O autor que mais desenvolve esta teologia da imagem, no Novo Testamento, é S. Paulo nas suas cartas aos cristãos das comunidades que fundou durante as suas viagens missionárias. Para ele, só Cristo é a imagem verdadeira (Cl 1, 15). Os cristãos são membros do corpo de Cristo, imagem verdadeira de Deus (Gl 3, 26) (1Cor 12, 27). Em

---

*Nenhuma ação criadora e redentora está fora deste âmbito. [...] A ação de Deus no mundo tem o seu começo e o seu termo na ressurreição. Na pessoa de Jesus, acontece a escatologia do mundo, como sua dimensão profunda e sempre futura.*

<sup>35</sup> Cf. Juan L. Ruiz de la PEÑA, *Teología de la creación*, pág. 83. A GS, no início do número 22, afirma que *na realidade, o mistério do homem só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente. Adão, o primeiro homem, era efetivamente figura do futuro, isto é, de Cristo Senhor. Cristo, novo Adão, na própria revelação do mistério do Pai e do seu amor, revela o homem a si mesmo e descobre-lhe a sua vocação sublime.*

<sup>36</sup> Cf. Luis F. LADARIA, *Introducción a la Antropología teológica*, pág. 63.

<sup>37</sup> Jürgen MOLTMANN, *O Homem, mistério a desvendar*, pág. 34.

Cristo, filho de Deus – Pai, os homens são chamados à fraternidade universal porque filhos do mesmo Deus, irmãos com igual dignidade de filhos.

*O eu humano situa-se na fraternidade: o facto de todos os homens serem irmãos não se acrescenta ao homem como uma conquista moral, mas constitui a sua ipseidade.*<sup>38</sup>

O termo *ἀδελφός* (em grego – irmão) aparece trezentas e quarenta e três vezes no NT. Nos evangelhos, o termo refere, principalmente, irmãos de sangue ou carnis. Em Lucas, a condição de irmão carnal aplica-se no sentido transcendente, aplicado ao reino de Deus. Mateus e Marcos refere-se, essencialmente, a irmão na fé. S. Paulo, por sua vez, alude a membros da mesma tribo, do mesmo povo. Contudo, o termo é usado, predominantemente, como discípulos, companheiros de Cristo. Os redimidos em Cristo estão semelhantes a Cristo, o primogênito entre muitos irmãos. Em discurso direto é, frequentemente, usado para referir *irmãos* ou *irmãos amados* (por Deus).<sup>39</sup>

No Cristianismo, a dignidade do Homem reside não só por ser imagem de Deus mas também porque foi redimido por Jesus, no sacrifício da cruz. Com o mistério da Encarnação, Deus faz-se Homem para elevar o Homem a Deus, Cristo faz-se companheiro e irmão para nos levar à dignidade de Filhos de Deus.<sup>40</sup>

*O pai não causa simplesmente o filho. Ser seu filho significa ser eu no seu filho, estar substancialmente nele, sem no entanto nele se manter identicamente.*<sup>41</sup>

Este é a originalidade do cristianismo que complementa a doutrina da imagem e semelhança presente no AT.

### **1.2.1 – A temática da fraternidade na tradição sinóptica.**

O primeiro dado da antropologia do Novo Testamento é o da condição de criatura de Deus. Esta perspectiva está presente nos três primeiros Evangelhos – Sinópticos. O homem recebeu de Deus não só o ser mas também a continuidade da existência. Em todos estes escritos, a pessoa de Jesus que se revela na sua vida pública, mistura-se com o Cristo da fé, o Filho de Deus, Salvador que quer chamar todos os homens a Deus, à sua filiação divina. O evangelho de Marcos sublinha a perspectiva cristológica. Ele apresenta o mistério de Jesus, simultaneamente revelado e oculto na

---

<sup>38</sup> Emmanuel LEVINAS, *Totalidade e Infinito*, pág. 278.

<sup>39</sup> Cf. J. BEUTLER, *ἀδελφός*. In DENT, pág. 85 – 89.

<sup>40</sup> Cf. Xavier ZUBIRI, *El Hombre y Dios*, pág. 332 e 333.

<sup>41</sup> Emmanuel LEVINAS, *Totalidade e Infinito*, pág. 277.

força das suas obras. Para o evangelista, Jesus é reconhecido como *Filho de Deus* desde o início até ao fim. O evangelho de Mateus sublinha Jesus Senhor e Mestre e considera-o numa perspetiva comunitária pois estabelece uma relação entre Jesus e a sua Igreja: esta é enviada a ensinar tudo o que Jesus ensinou. (Mt 16,18) O evangelho de Lucas apresenta Jesus sempre rico em misericórdia e modelo para cada ser humano. Lucas olha para Jesus mediante os factos da sua vida que se atualizam na vida da Igreja.

Os sinópticos olham para Jesus à luz do acontecimento pascal a fim de comunicar aos seus leitores, convidados a voltar ao Jesus narrado nos seus evangelhos, conscientes que Ele é agora o Ressuscitado, o Filho de Deus.

A obra de Marcos é essencialmente teológica pois não pretende ser uma biografia, nem uma narração histórica. O tema fundamental é a Cristologia. Segundo o próprio título, pretende mostrar que Jesus é o Evangelho enquanto que proclama o Reino de Deus e é, também, o Filho de Deus.<sup>42</sup> O Jesus de Marcos é um verdadeiro ser humano: Jesus dorme (Mc 4, 38), o seu conhecimento é limitado (Mc 13, 32), angustia-se (Mc 14, 33); mas como o *Filho de Deus* ele possui também uma dignidade divina que se desvenda nas suas palavras, nas suas obras e nos seus milagres. Para Marcos, Jesus é o “Deus oculto”, isto é, Deus é escondido atrás de sua humanidade, mas Ele torna-se visível ali aos olhos da fé. Neste contexto cristológico, a fraternidade<sup>43</sup>, em Marcos, para além de significar o irmão no sentido estrito, o irmão carnal tem um significado mais lato (Mc 3, 31-33). Nesta mesma passagem, dois versículos depois, Jesus declara que “*quem fizer a vontade de Deus, esse é meu irmão, irmã e mãe*” dando a entender um significado mais abrangente e profundo para o conceito de irmão. Todo aquele que faz a vontade de Deus é seu irmão (Mc 3, 35).

*Os seguidores [de Cristo] não só estão intimamente unidos a Jesus, mas também entre eles, formando uma nova fraternidade (...). Esta fraternidade é real quando os seus membros fazem a vontade de Deus (Mc 3, 35) e vivem na atitude de serviço e de partilha (...).*<sup>44</sup>

Mateus narra a parte central de uma história iniciada no AT e destinada a continuar. Até o conceito de fraternidade, perto do conceito de “próximo”, inspira-se no judaísmo e no AT (Mt 7, 3-5). Ele olha para o passado com as genealogias e as

---

<sup>42</sup> Cf. Rafael Aguirre MONASTERIO, Antonio Rodríguez CARMONA, *Evangelios sinópticos y Hechos de los Apóstoles*, pág. 129.

<sup>43</sup> Traduzido na palavra grega *ἀδελφός* que significa irmão, em português, numa tradução livre do grego.

<sup>44</sup> Cf. Rafael Aguirre MONASTERIO, Antonio Rodríguez CARMONA, *Evangelios sinópticos y Hechos de los Apóstoles*, pág. 145.

inúmeras citações e frases evocativas do Antigo Testamento, investiga o futuro, anunciando que todos serão feitos discípulos através das pregações dos missionários.

*O pensamento teológico de Mateus gira em torno de três vertentes teológicas fundamentais: 1) a da pessoa de Jesus como «Messias» e «Filho de Deus» (cristologia); 2) a da pregação de Jesus centrada no «Reino dos Céus»; 3) a da «Igreja» com tudo o que implica de discipulado, ética e moral.<sup>45</sup>*

Para Mateus, seguindo a linha de Marcos, irmão é o que faz a vontade de Deus (Mt 12, 46-50) para além de designar, igualmente, os irmãos de sangue. Os discípulos são o paradigma deste conceito pois deixaram família, casa, e bens para seguir Jesus (Mt 19, 29)<sup>46</sup>. Em Mt 25, 40, Jesus define como seus irmãos os *meus irmãos mais pequeninos*, os mais frágeis da sociedade que precisam dos membros da comunidade cristã.

*Mt ao acrescentar ἀδελφός, transformou as palavras de Jesus numa instrução sobre o comportamento que os membros da comunidade deviam seguir. ἀδελφός converte-se aqui em irmão na fé com o mesmo sentido que em Mt 5, 47; 23, 8.<sup>47</sup>*

Uma análise do conteúdo do evangelho de Lucas revela que o autor envolve-nos com uma história de salvação dividida em vários períodos na qual o leitor se deve situar. Apresenta-nos, em concreto, esta história como um caminho profético e salvador, delineado e conduzido por Deus Pai, o protagonista que oferece a salvação, por meio do Espírito Santo e dos profetas, os do Antigo Testamento, Jesus e a Igreja, povo de profetas<sup>48</sup>. A sua finalidade é mostrar que o plano de Deus realiza-se de maneira escatológica na pessoa de Jesus, nosso irmão. Lucas, na genealogia, apresenta Jesus como o filho de Adão e conseqüentemente, irmão de toda a humanidade (Lc 3, 23-38). Em Lucas, Jesus afirma o valor indiscutível da pessoa humana, qualquer que seja a sua condição específica, exatamente porque é amada por Deus, pois, *no entanto, nenhum deles é esquecido diante de Deus! Até mesmo os cabelos da vossa cabeça estão todos contados. Não tenhais medo; pois valeis mais do que muitos pardais...* (Lc 12, 7). Em Lucas, tal como os outros sinóticos, aplica-se o termo irmãos para irmãos de sangue

---

<sup>45</sup> Joaquim Carreira das NEVES, *Evangelhos Sinópticos*, pág. 364.

<sup>46</sup> Cf. Rafael Aguirre MONASTERIO, Antonio Rodríguez CARMONA, *Evangelios sinópticos y Hechos de los Apóstoles*, pág. 242: *A Igreja é uma fraternidade que conta sempre com o seu Senhor. O mesmo Jesus chama “meus irmãos” aos seus discípulos (28,10). Os que cumprem a vontade do seu Pai celestial formam a nova família de Jesus (12, 46-50).*

<sup>47</sup> Cf. J. BEUTLER, ἀδελφός. In DENT, pág. 87.

<sup>48</sup> Cf. Rafael Aguirre MONASTERIO, Antonio Rodríguez CARMONA, *Evangelios sinópticos y Hechos de los Apóstoles*, pág. 321.

mas, igualmente, para todos os que fazem a vontade de Deus são irmãos de Jesus, filhos de Deus Pai (Lc 8, 19-21).

*Também em Lc a condição de irmão carnal aplica-se no sentido transcendente ao reino de Deus (cf. 12, 13s; 14, 12-26).<sup>49</sup>*

Quem, por amor de Jesus e do evangelho, abandona os irmãos, a casa e os bens recebe-os novamente e em abundância neste mundo e no próximo (Lc 18, 29-30). O irmão também se identifica com o nosso próximo, inspirado na parábola do *Bom Samaritano* (Lc 10, 29-37), e aquele que precisa do nosso perdão (Lc 17, 3).

### **1.2.2 – A temática da fraternidade na tradição joanina.**

O evangelho é uma profunda elaboração teológica sobre a personagem central – Jesus Cristo – e não uma biografia. Tudo é interpretado sob a perspectiva cristológica. O prólogo de S. João, com que abre o seu evangelho, inicia com um novo relato da criação. Parece mesmo um novo Génesis em que tudo é chamado à existência no Logos e o Logos (palavra, verbo) era Deus: *No princípio existia o Verbo; o Verbo estava em Deus; e o Verbo era Deus* (Jo 1, 1).

*Jo 1 quer ser, com efeito, um novo Génesis à luz do acontecimento – Cristo: a fórmula inicial «no princípio» que transcreve o início de Gn 1 na versão grega dos LXX, a alusão explícita à criação pela palavra, a referência à luz e às trevas, são outros indicadores desta intenção do autor.<sup>50</sup>*

Tudo começa em Deus, que é a origem de tudo, inclusive, da humanidade. Todo o homem tem origem em Deus. Começa a desenhar-se a fraternidade joanina. Jesus, no IV evangelho, é o modelo de homem, o filho de Deus. Ele faz parte do projeto criador de Deus acerca do homem que se realiza plenamente em Jesus. O homem pode atingir a plenitude da sua vida através de um novo nascimento que leva à grandeza a obra criadora do homem. Os homens são, doravante, irmãos de Cristo por um novo nascimento (Jo 3, 3). Quem responde a Jesus recebe a qualidade de vida que lhe permite percorrer o seu caminho, seguindo Jesus até ao dom de si mesmo e realizar, deste modo, *a imagem e semelhança* com o Pai. Deus quer que o homem alcance a sua plenitude e assim se torne seu filho, irmãos em Cristo. *Mas a todos que o receberam deu o poder de se tornarem filhos de Deus: aos que creem em seu nome* (Jo 1, 12). Jesus é a

---

<sup>49</sup> Cf. J. BEUTLER, *ἀδελφός*. In DENT, pág. 88.

<sup>50</sup> Cf. Juan L. Ruiz de la PEÑA, *Teología de la creación*, pág. 79.

interpretação e a mensagem de Deus à humanidade, o dom de plenitude da vida. Todas as obras que Jesus realiza no evangelho de João têm como objetivo capacitar o homem, mediante o dom do amor, para que possa realizar em si mesmo o projeto de Deus, ser *imagem e semelhança* de Deus. Todos os que O recebem convertem-se em filhos de Deus (Jo 1, 9) e em irmãos. Isto acontece já não pela razão de filiação abraâmica segundo a carne, mas pela fé em Cristo.<sup>51</sup>

As cartas de S. João têm, como principal objetivo, corrigir erros das comunidades joanicas que começavam a desviar-se da verdadeira doutrina exposta no evangelho, caindo em heresias, nomeadamente, o docetismo. Jesus é verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Esta afirmação ganha, também, um significado soteriológico pois, para o autor, não há salvação sem *este Jesus que veio na carne, sangue e água. (...) Esta soteriologia anda intimamente ligada à vida humana de Jesus, em que a antropologia da «carne», «sangue», «água» é o sacramento da própria salvação.*<sup>52</sup> Estas cartas, com a intenção da correção fraterna e de esclarecimento teológico, afirma que quem defende os ensinamentos errados não quer viver em comunhão fraterna com os irmãos. Se são *filhos do diabo* é porque não amam o seu irmão (1Jo 3, 10). A fraternidade designa, neste contexto, os cristãos que permanecem nos ensinamentos verdadeiros.

O Apocalipse de S. João tinha como objetivo principal responder à questão de quem era o Senhor do Céu e da Terra. Para responder a este tema central, o autor do Apocalipse diz que Cristo é *o primeiro e o último, o alfa e o ómega, o princípio e o fim* (Ap 1, 17; 22, 13) de todas as coisas criadas. Também aqui o Logos está no começo do ser das coisas e as mantém na existência.

### **1.2.3 – A temática da fraternidade na tradição paulina.**

Não querendo entrar na discussão de quem foi o punho que escreveu as epístolas atribuídas a S. Paulo, se foi este ou os seus discípulos, sabemos que foram dos primeiros escritos do Novo Testamento a serem redigidos para orientar as comunidades cristãs,

---

<sup>51</sup> Bento XVI, na Encíclica *Cáritas in Veritate*, no número 19, esclarece com uma linguagem clara esta ideia: *A razão, por si só, é capaz de ver a igualdade entre os homens e estabelecer uma convivência cívica entre eles, mas não consegue fundar a fraternidade. Esta tem origem numa vocação transcendente de Deus Pai, que nos amou primeiro, ensinando-nos por meio do Filho o que é a caridade fraterna. Ao apresentar os vários níveis do processo de desenvolvimento do homem, Paulo VI colocava no vértice, depois de ter mencionado a fé, «a unidade na caridade de Cristo que nos chama a todos a participar como filhos na vida do Deus vivo, Pai de todos os homens».*

<sup>52</sup> Joaquim Carreira das NEVES, *Escritos de São João*, pág. 314 e 315.

que foi fundando durante as suas viagens missionárias, quando estas se desviavam da retidão e assim corrigir fraternalmente os seus membros.

Paulo, sendo proveniente de uma família farisaica e, até à conversão ao cristianismo, era um acérrimo defensor do judaísmo, conhecia muito bem o Antigo Testamento. Assim, não se torna estranho que encontremos no seu pensamento elementos centrais da revelação vetero-testamentária que nos proporcionam o ponto de partida para o desenvolvimento posterior da doutrina da criação na linha da cristologia.<sup>53</sup>

Para S. Paulo, um dos autores que mais desenvolve a temática da imagem no Novo Testamento, só Cristo é a imagem verdadeira de Deus; só ele restaura a imagem obscurecida pelo pecado de Adão. Por isso, segundo S. Paulo, é que todos os cristãos devem imitar Cristo. E só imitando a Cristo é que a existência humana se realiza e caminha conforme os desígnios de Deus.<sup>54</sup> É a conformidade com Cristo que torna o homem *imagem* de Deus. Como Cristo manifesta a glória do Pai, assim também o cristão é chamado a manifestar essa mesma glória.

Por outro lado, toda a história de salvação, começando pela criação, aponta já para Cristo.

*Em termos cósmicos o processo de salvação começou com a morte e ressurreição de Cristo, o último Adão cuja obediência apagou a desobediência do primeiro. Assim a Salvação completa o que a Criação começou. A nova época da vontade definitiva de Deus, a nova criação, já está a decorrer, e com ela a recuperação da humanidade.*<sup>55</sup>

No primeiro Adão prefigura-se já o segundo Adão. Se aquele, por ser imagem de Deus, já era rei e senhor do universo, com Cristo essa primazia é assumida de forma completa – *ele é o primogénito de toda a criatura* (Col 1, 15). E o pecado não ofusca esta imagem de Deus no homem, mas, como diz S. Paulo, *vos revestistes de novo, que se renova para o conhecimento segundo a imagem do seu Criador* (Col 3, 10). Em Cristo, a imagem do Criador é renovada dando lugar a uma nova criação. Nele e por Ele fomos distinguidos e predestinados, mesmo antes da criação do mundo.

---

<sup>53</sup> Cf. Juan L. Ruiz de la PEÑA, *Teología de la creación*, pág. 67.

<sup>54</sup> Na sua primeira carta Encíclica, a LF, o Papa Francisco aborda esta questão, no número 19, de sermos filhos no Filho, mediante a fé no Filho de Deus feito homem em Jesus de Nazaré: *A partir desta participação no modo de ver Jesus, o Apóstolo Paulo deixou-nos, nos seus escritos, uma descrição da existência crente. Aquele que acredita, ao aceitar o dom da fé, é transformado numa nova criatura, recebe um novo ser, um ser filial, torna-se filho no Filho: «Abbá, Pai» é a palavra mais característica da experiência de Jesus, que se torna centro da experiência cristã* (cf. Rm 8,15).

<sup>55</sup> Cf. James DUNN, *The Theology of Paul the Apostle*, pág. 493.

*Em Cristo, o desígnio original de Deus para a humanidade finalmente toma uma forma concreta. Em Cristo, a infinita lacuna entre a «imagem» que é a sabedoria criadora de Deus e a «imagem» que é a humanidade criada, é unificada, ambas são a imagem que marca e a imagem que é impressa.<sup>56</sup>*

Cristo, nas epístolas paulinas, aparece levando à plenitude, em todas as dimensões, o projeto criador do homem, como imagem de Deus. Esta perspectiva cristológica da imagem deve refletir-se na vida do cristão.<sup>57</sup> Depois de se ter revestido da imagem do primeiro Adão, o cristão deve revestir-se da imagem do último Adão: *Pois, assim como todos morrem em Adão, em Cristo todos receberão a vida* (1Cor 15, 22).<sup>58</sup> A nossa configuração existencial à imagem de Cristo é vista como pressuposto da atividade moral do cristão. Sob a ação de Cristo, o homem entra num processo de glorificação que permite revestir-se definitivamente da imagem do Adão celeste e conformar a sua existência no mundo à existência do glorificado. É na imagem do verdadeiro Adão que o homem encontra a sua verdadeira dignidade de ser humano criado e amado por Deus, tornando-se com o Filho, filhos de Deus, ou seja, irmãos, filhos do mesmo Pai. O sentido de fraternidade que prevalece em Paulo é o dos companheiros de missão que partilham a mesma fé e cumprem a vontade de Deus. Também usa o termo *ἀδελφός* para se referir aos membros de um povo ou tribo, contudo, com o conceito de irmãos *segundo a carne* (Rom 9, 3). Os que seguem a Cristo são todos irmãos, novo Adão, fundamento e fonte de fraternidade pois estão conformados a Ele, o primogénito entre muitos irmãos. (Rom 8, 29).<sup>59</sup>

*Já que, por um lado, Cristo ressuscitado é o último Adão, protótipo da nova criação humana de Deus, de acordo com a figura original. Por outro lado, ele está ao lado de Deus, reina com Deus, dá vida com o Espírito Santo. E no meio, ele é o filho de Deus, cuja filiação é partilhada com aqueles que acreditam nele, o filho mais velho de uma nova família, primogénito renascido da morte.<sup>60</sup>*

O ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus. Partindo deste dado das escrituras, o cristianismo defende que o ser humano é dotado de um valor próprio e que lhe é inerente. Deste modo, este mesmo ser humano não deve ser reduzido a um mero instrumento, um objeto que se usa sempre se tenha proveito.

---

<sup>56</sup> Cf. James DUNN, *The Theology of Paul the Apostle*, pág. 293.

<sup>57</sup> Cf. LF 22 – O Papa Francisco aborda também esta questão da imagem que o cristão é chamado a ser olhando para Cristo, como um *espelho em que descobre e realiza a sua própria imagem*.

<sup>58</sup> Cf. Rudolf BULTMANN, *Teología Del Nuevo Testamento*, pág. 358.

<sup>59</sup> Cf. J. BEUTLER, *ἀδελφός*. In DENT, pág. 88.

<sup>60</sup> Cf. James DUNN, *The Theology of Paul the Apostle*, pág. 265.

### **1.3 A fraternidade no Vaticano II e na DSI.**

A DSI, presente nos documentos da Igreja, mais propriamente nas Encíclicas papais, e os documentos do Concílio Vaticano II demonstram a preocupação da Igreja e do seu Magistério sobre este tema da fraternidade. A fraternidade é, muitas vezes, traduzida por outras categorias que sublinham a importância deste tema para a Igreja. Por exemplo: dignidade, solidariedade, justiça, pessoa humana, bem comum, preferência com os mais frágeis da sociedade e direitos humanos são formas de sublinhar a fraternidade do ser humano neste património eclesial.

Para abordar este assunto de forma mais breve e sistemática, tratarei, primeiramente, os documentos do Concílio Vaticano II e, posteriormente, a DSI presente em algumas Encíclicas papais, determinantes no aprofundamento desta temática no pensamento dos pontífices católicos e da DSI.

O Concílio teve como objetivo principal a renovação da Igreja no seio do mundo moderno. Pela importância das decisões pastorais adotadas no seu decorrer, modificou profundamente a mentalidade dos católicos, incitando-os, sobretudo, a serem mais abertos face aos outros cristãos, aos seguidores de outras religiões e aos não-crentes.

As Encíclicas Papais, por sua vez, atualizam e interpretam, no seu contexto histórico, a tradição viva da Igreja. Quando tratam de questões sociais, económicas ou políticas, são dirigidas, normalmente, não só aos católicos mas também a todos os homens e mulheres de boa vontade. Algumas demonstram bem a preocupação da Igreja para com o ser humano, a sua definição antropológica, a sua dignidade e as suas condições de vida.

#### **1.3.1 – O Concílio Vaticano II.**

O Papa João XXIII que convocou o Concílio de Vaticano II tem como um dos seus objetivos primordiais sublinhar a fraternidade entre todos os cristãos.<sup>61</sup> Ao longo dos seus documentos fundamentais, aborda o conceito e o tema de imagem de Deus como fundamento da sua antropologia. É o primeiro Concílio que tratou explicitamente

---

<sup>61</sup> Cf. Annibale ZAMBARBIERI, *Los Concilios del Vaticano*, pág. 172 e 173. *O Papa insistia em vincular o ideal de fraternidade entre todos os cristãos. Falando aos párocos de Roma, por ocasião da convocação do Concílio, o Papa manifestou a sua intenção de se dirigir às diferentes Igrejas, separadas há muito tempo para dizer-lhes que colocassem de lado as discórdias e voltassem a reunir.*

o tema da imagem de Deus no homem.<sup>62</sup> É bem exemplo disso a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*.<sup>63</sup>

*A Sagrada Escritura ensina que o homem foi criado «à imagem e semelhança de Deus», capaz de conhecer e amar o seu Criador, e por este constituído senhor de todas as criaturas terrenas, para as dominar e delas se servir, dando gloria a Deus. (GS12)*

A Constituição toma três aspetos da imagem: pessoal e dialogal, o homem como interlocutor de Deus e construtor de si mesmo; social, o homem com os outros; o homem como ser no mundo histórico e cósmico.<sup>64</sup> A teologia da imagem de Deus é apresentada como fundamento da dignidade, da igualdade fundamental dos homens, da fraternidade humana, dos direitos da pessoa humana e o fundamento do compromisso do cristão no mundo, como tarefa que lhe foi confiada.

*Mas é na constituição GS onde se abre a maior extensão acerca do problema. Segundo é expresso nela, a dignidade encontra o seu fundamento e razão mais sublime na relação com Deus. Vinculada – de acordo com a tradição que temos falado – ao ser a imagem e a vocação do homem à comunhão com Deus, a dignidade não é algo que possa opor-se ao reconhecimento e obediência a esse Deus. Pelo contrário, quando falta aquele suporte e aquele ânimo, a dignidade fica ferida.<sup>65</sup>*

Para a GS, a imagem de Deus no homem manifesta-se em três aspetos fundamentais: a inteligência, a consciência moral e a liberdade. A inteligência, quando exercida com sabedoria, participa da inteligência divina (GS 15). A consciência moral não é mais do que a voz de Deus nosso interior, *essa voz, que sempre o está a chamar ao amor do bem e fuga do mal [...]; a sua dignidade está em obedecer-lhe* (GS 16). A liberdade *verdadeira que é um sinal privilegiado da imagem divina* (GS 17).

A perfeição desta imagem de Deus encontra-se em Jesus Cristo (GS 22). Contudo, esta imagem encontra-se em cada um dos seres humanos e, por isso mesmo, todos têm a mesma dignidade e têm que ser tratados com igual amor (GS 29 e NA 5). O facto de o homem ser imagem de Deus exige que colabore com o seu Criador, tornando assim necessário a atividade humana para construir o mundo (GS 34).

---

<sup>62</sup> Cf. M. FLICK, Z. ALSZEGHY, *Antropología Teológica*, pág. 105.

<sup>63</sup> Bernard SESBOÜÉ, S.J., na sua obra sobre a história dos dogmas intitulada *O Deus da Salvação*, Tomo 1, página 406, afirma sobre o Vaticano II e a GS: *o conjunto dos concílios ocidentais, sobretudo Trento e Vaticano I, o concílio Vaticano II não é formalmente cristológico, mesmo se o horizonte de uma cristologia, mais bíblica e patrística do que escolástica, se perfila em seu discurso eclesiológico. Entretanto, a referência cristológica é particularmente explícita na maneira como a primeira parte da Constituição pastoral GS sobre a Igreja no mundo moderno apresenta um resumo de antropologia cristã.*

<sup>64</sup> Cf. Luis F. LADARIA, *Introducción a la Antropología teológica*, pág.68.

<sup>65</sup> Cf. Felisa Elizondo ARAGÓN, *Dignidad de la persona humana* – In *NDC*, pág. 621.

*O n° 29 da GS é especialmente significativo. Partindo da dignidade do homem afirma-se a igualdade básica, afasta-se todo o tipo de discriminação assim como as desigualdades inumanas e injustas, advoga-se pelos direitos fundamentais e reclama-se das instituições um colocar-se ao serviço dos mesmos e a sua defesa firme.*<sup>66</sup>

A GS prossegue que o ser humano, imagem de Deus, fundamento da sua dignidade, deve reconhecer os direitos do homem.

*A Igreja, em virtude do Evangelho que lhe foi confiado, proclama os direitos do homem e reconhece e tem grande apreço o dinamismo do nosso tempo, que por toda a parte promove tais direitos (GS 41).*

É nesta mesma dignidade, que se estende a todo o género humano, independentemente da raça, cor ou sexo, que reside a fraternidade cristã.

*Eis a razão por que este sagrado Concílio, proclamando a sublime vocação do homem, afirmando que nele está depositado um germe divino, oferece ao género humano a sincera cooperação da Igreja, a fim de instaurar a fraternidade universal que esta vocação corresponde. (GS 3) Cristo ressuscitou, destruindo a morte com a própria morte, e deu-nos a vida, para que, tornados filhos no Filho, exclamemos no Espírito: Abba, Pai. (GS 22) Deus, que por todos cuida com a solicitude paternal, quis que os homens formassem uma só família, e se tratassem uns aos outros como irmãos (GS 24).*

### **1.3.2 – A Doutrina Social da Igreja.**

As Encíclicas papais estão na base da DSI. Elas atualizam a mensagem da Igreja, inspirada no Evangelho, no contexto histórico-social em que são redigidas, abordam, igualmente, a questão da dignidade humana.

*A “doutrina social” da Igreja está reunida num conjunto de documentos que vão da Rerum Novarum, de Leão XIII (1891), à Centesimus Annus, de João Paulo II (1991).*<sup>67</sup>

A tarefa da promoção e defesa dos direitos humanos é assumida pela Igreja, que a considera como inerente à sua ação evangelizadora, porque toda a transgressão dos direitos humanos é uma ofensa à dignidade da pessoa humana e, conseqüentemente, uma ofensa à imagem de Deus. Velar pelos direitos fundamentais do homem e defendê-los contra qualquer agressão faz parte da missão da Igreja ainda que, ao longo dos

---

<sup>66</sup> Vários AUTORES, *Direitos humanos, deveres para o novo milénio*, pág. 94.

<sup>67</sup> Cf. G. PIANA, *Doctrina social de la Iglesia* – In NDTM, pág. 417.

séculos, a interpretação da Igreja acerca dos direitos do homem tenha sofrido alterações, acompanhando a evolução do pensamento e da antropologia cristã.

O Papa Leão XIII inicia a exposição moderna do pensamento cristão acerca deste tema. Apesar de ter como grande objetivo a oposição à ideologia dominante daquele tempo, o liberalismo, começa já a manifestar-se duma maneira progressiva a afirmação da dignidade do homem, especialmente as classes trabalhadoras, e dos seus direitos fundamentais como base da DSI. A RN surge no contexto da revolução industrial e das sociedades democráticas dos finais do século XIX. O papa era favorável aos sindicatos que defendiam os direitos dos trabalhadores, rejeitava o socialismo e defendia o direito à propriedade privada. A RN é a primeira encíclica papal que demonstra o pensamento estritamente social por parte dos sucessores de Pedro, pois considera já, explicitamente, o respeito à dignidade humana e aos direitos fundamentais dos seres humanos. Esta carta referia-se, especialmente, aos operários.

*A verdadeira dignidade do homem e a sua excelência residem nas suas qualidades morais, isto é, na sua virtude. (RN 17) A ninguém é lícito violar impunemente a dignidade do homem, do qual o próprio Deus dispõe com grande reverência, nem pôr-lhe impedimento para que siga o caminho daquele aperfeiçoamento que é ordenado para a consecução da vida eterna. Nem mesmo por escolha livre o homem pode renunciar a ser tratado segundo a sua natureza e aceitar a escravidão do espírito; não se trata de direitos do próprio homem, mas de deveres para com Deus, que é necessário respeitar santamente. (RN 30)*

A Encíclica QA, de Pio XI, é uma intervenção num momento importante do desenvolvimento das indústrias, quando o desalento e o sofrimento das classes mais desfavorecidas abriam as portas a soluções totalitárias e de ditadura contrárias ao sentido cristão da vida em sociedade.

*Pio XI não deixou de elevar a voz contra os regimes totalitários que durante o seu pontificado se afirmaram na Europa.*<sup>68</sup>

Neste contexto, o papa formula o «princípio da subsidiariedade» que fundamenta a descentralização do poder político e económico e a dinamização da vida associativa. Apesar dos avanços da RN nestas questões, foi o primeiro a expor, de forma clara, o pensamento do Magistério da Igreja sobre o homem, em especial os operários, e a sua dignidade num contexto conturbado (pós I Guerra Mundial), quarenta anos depois da

---

<sup>68</sup>CDSI 92. Pio XI publicou, a 29 de Junho de 1931, a encíclica *Non Abbiamo Bisogno* contra os abusos no Fascismo na Itália. Em 14 de Março de 1937, publicou a encíclica *Mit Brennender Sorge*, sobre a situação dos cristãos católicos na Alemanha Nazi. Com a encíclica *Divini Redemptoris*, em 19 de Março de 1937, criticou o comunismo.

RN, em plena crise económica, a Grande Depressão (1929-1933). Contudo, o seu pensamento ainda não atinge a perspetiva universal que os seus sucessores alcançam.

*Com efeito embora o trabalho, como muito bem expôs o Nosso Predecessor na sua encíclica, não seja um simples género comercial, mas deva reconhecer-se nele a dignidade humana do operário, e não possa permutar-se como qualquer mercadoria, de facto hoje no mercado do trabalho a oferta e a procura dividem os contratadores em duas classes ou campos opostos, que encarniadamente se digladiam. (QA 83)*

Posteriormente, Pio XI, nas suas Encíclicas, principalmente nas que foram escritas para combater o socialismo e o comunismo, começa a expor de forma explícita a doutrina católica da sociedade com a afirmação da dignidade do homem<sup>69</sup> e do respeito dos seus direitos com o princípio: *A sociedade civil existe para o homem e não o homem para a sociedade. (DR 29 e CDSI 92)*

Pio XII, por sua vez, segue na direção do seu antecessor colocando, de um modo determinante, a doutrina da pessoa, da sua dignidade e dos seus direitos como base do seu pensamento social.

*A Igreja tem a missão de anunciar ao mundo, ansioso de melhores e mais perfeitas formas de democracia, a mensagem mais alta e mais necessária que pode existir: a dignidade humana, a vocação à filiação divina. Este é o grito potente que do presépio de Belém ressoa até aos confins da Terra aos ouvidos de todos, num tempo em que essa dignidade é mais dolorosamente rebaixada. (BH 45)<sup>70</sup>*

Estes são os temas das suas mensagens, nomeadamente das radiomensagens natalícias. Durante o seu pontificado, Pio XII atravessou os conturbados e terríveis anos da Segunda Guerra Mundial e a reconstrução da Europa massacrada pelas perdas humanas e materiais da guerra onde a vida humana e a sua dignidade foram sacrificadas em nome de ideologias políticas e de sede de poder de alguns regimes totalitários.

*A Igreja tem a missão de anunciar ao mundo, ansioso de melhores e mais perfeitas formas de democracia, a mensagem mais alta e mais necessária que pode existir: a dignidade humana, a vocação à filiação divina. (BH 46)*

---

<sup>69</sup> Cf. F. COMPAGNONI, *Derechos del hombre* – In NDTM, pág. 352. A visão do Direitos do Homem por parte do Magistério da Igreja foi evoluindo ao longo dos tempos. *Foi com Pio XI que se inicia uma viragem no modo de ver e interpretar os Direitos Humanos- Do ponto de vista histórico, mas atendendo, sobretudo, à evolução do património de ideias comuns do ocidente nos últimos séculos, a declaração dos direitos do homem encontrou, durante e depois da sua elaboração e formação no iluminismo do século XVIII, a decidida oposição. Só com Pio XI, Pio XII, mais implicitamente, e com os papas sucessores houve uma mudança de atitude.*

<sup>70</sup> Radiomensagem do Papa Pio XII, dirigida a toda a humanidade no dia 24 de Dezembro de 1944, em plena Segunda Guerra Mundial. Tradução da obra: Peter STILWELL, *Caminhos da Justiça e Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991.*

Os direitos fundamentais da pessoa humana são reconhecidos explicitamente na PT, publicada no contexto do Concílio Vaticano II, de João XXIII e a Igreja apresenta-se como defensora desses direitos transcendentais da pessoa.

Na sua encíclica MM, no septuagésimo aniversário da RN, o papa afirma já que *a Igreja é chamada, na verdade, na justiça e no amor, a colaborar com todos os homens para construir uma autêntica comunhão. Por tal via o crescimento económico não se limitará a satisfazer as necessidades dos homens, mas poderá também promover a sua dignidade.* (CDSI 94) Estas afirmações aparecem num contexto em que o papa foi pioneiro: o apoio aos países subdesenvolvidos. A PT, publicada dois anos após a MM, no contexto da Guerra Fria que opunha os EUA à URSS, completa as ideias da sua predecessora com uma longa reflexão sobre os direitos humanos no contexto do direito natural. Contudo, para João XXIII, no contexto da corrida aos armamentos, vê a necessidade de, nalguns casos, os direitos serem restringidos, nomeadamente quando o seu exercício se opõe ao direito dos mais fracos se defenderem. A primeira parte da Encíclica da PT é uma exposição e fundamentação dos direitos e deveres da pessoa humana (Cf. PT 8-45), fundando-se, contudo, não na Revelação divina, para falar, pela primeira vez, como diz no cabeçalho, a “*todos os homens de boa vontade*”.<sup>71</sup>

*A PT contém, ademais, uma primeira reflexão aprofundada da Igreja sobre os direitos; é a encíclica da paz e da dignidade humana. Ela prossegue e completa o discurso da MM.* (CDSI 95)<sup>72</sup>

Paulo VI, na sua Encíclica PP, como o nome já anuncia, preocupou-se com as relações entre os países ricos e os países pobres. Um dos pensamentos mais vincados neste documento é o de que o desenvolvimento não pode ser apenas no plano económico, mas deverá sempre ser acompanhado por um crescimento de todas as pessoas e da pessoa toda. Escrita no contexto de um neocolonialismo, condena tanto o liberalismo económico sem regras como a coletivização completa que não conduziu ao melhoramento das condições de vida das nações mais pobres e que privam os homens da liberdade, dos direitos e da dignidade da pessoa humana.

*O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento económico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todas as pessoas e a pessoa toda,*

---

<sup>71</sup> Vários AUTORES, *Direitos humanos, deveres para o novo milénio*, pág. 105.

<sup>72</sup> Cf. Enrique COLOM, na obra *Curso de Doutrina Social de la Iglesia*, na página 224, diz que há um novo impulso por parte do magistério produz-se, sem dúvida, com a encíclica PT, de João XXIII mesmo sabendo que existem divergências doutrinais com alguns movimentos que também defendem os direitos humanos contudo, prefere enfatizar tudo o que promove a dignidade da pessoa.

*como justa e vincadamente sublinhou um eminente especialista: «não aceitamos que o económico se separe do humano; nem o desenvolvimento, das civilizações em que ele se inclui. O que conta para nós é a pessoa, cada pessoa, cada grupo de pessoas, até se chegar à humanidade inteira». (PP 14).*

O Papa João Paulo II, no início do seu ministério petrino, publicou a Encíclica RH que se destinava, claramente, como é costume nas primeiras cartas do pontificado de cada papa, a estabelecer o seu programa de ação. Este documento aborda, sobretudo, a obra redentora de Cristo mas também dá um enfoque especial sobre a dignidade da pessoa humana e, por conseguinte, sobre os direitos humanos. Esta carta alude, em alguns números, a conceitos de Paulo VI, na EN, no que diz respeito à relação da Igreja com o progresso e desenvolvimento humano. Neste contexto, alude tanto aos benefícios como aos perigos que o progresso da civilização pode conduzir. Tendo o progresso como fundo, o papa denuncia, igualmente, sistemas políticos contrários à liberdade de religião como um ataque à dignidade do homem.

*O sentido essencial desta «realeza» e deste «domínio» do género humano sobre o mundo visível, que lhe foi confiado pelo próprio Criador, consiste na prioridade da ética sobre a técnica, no primado da pessoa sobre as coisas, na superioridade do espírito sobre a matéria. [...] Respeitai a dignidade e a liberdade de cada um! (RH 16)*

A segunda Encíclica do Papa João Paulo II, a DM, é uma grande meditação sobre a misericórdia divina. A primeira parte é uma leitura e interpretação da Parábola do Filho Pródigo, realçando a sua mensagem acerca da dignidade humana e sobre o modo como as pessoas se devem tratar reciprocamente. (Cf. DM 6-11) Para o papa, a justiça que deve ser informada pelo amor para não ser destrutiva e respeitar a dignidade do ser humano. A segunda parte retoma o assunto abordado na Encíclica anterior.

*Se Paulo VI significou a tomada de consciência da Igreja para a exigência evangélica de defender e promover os direitos humanos, João Paulo II é o seu incansável evangelizador. Todos os seus documentos estão marcados por esta preocupação.<sup>73</sup>*

A terceira Encíclica, LE, publicada por ocasião do nonagésimo aniversário da RN, afirma, acima de tudo, o primado da pessoa sobre as coisas e do trabalho humano sobre o capital mesmo quando aceita que a luta de classes seja inevitável.

---

<sup>73</sup> José Dias da SILVA, *Viver o Evangelho Servindo a Pessoa e a Sociedade, Iniciação à Doutrina Social da Igreja*, pág. 157. Enrique Colom, na página 224 da obra *Curso de Doutrina Social de la Iglesia*, sublinha o papel do papa João Paulo II na defesa dos direitos humanos afirmando que *as intervenções do Pontífice atual sobre este tema são conhecidas; é suficiente recordar que, desde a sua primeira encíclica, João Paulo II assinalou o homem, cada pessoa concreta deste mundo, como o rumo da Igreja.*

*Não só é um bem «útil» (o trabalho) ou de que se pode usufruir, mas também é um bem «digno», ou seja, corresponde à dignidade humana, um bem que exprime e aumenta esta dignidade. (...) O trabalho é um bem para o ser humano – um bem da sua humanidade – porque, mediante o trabalho, ele não somente transforma a sua natureza, adaptando-a às suas próprias necessidades, mas realiza-se também a si mesmo e até, em certo sentido, «se torna mais humano». (LE 9)*

*Se o trabalho – nos diferentes sentidos da palavra – é uma obrigação, isto é, um dever, ele é também origem de direitos para o trabalhador. Tais direitos hão-de ser considerados no contexto mais vasto do conjunto dos direitos humanos, conaturais à pessoa. (LE 16)*

Na sua segunda Encíclica social, a SRS, comemorando o vigésimo ano da Encíclica PP, o papa João Paulo II aborda o tema do desenvolvimento e alarga a questão social e a problemática do trabalho humano, abordados já na LE, mas levando-as à escala mundial. Nesta carta, João Paulo II introduz a diferença entre progresso e desenvolvimento, afirmando que o verdadeiro desenvolvimento é o que contribui para a plenitude do ser do Homem e apela à participação das pessoas na melhoria das suas condições de vida e na promoção dos direitos e da dignidade. Defende, do mesmo modo, substituição de regimes corruptos ou autoritários por *regimes democráticos, que favoreçam a participação* (SRS 44). Aparece pela primeira vez nas encíclicas papais a clara posição da Igreja que se *sente chamada a estar ao lado das multidões pobres* (SRS 39), ou seja, a opção ou amor preferencial pelos pobres.

*O que está em jogo é a dignidade da pessoa humana, cuja defesa e promoção nos foram confiadas pelo Criador, tarefa a que estão rigorosa e responsabilmente obrigados os homens e as mulheres em todas as conjunturas da história. (SRS 47 e CIC 1929)*

A CA, escrita para comemorar o centenário da RN, aborda, igualmente, o progresso e o desenvolvimento humano enfrentando os desafios do tempo em que se insere. O papa lembra, nesta Encíclica, que os fatores de riqueza mudaram. Agora são a propriedade do conhecimento, da técnica, do saber e as capacidades de iniciativa empresarial os fatores de riqueza. Além disto, revela-se uma certa simpatia pelo sistema democrático pois é o único sistema político em que as pessoas escolhem as políticas e os governantes para os dirigirem e melhorarem as suas condições de vida. A única objeção é que nem sempre a verdade e a justiça estão do lado da maioria. Dentro destes temas, o papa fala do lugar dos mais pobres e da sua igual dignidade na comunidade humana.

*Com efeito, a riqueza principal da humanidade é, em conjunto com a Terra, a própria humanidade. (CA 32).*

*Uma sociedade justa pode ser realizada somente no respeito pela dignidade transcendente da pessoa humana. Esta representa o fim último da sociedade, que a ela é ordenada. (CDSI 132)*

A fraternidade cristã resulta da consciência de que temos todos uma comum proveniência. Todos os homens são irmãos e iguais porque todos têm em Deus a mesma origem. No cristianismo, todo o homem, em Cristo, torna-se Filho.

Este reconhecimento, que está na originalidade do Cristianismo, é a condição que não se verificou no contexto de muitas revoluções, nomeadamente, a Revolução Francesa que dizia fundamentar-se nos princípios da «Liberdade, Igualdade e Fraternidade». Em Jesus Cristo, a realidade torna-se outra pois todos que o recebem convertem-se em filhos de Deus (Cf. Jo 1, 12). Os homens que fazem a vontade do Pai e recebem a Cristo são irmãos em Cristo (Cf. Mc 3, 35). Com Jesus Cristo, ficam delineados os fundamentos da comunidade fraterna.

A dignidade do ser humano nunca depende do seu estrato social, do que exerce na sociedade ou da riqueza que possui. Na matriz cristã, tal fica a dever-se a duas ordens de razão: em primeiro lugar, em virtude da dignidade humana se elevar para além do horizonte de finitude, conferindo-lhe um caráter de sacralidade; em segundo lugar, porque com Jesus Cristo as circunstâncias vivenciais deixaram de ser importantes para a relação de cada um com Deus (Cf. Act 10, 34), como acontecia no Judaísmo que era sinal de bênção ou maldição.

#### **1.4 A Fraternidade na DUDH.**

Muito antes da modernidade já se começou a pensar sobre o ser humano e sobre a sua vida em sociedade. A nossa cultura ocidental e a nossa forma de interpretar as demais questões da vida humana remontam à filosofia grega e ao cristianismo que constituem os seus dois pilares fundamentais.

*É por isso que o advento do cristianismo marca uma etapa importante na história do corpus teórico dos direitos do homem: desta vez, existe uma instância real,*

*consubstanciada neste mundo – a Igreja – e, no entanto, ela está nitidamente separada do poder temporal.*<sup>74</sup>

Com o surgimento da modernidade, a Igreja começou a perder a influência e o poder que gozou até então. Acontece, nesta época, a Reforma Protestante (XV) e a Contrarreforma, com tudo o conduziu a esse desfecho, que fragilizam ainda mais a posição da própria Igreja. Dilacerada pela contínua perda de poder e de influência, a Igreja cede à tentação de se fechar sobre si mesma, condenando todas as ideias modernas e identificando-se com o Antigo Regime. Só no século XX (com o Concílio Vaticano II) procede a uma verdadeira reforma que a tornará aberta ao mundo.

Neste contexto, o pensamento europeu coloca o ser humano no centro da vida e do pensamento (Humanismo) em detrimento do divino. Esta corrente de ideias levou a um racionalismo em que só o que pode ser demonstrado pela razão humana é considerado verdadeiro. Levou mesmo a considerar a existência humana, primeiramente, como ser pensante como é exemplo disso a conclusão de René Descartes, considerado o primeiro filósofo moderno, nos Princípios da Filosofia: *Penso, logo existo, e, por consequência, a primeira e a mais certa que se apresenta àquele que conduz por ordem os seus pensamentos.*<sup>75</sup> Penso, logo existo é a primeira verdade certa e inabalável que surge da dúvida e que Descartes vai adotar como primeiro princípio da filosofia, a partir do qual se pode deduzir todas as outras verdades, incluindo mesmo a existência de Deus. Esta ideia estará na base da filosofia racionalista.

No entanto, no século XVII, antes da Revolução Francesa, Hume, criticando o papel do racionalismo, afirma que *conhecer não é mais que a faculdade de combinar, transpor, acrescentar ou diminuir os dados que nos proporcionam os sentidos e a experiência.*<sup>76</sup> Neste sentido, *o seu papel (da razão humana) é puramente descritivo, isto é, que tudo o que ela é capaz de fazer consiste em descrever o dado, e que em matéria moral este último é fundamentalmente diverso.*<sup>77</sup>

A análise das causas que levaram à revolução de 1789 levou alguns historiadores a sublinhar as motivações de caráter político (tudo surgiu da crise das instituições), outros historiadores dão uma interpretação mais ideológica (a crise foi provocada pelo assalto da razão à revelação e à tradição). Hoje, a interpretação das mesmas olha para o seu conjunto como um todo. Junto com os fatores culturais (o enciclopedismo supõe

---

<sup>74</sup> G. HAARSCHER, *A Filosofia dos Direitos do Homem*, pág. 79.

<sup>75</sup> René DESCARTES, *Princípios da Filosofia*, pág. 66.

<sup>76</sup> Cf. J. de Sahagún LUCAS, *Dios, horizonte del hombre*, pág. 136.

<sup>77</sup> G. HAARSCHER, *A Filosofia dos Direitos do Homem*, pág. 99.

uma supressão gradual do princípio de autoridade e uma nova visão da vida e da sociedade), económicos (impostos, fome) e estruturais (fim do papel da nobreza, evolução do Parlamento, desenvolvimento imprevisto do fenómeno revolucionário) tem também grande importância como agente que desencadeou a revolução o fator religioso.<sup>78</sup>

A Revolução Francesa de 1789 defendeu os ideais da «*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*». Contudo, na linha do humanismo resultante dos ideais renascentistas e modernistas, despiu estes ideais do plano de Deus e do religioso. O ideal de Fraternidade e Igualdade necessita de uma origem comum e de um Pai comum, alheia aos seres humanos ou mesmo ao Estado como defendiam os percursores da Revolução (Cf. CDSI 153).

*O conceito de criação está intimamente relacionado com o conceito de Deus único (monoteísmo), dono e senhor do universo, principio e fim de tudo, autor da vida e pai do homem (fraternidade). É a ideia expressada no primeiro relato da criação que descreve o livro do Génesis (Gn 1, 1-2,4). Nele aparece Deus como o único criador da natureza mediante a sua palavra, sem ser condicionado por nada nem se servir, previamente de nada.*<sup>79</sup>

Sem a ideia da criação e de um Deus que é pai e Criador negada pelos revolucionários, gera-se uma fraternidade órfã, na medida em que se rejeita a possibilidade da existência de Deus (ateísmo) e, por isso, de um Pai comum que possibilitasse a fraternidade. No contexto cristão, esta fraternidade é importante pois reconhece a cada ser humano a origem comum, donde provém a sua liberdade, igualdade e fraternidade.

*Dos três princípios proclamados pelos revolucionários, o mais difícil de concretizar foi o da fraternidade, arrancado do âmbito do cristianismo e dos humanistas cristãos que o apresentavam como proposta de uma nova ordem social. Na sua luta contra a Igreja, o princípio que os iluministas mais dificuldade tiveram em fundamentar na cultura clássica e no paganismo pré-cristão foi o da fraternidade, que assim perdeu a sua centralidade. A sua reflexão tomava como ponto de referência a cidade antiga, onde abundava, alusões à liberdade e à igualdade mas não à fraternidade.*<sup>80</sup>

---

<sup>78</sup> Cf. G. ZAGHENI, *La Edad Moderna, Curso de historia de la Iglesia*, pág. 329 e 330.

<sup>79</sup> Cf. J. de Sahagún LUCAS, *Dios, horizonte del hombre*, pág. 250.

<sup>80</sup> António Filipe Rodrigues COSTA, *A Fraternidade, Análise Filosófico-teológica e pedagógico-didática da Unidade Letiva 5 do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica de 5º ano de escolaridade*, UCP em 2012. Texto policopiado, pág.14.

### 1.4.1 – As Grandes Guerras e a DUDH.

Em pleno século XX, a humanidade viveu períodos sombrios onde morreram milhões de pessoas<sup>81</sup>. A Primeira Guerra Mundial provocou milhares de mortos. Quando a guerra terminou, ficaram muitos problemas por resolver. Deste modo, não demorou muito a eclodir a Segunda Guerra Mundial. Neste conflito bélico, como geralmente em todos, foi flagrante o desrespeito pelo ser humano, enquanto pessoa dotada de dignidade. Neste contexto, as nações tomaram a consciência que situações semelhantes não se deviam repetir, dando origem, a 24 de outubro de 1945, à ONU. Assim, a ONU vem substituir a Liga das Nações que tinha falhado o seu propósito com o deflagrar da Segunda Guerra Mundial.

*Se as expectativas e esperanças, que tinha suscitado o aparecimento da vossa instituição, não puderam ser inteiramente realizadas, devemos, pelo menos, reconhecer que é na Organização das Nações Unidas que se elabora mais seguramente o plano com que os governos e os povos se propõem colaborar eficazmente para a construção da sua unidade fraterna.*<sup>82</sup>

Um dos marcos mais importantes da ONU foi a publicação, a 20 de junho de 1948, da DUDH. Este texto de direito internacional representa um acordo de princípio entre todos os povos da Terra quanto ao respeito pelo ser humano e à consciência da sua dignidade. Servindo de base às leis que regem cada um dos países pertencentes à ONU e que assinaram a mesma declaração, é um ponto de partida nas relações entre as nações e entre os seres humanos.

*Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declararam resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla; (...) Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.*<sup>83</sup>

---

<sup>81</sup> Cf. F. COMPAGNONI, *Derechos del Hombre*. In DTM, pág. 347 e 348. *Quando, genericamente, falamos de direitos humanos referimo-nos, sobretudo, às liberdades políticas fundamentais: o direito à vida e à integridade da pessoa, à liberdade de movimentos dentro do Estado e entre os Estados. Especialmente, depois da segunda guerra mundial, que contemplou violações apocalíticas dos direitos humanos, e depois de tantos povos conseguirem o direito à autodeterminação que tinham sido antes colónias, encontraram no património ideal da vida política e, após as manifestações de 68, também entre os temas de discussão da vida quotidiana.*

<sup>82</sup> PAULO VI, *Mensagem do Papa Paulo VI por ocasião do XXV Aniversário da Organização das Nações Unidas*.

<sup>83</sup> Preâmbulo da DUDH.

Esta declaração, a DUDH, refere-se a todos os povos e a todas as nações. Não diz respeito unicamente aos europeus, aos assinantes desta carta ou aos países ditos desenvolvidos mas, a todas as nações e a todos os povos que povoam a crosta terrestre. Fala da fraternidade, da liberdade e da igualdade de todos sem exceção independentemente do berço de cada um. Sendo o modo de viver o quotidiano, diferente de cada um, em muitos fatores, o nosso futuro comum sublinha essa mesma igualdade e dignidade que todos partilhamos.

*Na vida real, os indivíduos não são iguais uns aos outros, nem tampouco são igualmente livres, e tais desigualdades não se podem explicar por completo baseando-se em diferentes oportunidades de desenvolvimento e em diferentes condições sociais. Todavia, todos os indivíduos, enquanto pessoas, já são participantes de um destino humano comum e este futuro comum serve de base a uma igualdade mais profunda, no meio das desigualdades que, apesar de tudo, existe entre os homens.*<sup>84</sup>

Na declaração, está afirmada a dignidade de todos os seres humanos, que é igual em todos os locais onde estes se encontrem independentemente das vicissitudes particulares que influenciam, melhor ou pior, as suas condições de vida. Podemos ter histórias de vida dissemelhantes, projetos de vida diferentes e ter nascido em ambientes díspares que continuamos a pertencer à grande família humana que procura no seu quotidiano superar-se a si mesmo, encontrar o seu caminho e chegar ao nosso destino derradeiro.

*Há também um outro campo, muito perto do da paz, que a vossa tarefa e a nossa se encontram: é a defesa dos direitos humanos, os direitos dos grupos humanos, e, em particular, das minorias étnicas. Não se pode, sem grave perigo para a sociedade, ignorar que se violam esses direitos hoje, em muitos países, apesar das muitas proclamações eloquentes de tão numerosas e dolorosas feridas. A Igreja que vela, antes de tudo, pelos direitos de Deus, nunca poderá deixar de se preocupar com os direitos do homem, criado à imagem e semelhança do seu Criador. Ela sente-se ferida quando os direitos de um homem, qualquer que seja, ou onde quer que esteja, são ignorados e violados.*<sup>85</sup>

Com o objetivo de reunir consensos entre todos os homens e de estabelecer um acordo internacional que preservasse a paz e evitasse horrores como os que se assistiram em pleno século XX, com as duas Grandes Guerras, que a ONU elaborou e aprovou a DUDH de modo a servir de base e norma de atuação para todos os seres humanos e suas

---

<sup>84</sup> Cf. Wolfhart PANNENBERG, *El destino del hombre*, pág. 24.

<sup>85</sup> Cf. PAULO VI, *Discurso de su Santidade Pablo VI al Secretario General de las Naciones Unidas, Kurt Waldheim*.

nações. Trata-se de uma nova ordem internacional e da sua importância para a promoção efetiva dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de cada um.

#### **1.4.2 – Os Direitos Humanos e a Fraternidade.**

A DUDH faz uma clara referência à Fraternidade, logo no seu primeiro artigo, definindo a relação de uns para com os outros independentemente da sua raça, cor, sexo, religião, ideologia política, etc...

*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.*<sup>86</sup>

Este termo – Fraternidade – que deriva do termo latino *frater* (irmão) tradução do termo grego *ἀδελφός*, significa, na Língua Portuguesa, afeto, união, carinho ou parentesco entre irmãos; amor ao próximo; harmonia entre os homens. Segundo a paleontologia, se atendermos à nossa origem comum, em que o ser humano tem um antepassado comum e partilhamos das mesmas características físicas e psicológicas, podemos afirmar que somos todos iguais e irmãos pois temos uma origem comum, o tal parentesco de irmãos de que fala o dicionário. Todos os seres humanos que habitam o nosso planeta, *a nossa casa comum* (LS 1), pertencem a uma única espécie e subespécie: *Homo Sapiens Sapiens*. Os estudos da biologia revelam-nos que os cromossomas são idênticos em todos os países, independentemente da raça e das características particulares de cada povo.

*Os direitos humanos baseiam-se na dignidade reconhecida de todos os seres humanos, na sua igualdade e fraternidade. O dever de respeitar estes direitos tem um carácter universal. A promoção desses direitos é um fator de paz; a sua violação é a causa de tensões e até mesmo distúrbios a nível internacional.*<sup>87</sup>

Na linha do contributo da biologia e da paleontologia, para o cristianismo, a Fraternidade tem ainda outro fundamento importante: toda a vida vem de Deus; ele é a origem de tudo quanto existe e, por isso, somos realmente todos irmãos, porque Deus é o Pai de todos os seres humanos, sem exceção alguma. O ser humano não é um número, nem um coletivo específico. Cada ser humano é novo, é singular, é irrepitível com um valor sagrado e inalienável. Cada ser humano é um fim em si mesmo e não somente o

---

<sup>86</sup> Artigo 1º da DUDH.

<sup>87</sup> Cf. PAULO VI, *Mensaje de su Santidade Pablo VI en el XXV Aniversário de la Declaración Universal de los Derechos Humanos*.

resultado de uma evolução da espécie ou um fruto da manutenção dessa mesma espécie. Segundo o cristianismo, cada ser humano, na sua pequenez, é criação de Deus (Cf. LS 65). É chamado ao diálogo permanente com Deus, que o chama individualmente e que o trata pelo seu nome como um Pai trata o seu Filho. Fraternidade, no sentido cristão, vai para além da biologia, do sangue, *cada criatura é objeto da ternura do Pai que lhe atribui um lugar no mundo* (LS 77). Por isso, o Homem tem o dever de cuidar da Criação mas também e *sobretudo proteger o homem da destruição de si mesmo* (CV 51).

*O diálogo fecundo entre fé e razão não pode deixar de tornar mais eficaz a ação da caridade na sociedade, e constitui o quadro mais apropriado para incentivar a colaboração fraterna entre crentes e não-crentes na perspetiva comum de trabalhar pela justiça e a paz da humanidade. (...) Segundo os crentes, o mundo não é fruto do acaso nem da necessidade, mas de um projeto de Deus. Daqui nasce o dever que os crentes têm de unir os seus esforços com todos os homens e mulheres de boa vontade de outras religiões ou não-crentes, para que este nosso mundo corresponda efetivamente ao projeto divino: viver como uma família, sob o olhar do seu Criador.*<sup>88</sup>

A fraternidade cristã torna-nos responsáveis, uns pelos outros, porque somos todos chamados a um projeto de felicidade. A Fraternidade, proposta na DUDH, encontra, no cristianismo, um significado mais profundo e provocador fazendo de cada ser humano corresponsável pelo seu semelhante, que partilha a mesma ventura e o mesmo projeto de felicidade.

### **1.4.3 – A Antropologia Contemporânea: o personalismo cristão.**

A antropologia cristã deixou uma marca profunda na visão do ser humano ocidental em todas as áreas do conhecimento, inclusive na antropologia contemporânea. O cristianismo trouxe consigo uma nova imagem de Deus e do Homem. Este Homem é um ser aberto ao outro, seu semelhante e ao transcendente, feito à *imagem e semelhança de Deus* (Gn 1, 26), um Deus que é pessoal, um Deus que trata o Homem com um Tu, com um nome e um rosto, capaz de comunicar com os homens numa relação de amor.<sup>89</sup>

*Para aqueles que só de fora o conhecem, o cristianismo parece desesperadamente complicado. Na realidade, considerado nas suas linhas mestras, ele contém uma solução do mundo extremamente simples e espantosamente ousada. No centro, e de tal modo aparente que nos desconcerta, a afirmação intransigente de um*

---

<sup>88</sup> CV 57.

<sup>89</sup> Cf. Juan Manuel Navarro CORDÓN, Tomás Calvo MARTÍNEZ, *História da Filosofia dos Pré-Socráticos à Filosofia Contemporânea*, pág. 641 – 655.

*Deus pessoal: Deus-Providência, que conduz o universo com solicitude, e Deus-Revelador, que se comunica ao homem no plano e pelas vias da inteligência. Ser-me-á fácil, após tudo o que tenho dito, fazer sentir daqui a pouco o valor e a atualidade deste personalismo tenaz, não há muito ainda olhado como obsoleto e condenado. O que importa fazer notar neste momento é como, no coração dos fiéis, tal atitude dá lugar e se alia sem esforço a tudo o que há de grande e de são no universal.*<sup>90</sup>

No pensamento e na antropologia moderna, mesmo nas reflexões mais secularizadas, não se perdeu esta herança cristã. Por exemplo, com o imperativo categórico (*age de tal modo que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre como um fim e não meramente como um meio*) proclamado por Kant, o conceito de dignidade humana atingiu uma importância decisiva. Este conceito vai inspirar os direitos humanos quando fala, nos seus primeiros artigos, de liberdade, igualdade e espírito de fraternidade.

O personalismo cristão sintetiza, de certa forma, esta corrente de ideias que se encontra presente, de algum modo, ao longo de toda a história do pensamento ocidental. O personalismo cristão reconhece a importância da pessoa e considera-a como o princípio ontológico onde se torna o ponto de partida fundamental para explicar toda a realidade que o envolve. A principal inspiração da corrente personalista advém da concepção cristã do homem, bem como no valor soberano que o cristianismo reconhece à pessoa humana.

*(...) Toda a pessoa tem uma significação tal, que o lugar que ocupa no universo das pessoas não pode ser preenchido por outra qualquer. Esta é a magistral grandeza da pessoa, que lhe confere a dignidade dum universo: e, apesar disso, a razão da sua humildade, porquanto todas as pessoas se equivalem nessa dignidade, e as pessoas são mais numerosas que as estrelas.*<sup>91</sup>

Um dos mais significativos pensadores do século XX e representante do personalismo cristão foi Emmanuel Mounier. Mounier experimentou de perto as perseguições nazis e as suas atrocidades nos territórios ocupados. Esteve preso, durante alguns meses, por causa da sua participação no movimento de resistência francesa. Viveu, depois, na clandestinidade, até à libertação da França. É um facto que as suas experiências de vida influenciaram o seu pensamento e a sua forma de interpretar o mundo e o Homem que o rodeia.

Segundo este autor, uma sociedade personalista tem de estar orientada para a realização de cada um dos seus membros. Os grupos, a que cada elemento dessa

---

<sup>90</sup> Teilhard de CHARDIN, *O Fenómeno Humano*, pág. 278 e 279.

<sup>91</sup> Emmanuel MOUNIER, *O Personalismo*, pág. 92 e 93.

sociedade pertence, devem permitir, a cada um, viver como pessoa. Nesta perspectiva, primeiro estão as pessoas e não as instituições. As instituições devem permitir que os seus membros se realizem como pessoas.

*Uma civilização personalista é uma civilização cujas estruturas e espírito estão orientados para a realização da pessoa que é cada um dos indivíduos que a compõem.*<sup>92</sup>

Ao longo da história humana, existiram atropelos à dignidade humana. Muitos seres humanos eram vistos como seres inferiores, que era preciso dominar para se evoluir, para se tornar uma potência. O personalismo opõe-se a esta forma de ver o mundo e o Homem.

*[O Personalismo] Opõe-se a todas as formas de racismos ou castas, à eliminação dos anormais, ao desprezo do estrangeiro, à totalitária negação do adversário político, numa palavra e em geral, à constituição de homens à parte: um homem, mesmo diferente, mesmo degradado, é sempre um homem, a quem devemos permitir que viva como um homem.*<sup>93</sup>

Neste sentido, a pessoa realiza-se mediante um compromisso solidário com as outras pessoas. Este compromisso deve visar a realização pessoal de todos os membros desta comunidade humana. Na comunidade personalista, composta por pessoas, cada pessoa se realizaria na totalidade da sua vocação (princípio vivo e criador da pessoa). Cada membro desta comunidade seria insubstituível. O laço que fomentaria a união destes membros seria a solidariedade e, em último caso, o amor e não outro interesse qualquer. Cada pessoa encontraria, nos valores comuns, o laço que os ligaria aos membros da comunidade a que pertence – a grande família humana.

---

<sup>92</sup> Emmanuel MOUNIER, *Manifesto ao Serviço do Personalismo*, pág. 83.

<sup>93</sup> Emmanuel MOUNIER, *O Personalismo*, pág. 78.

## **CAPÍTULO II**

Nesta parte do presente trabalho será efetuada uma análise crítica do programa de 5º ano que foi aplicado no Estágio Pedagógico Supervisionado, sob orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Alves Baptista de Sousa, no ano letivo 2009/2010, com as orientações do Dr. Francisco Guimarães, orientador do Seminário Multidisciplinar. Esta análise tem em conta as experiências na lecionação dos conteúdos no sentido de dominar as competências propostas, na organização e aplicação do programa de EMRC publicado em 2007, tendo em conta a prática letiva efetuada no núcleo de Estágio do Agrupamento de Escolas de Fiães.

Ao longo desta segunda parte, tendo por base o que foi exposto no primeiro capítulo, será aprofundado, mais especificamente, na análise à UL5 – A Fraternidade que é o motivo principal desta reflexão. Será, igualmente, colocada em comparação com a UL4 – Construir a Fraternidade que é proposta pelo programa de 5º ano publicado em 2014 que vem substituir o programa de 2007.

Durante a exposição do tema e da análise da organização da disciplina de EMRC e do seu programa no 5º ano de escolaridade, é apresentada a pertinência desta disciplina, de caráter confessional, no sistema de ensino português e a congruência deste tema para a formação dos alunos no contexto da conjuntura atual: é adequado, no pensamento contemporâneo, defender a fraternidade humana tendo por base todos os dados das ciências e, em especial, os dados da Teologia? A disciplina de EMRC é a mais própria para ocupar-se desta temática?

### **Análise do programa de EMRC**

A Unidade Letiva que me propus a analisar foi a UL5 – A Fraternidade que integra o programa de EMRC no 5º ano de escolaridade. A versão do programa que foi trabalhada no Estágio Pedagógico Supervisionado foi o programa da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica publicado no ano de 2007. Esta UL foi trabalhada, em contexto de sala de aula, com a turma que me foi atribuída no início do estágio – a

turma 5ºF. A UL foi planejada, logo no início do ano letivo, tendo em conta a planificação anual e o programa proposto para o 5º ano de escolaridade de EMRC. A gestão do programa e a forma de levar os discentes a atingir as competências é tarefa do docente que requer capacidade de gestão do programa e criatividade na forma de conduzir o processo ensino-aprendizagem.

*A planificação anual é essencial para que o professor possa conceber o modo como vai organizar o programa, distribuindo de forma equilibrada e exequível, os seus objetivos, competências e unidades letivas pelo conjunto de aulas disponíveis.*<sup>94</sup>

Ao longo do ano letivo foi-se procedendo à planificação de cada UL, individualmente, e a cada aula, ajustando-a ao público-alvo, elaborando as estratégias que melhor se adequavam aos alunos. O programa de 5º ano é bastante longo o que requer uma planificação mais equilibrada e ponderada.

*Uma boa gestão do programa requer uma adequação equilibrada e eficaz das competências e saberes selecionados ao grupo de alunos específico – destinatário da ação educativa. O docente procede a periódicas reformulações da sua planificação do processo ensino-aprendizagem a partir do conhecimento, cada vez mais aprofundado, dos alunos e das suas necessidades concretas.*<sup>95</sup>

## **2.1 O Ensino Religioso na Europa.**

A sociedade humana está em constante devir. São as inovações tecnológicas, as descobertas científicas acerca do Homem e do mundo que o rodeia, abrangendo todas as dimensões da vida humana, e a evolução de pensamentos e teorias acerca dos mais variados temas. Estas mudanças não ficam no portão da Escola. Pelo contrário, irrompem pelo portão adentro e influenciam toda a vida da comunidade escolar. É na escola onde estas mudanças e transformações começam, teorizam e desenvolvem.

A comunidade escolar, inserida no mundo que a rodeia, não passa imune ao evoluir da sociedade e isso acarreta, com as transformações, dificuldades e interrogações. A dimensão religiosa, intrínseca ao ser humano, também está exposta às

---

<sup>94</sup> COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, pág. 21.

<sup>95</sup> COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, pág. 21.

alterações da sociedade em que está inserido.<sup>96</sup> Vivemos, na atualidade, uma certa alienação do fator religioso na Europa e uma marginalização da fé cristã. Não é por acaso que vemos o Magistério da Igreja Católica apelar a uma nova Evangelização da Europa, indo ao encontro dos mais desfavorecidos, dos mais fracos, daqueles que a sociedade marginaliza, um pouco, ao encontro das ideias defendidas na DSI. Estas metamorfoses levantam questões às escolas e aos seus sistemas de ensino.

*A situação de vida e de fé dos alunos que frequentam o ensino religioso escolar caracteriza-se por notável e contínua mudança. O ensino religioso escolar deve ter em conta esse dado, para poder atingir a sua finalidade.*<sup>97</sup>

O fator religioso aparece, de igual modo, nestas questões da vida humana. A escola, como fato preponderante na formação das crianças e dos jovens, assume um papel de relevo na construção do saber, na formação das personalidades, na abertura de pensamento.

*Se a Escola pretende preparar para a vida, também é necessário que prepare todos os jovens, crentes ou não crentes, para saber compreender o «problema religioso» e as suas disposições antropológicas e sociais, sob pena de deixar entrar esses jovens “analfabetos” e incompetentes (e, por isso, perigosamente imaturos) na nossa sociedade pluralista.*<sup>98</sup>

A Europa tem uma pluralidade de ensinos religiosos<sup>99</sup> que resulta da variedade das *histórias nacionais e das tradições locais* que dão origem a regimes diferentes nas relações entre as Igrejas e os Estados.

*Não é possível reduzir a uma forma única todos os modelos de ensino religioso escolar desenvolvidos historicamente na sequência das Concordatas com os Estados e das deliberações de cada Conferência Episcopal. Entretanto, é necessário empenhar-se para que, segundo os pressupostos diferenciados, o ensino religioso escolar responda à sua finalidade e características peculiares.*<sup>100</sup>

---

<sup>96</sup> Cf. J. de Sahagún LUCAS, *Dios, horizonte del hombre*, pág. 11 a 16. Nestas páginas o autor faz uma análise à sociedade atual sob a perspectiva do *Problema do Homem e a Questão de Deus*. A questão de Deus e o problema do Homem tornam ainda mais flagrantes a presença do Ensino Religioso na Europa e, neste caso, a presença da disciplina de EMRC no Sistema de Ensino Nacional.

<sup>97</sup> Diretório Geral da Catequese, *Catequese e Ensino da Religião nas Escolas*, 75.

<sup>98</sup> Fr. Flávio PAJER, *O ensino da religião na União Europeia: modelos, tendências, desafios*, pág. 87 e 88.

<sup>99</sup> Cf. João Paulo II, *Conhecer o património do cristianismo e transmiti-lo de maneira autêntica*, aos participantes no Simpósio Europeu sobre o Ensino da Religião na Escola Pública.

<sup>100</sup> Diretório Geral da Catequese, *Catequese e Ensino da Religião nas Escolas*, 74.

Esta pluralidade levou os Estados a perceberem a importância da formação religiosa para os seus cidadãos. Fr. Flávio Pajer<sup>101</sup> apresenta quatro modelos que exponho, seguidamente, de forma sintetizada, para classificar o ERE presente nos diversos sistemas de ensino europeus<sup>102</sup>.

O primeiro modelo apresentado pelo autor, a que dá o nome de *Educação religiosa com base teológica*, é caracterizado por um ensino confessional diretamente derivado do que designávamos, antigamente, de *catequese escolar*. Neste modelo, encontram-se os países de maioria católica, sob a concordata. Também se incluem neste modelo, os sistemas educativos dos países ortodoxos.

O segundo modelo foi denominado de *Instrução Religiosa de base científica mista: ciências teológicas mais ciências não teológicas da religião*. Neste modelo, o ensino religioso propõe programas de ensino onde se socorre de dois recursos: as ciências teológicas e as ciências não teológicas. As primeiras porque nos dizem o sentido do objeto de estudo tendo como prisma a fé. As segundas porque nos explicam, de modo mais profundo e completo, os contextos sócio históricos, culturais, ideológicos, económicos e éticos do objeto de estudo. São exemplos deste modelo, a Alemanha e a Itália, embora diferentes no seu regime jurídico.

O terceiro paradigma, proposto por Fr. Flávio Pajer, é designado de *Instrução/formação religiosa fundada nas Ciências da religião*. Neste modelo, os saberes teológicos das Igrejas são considerados, sob um olhar imparcial, como produtos culturais entre os vários que compõem a oferta pedagógica. Estes pretendem informar de um modo crítico, sobre os *factos religiosos e espirituais, sobre a pluralidade das concepções transcendentais e imanentes da vida*. São exemplos deste modelo a Grã-Bretanha, os Países Baixos, os países Escandinavos e em alguns Cantões Suíços.

O quarto arquétipo, *Abordagem do facto religioso a partir das diferentes disciplinas*, caracteriza-se pela tentativa de descoberta do *fator religioso* no interior dessas mesmas disciplinas que compõem o currículo de estudos de um determinado ensino, e a sua preponderância na construção da cultura humana. É exemplo deste modelo o sistema de ensino da França.

---

<sup>101</sup> Fr. Flávio PAJER, *A Educação Religiosa nos Países Europeus*, estudo realizado em 2002, onde foi feito um quadro sinóptico sobre o sistema de ensino e o Ensino Religioso nos diversos países europeus e a sua implementação.

<sup>102</sup> Cf. Fr. Flávio PAJER, *O ensino da religião na União Europeia: modelos, tendências, desafios*, pág. 78 a 82.

## 2.2 O Ensino e a EMRC.

Na introdução ao Programa de EMRC, que começou no ano letivo de 2007/2008 e terminou no ano letivo de 2014/2015, D. Tomaz Pedro Barbosa Silva Nunes, Presidente da Comissão Episcopal da Educação Cristã, diz que EMRC é um fator decisivo para a educação integral dos alunos.

*O Ensino Religioso Escolar é um fator decisivo para a educação integral das crianças, adolescentes e jovens. De facto, seria empobrecedor entender a educação excluindo dela a interpretação e análise do fenómeno religioso, bem como a proposta de uma visão do mundo e da vida humanista e cristã.*<sup>103</sup>

As grandes declarações de direitos, desde a DUDH, a Constituição Portuguesa, a LBSE, reconhecem a sua importância no desenvolvimento integral do ser humano. No desenvolvimento integral do ser humano também se encontra a sua dimensão religiosa. A teologia assume, neste contexto, um papel preponderante no desenvolvimento e esclarecimento da dimensão religiosa do ser humano, dando respostas acerca do sentido da vida humana.<sup>104</sup>

### 2.2.1 O argumento epistemológico.

Se a linguagem teológica tem um estatuto científico, então deve estar, por direito próprio, na Escola. A escola é o lugar, por excelência, onde as diversas ciências e disciplinas do saber humano transmitem as suas descobertas, as suas interrogações e a sua história. Se aceitamos a Teologia, ciência que se debruça sobre o problema do Transcendente, a que as religiões chamam de Deus, como uma disciplina e uma ciência então a presença dela no Ensino é pacífica como o é as outras disciplinas e ciências. Ela também responde a muitas interrogações do ser humano<sup>105</sup>.

---

<sup>103</sup> COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, pág. 9.

<sup>104</sup> *O homem evolui questionando. Mas questiona não porque desconheça as coisas por completo. Ele não parte da ignorância total, mas de um conhecimento inicial imperfeito que deseja compreender até ao limite das suas capacidades. Esta é a razão da sua incessante procura que o leva a encontrar a verdade nas coisas que o rodeiam e em si mesmo, quando nada do que tem à mão lhe proporciona a última resposta que sacie a sua necessidade de saber. Esta insuficiência é a raiz da permanente insatisfação que lança, historicamente, os humanos na busca de uma realidade indeficiente e absoluta que seja o fundamento de tudo e constitua a meta das suas tendências e aspirações. Acresce a isto as ânsias de irreversibilidade que os caracterizam.* Cf. J. de Sahagún LUCAS, *Dios, horizonte del hombre*, pág. 5.

<sup>105</sup> *Sem perder nada da sua especificidade teológica, a reflexão cristã sobre o homem enriquece-se com os dados e as intuições que a filosofia e as ciências humanas proporcionam. Mas, todos estes conteúdos devem ser contemplados sob uma perspectiva nova e mais profunda: a relação do homem com Deus.* Cf. Luis F. LADARIA, *Introducción a la Antropología Teológica*, pág. 11.

Nas situações limite, todos os seres humanos se interrogam acerca do sentido último das coisas e, nesta equação, acabam por levantar o problema de Deus.

*Considerando a prática do ERE nas escolas, convém sublinhar que o ERE é também, em primeiro lugar, uma atividade didática articulada e estruturada. Como em qualquer matéria escolar, a aquisição de conhecimentos é um meio fundamental para alcançar os fins formativos da escola.<sup>106</sup>*

A teologia tem estatuto epistemológico, faz um estudo crítico dos seus princípios, hipóteses e resultados para lhes determinar a sua origem lógica, o seu valor e os seus objetivos. Tal como as outras ciências, a teologia possui um conjunto de conhecimentos gerais e universais que são comunicáveis entre si por um método lógico; forma um sistema coerente de reflexão onde os elementos são comunicáveis para serem universais através de um método lógico, sem contradições. A linguagem teológica é uma linguagem científica e, por conseguinte, tal como as demais ciências, deve estar nas escolas. A linguagem teológica ajuda os alunos a fazerem opções com maior fundamento epistemológico e com maior consciência das suas opções e limitações próprias.<sup>107</sup>

### **2.2.2 O argumento político-jurídico positivo.**

A Legislação fundamental da Republica Portuguesa que serve de alicerce a todas as leis de Portugal é a Constituição da República Portuguesa. No nº 5 do artigo 36.º é afirmado que *os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos*. Por sua vez, no nº1 do artigo 43.º *é garantida a liberdade de aprender e ensinar*. No nº 2 e nº 3, do mesmo artigo, a Constituição afirma que *o Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas. O ensino público não será confessional*. O artigo 67.º aborda o tema da família em que o Estado se propõe a proteger e a criar condições que permitam a realização pessoal dos seus membros pois é o *elemento fundamental da sociedade*. Na alínea c, do nº 2, deste mesmo artigo, afirma-se que é dever do Estado *cooperar com os pais na educação dos filhos*.

---

<sup>106</sup> Cf. Antonio SALAS; Joseph GEVAERT; Roberto GIANNATELLI, *Didáctica de la Enseñanza de la Religión*, pág. 24.

<sup>107</sup> J. de Sahagún LUCAS, na introdução à sua obra *Dios, horizonte del hombre*, na página 16, afirma, acerca da predisposição humana para o Transcendente que *a questão de Deus só é possível porque o ser humano está, essencialmente, aberto ao ser enquanto tal, ao Absoluto. É “capax Dei”*.

O Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, logo na sua introdução, *consagra o direito à educação pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade*. A dimensão religiosa também faz parte do ser humano e é importante para o seu desenvolvimento global. Nesta mesma introdução, *a educação é assumida como um serviço público universal*.

A Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, conhecida como LBSE, quando aborda a questão dos princípios gerais (artigo 2.º) e os princípios organizativos (artigo 3.º) afirma que o *Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas* e que o *ensino público não será confessional*. A mesma Lei afirma que a disciplina de EMRC é obrigatória nos planos curriculares do ensino básico e secundário, embora com frequência facultativa; rejeita o mito da educação neutral ou relativista; defende a educação assente em valores, num quadro pluralista; a formação do carácter, moral e cívica dos jovens e o desenvolvimento dos valores morais, espirituais e cívicos da liberdade, autonomia, responsabilidade, abertura ao outro, solidariedade, intervenção e espírito crítico.<sup>108</sup>

Decreto do Presidente da República n.º80/2004 que ratifica a Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé, assinada em 18 de maio na cidade do Vaticano, defende, no artigo 19.º todo ele dedicado à EMRC, o direito da liberdade religiosa e dever do Estado cooperar com os pais na educação dos filhos. O Estado garante condições necessárias para assegurar o *ensino da religião e moral católicas, no ensino público não superior, sem qualquer forma de discriminação* e que a sua frequência depende de *declaração positiva do interessado*. Este ensino é da competência da autoridade eclesiástica que certifica a idoneidade dos professores. O Estado, por sua vez, contrata, nomeia, transfere, exclui os professores de acordo com a autoridade eclesiástica. Os conteúdos da EMRC são da *exclusiva competência da autoridade eclesiástica*, em conformidade com o sistema de ensino.

O Decreto-Lei n.º 70/2013 de 23 de maio que regula a lecionação da disciplina de EMRC nas escolas públicas, na sua introdução, faz a justificação da sua presença no Ensino Público Português com base na Concordata, assinada entre o Estado Português e Santa Sé e na Declaração dos Direitos do Homem, *na qual expressamente se afirma que*

---

<sup>108</sup> Cf. Lei n.º49/2005 de 30 de agosto, artigos 3.º, 5.º, 7.º, 8.º e 50.º.

«aos pais pertence a prioridade do direito de escolherem o género de educação a dar aos filhos». Faz, ainda, referência aos pactos das Nações Unidas.

A Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro que aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar e *estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensino básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa* afirma no artigo 7.º, denominado de direitos do aluno, alínea c), que este tem direito a escolher o projeto educativo *que se lhe proporcione as condições para o seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral, cultural e cívico e para a formação da sua personalidade.*

Desta legislação portuguesa podemos afirmar, com clareza, que é um direito inalienável dos pais a escolha do projeto educativo para os filhos que melhor se coadune com os objetivos que se propõem para a sua realização como pessoas e como cidadãos e que é obrigação do Estado proporcionar e garantir as condições de realização daquela escolha, sem agravamento de encargos. Deste modo, o Estado deve ser o garante da presença e do ensino de EMRC nas escolas públicas.

### **2.2.3 O argumento histórico-político e sociocultural.**

A DUDH, no artigo 18.º, declara que *toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.* Posteriormente, já no artigo 26.º, diz que a educação é um direito e que deve contribuir para o pleno desenvolvimento da personalidade da pessoa. Os pais são responsáveis por ela e têm a incumbência de escolher o tipo de educação a ministrar aos seus filhos.

O Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, na linha da DUDH, assegura, no artigo 18.º, que *toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião.* Este direito à liberdade de religião, consciência e pensamento pode manifestar-se *pela prática e pelo ensino.* Além disto, *Os Estados-Signatários no presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais e dos tutores legais, se for o caso, de modo a garantir que os filhos recebam uma educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções.*

O Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais também assinado por Portugal, refere, no artigo 13.º, que os *Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e a fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais.* No número 6, deste mesmo artigo, afirma que os Estados devem respeitar a liberdade dos pais ou tutores reconhecidos na escolha das escolas para os seus filhos, assim como, *venham a receber educação religiosa ou moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.*

É um facto incontornável, no caso concreto da Europa e mesmo a nível mundial, compreender a nossa cultura e a nossa história sem uma referência concreta ao fenómeno religioso cristão.

*Não temos qualquer necessidade de renegar a herança religiosa (com direito a inventário) para assumirmos as nossas obrigações laicas e subtrair o espaço público a qualquer empreendimento eclesial (como a tão preciosa laicidade à francesa exige). Não é preciso ser democrata-cristão para dar a Cluny o que é de Cluny e a Ferney o que é de Ferney.*<sup>109</sup>

No caso concreto português, a matriz cristã católica é mesmo estruturante. Estamos modelados pela mundividência cristã. Basta, por exemplo, olhar para a organização do nosso tempo (o calendário, por exemplo), a forma como a nossa sociedade está estruturada, os monumentos presentes nas nossas aldeias e cidades. E se a Escola é o espaço e o tempo da assimilação sistemática, crítica, orgânica, histórica e dinâmica da cultura, então, se consciente e criticamente programado, o ERE é elemento integrante do conteúdo educativo. O ERE em Portugal contribui para a defesa da identidade nacional e o reforço da fidelidade à matriz histórica em que nos inserimos e o reforço da matriz cultural portuguesa devido à sua mundividência cristã, católica. Este conhecimento da mensagem cristã abre portas à descoberta do valor do outro, promovendo a paz, a solidariedade e a concórdia entre as pessoas e os povos.<sup>110</sup>

---

<sup>109</sup> Régis DEBRAY, *O Fogo Sagrado*, pág. 50 e 51.

<sup>110</sup> Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, pág. 13 e 14.

## 2.2.4 O argumento antropológico, pedagógico e teológico (a educação integral).

Quando falamos de educação integral falamos de educação que deve contribuir para o desenvolvimento total e pleno da pessoa.

*O principal objetivo da educação é suscitar e favorecer a harmonia pessoal, a verdadeira autonomia, a construção progressiva e articulada dos aspetos racional e volitivo, afetivo e emocional, moral e espiritual. Desta harmonia pessoal decorre a participação social e feliz, cooperante e solidária, que resulta na harmonia social.<sup>111</sup>*

A escola deve zelar pelo desenvolvimento pleno e pelo aperfeiçoamento moral dos jovens. Assim, negar a presença do ERE em qualquer currículo educativo, seria impor limites, mesmo em nome de uma laicidade, à expressão das características, opções e convicções mais profundas de cada pessoa humana.

*A dimensão religiosa é constitutiva da pessoa humana. Por isso, não haverá educação integral, se a mesma não for tomada em consideração; nem se compreenderá verdadeiramente a realidade social, sem o conhecimento do fenómeno religioso e das suas expressões e influências culturais.<sup>112</sup>*

A escola tem uma função educativa. Transmite a riqueza científica, cultural, ética, estética e artística, com vista à assimilação sistemática e crítica da cultura e à aquisição de competências para a progressão nos estudos, para a inserção no mercado de trabalho, para serem adultos comprometidos, com personalidades responsáveis, capazes de opções livres com sentido ético e social.

*É um lugar privilegiado de desenvolvimento harmonioso do aluno, considerado como pessoa, na integridade das dimensões corporal e espiritual, e da abertura à transcendência, aos outros e ao mundo que é chamado a construir.<sup>113</sup>*

Deste modo, não se pode ocultar a abertura ao transcendente ou mesmo a educação religiosa como dimensões constituintes e importantes na formação da pessoa humana. Então, o ERE deve integrar, plenamente, os conteúdos educativos a que todos os intervenientes da sociedade têm direito. Ele ajuda na formação de uma identidade autónoma que se constrói na relação com o outro (sendo ele o ser humano, seu

---

<sup>111</sup> CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral Sobre a Educação: «Direito e Dever - Missão Nobre ao Serviço de Todos»*, nº 3.

<sup>112</sup> CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade*, nº 6.

<sup>113</sup> CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade*, nº 9.

semelhante ou, mesmo, o Transcendente que os crentes chamam de Deus), reclama a questão do sentido: a sua relação consigo próprio, com os outros e com o universo.

Assim, no âmbito de uma educação integral, em contexto plural e no quadro de diferentes abordagens hermenêuticas acerca do sentido último das realidades, a educação para o respeito efetivo dos valores religiosos do outro, é incontornável e urgente, quer para crentes, quer para não-crentes. *A educação integral é o corolário legítimo da dignidade humana.*<sup>114</sup>

### **2.2.5 Finalidade e natureza da EMRC na escola pública.**

O Programa da disciplina de EMRC, publicado em 2014, na linha dos argumentos que justificam a sua presença na Escola Pública, acrescenta as seguintes: *não há educação integral sem a consideração da dimensão religiosa, porque ela é constitutiva da pessoa humana; a componente religiosa é um fator insubstituível para o crescimento humano em liberdade e responsabilidade; o Evangelho ajuda a amadurecer as interrogações sobre o sentido da vida; o Evangelho inspira valores de fé e de humanidade que tecem a história e a cultura da Europa; a compreensão da realidade social, que a escola deve promover, requer, para ser verdadeira, o conhecimento do fenómeno religioso e das suas expressões e influências sociais.*<sup>115</sup>

Na ótica dos Bispos portugueses, a EMRC tem como grande finalidade "formação global do aluno, que permita o reconhecimento da sua identidade e, progressivamente, a construção de um projeto pessoal de vida. Promove-a a partir do diálogo da cultura e dos saberes adquiridos nas outras disciplinas com a mensagem e os valores cristãos enraizados na tradição cultural portuguesa".

São finalidades da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica: apreender a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo, em particular; conhecer o conteúdo da mensagem cristã e identificar os valores evangélicos; estabelecer o diálogo entre a cultura e a fé; adquirir uma visão cristã da vida; entender e protagonizar o diálogo ecuménico e inter-religioso; adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social; apreender o fundamento religioso da moral cristã; conhecer e descobrir o significado do

---

<sup>114</sup> CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral Sobre a Educação: «Direito e Dever - Missão Nobre ao Serviço de Todos»*, nº 28.

<sup>115</sup> SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, pág. 4.

património artístico-religioso e da simbólica cristã; formular uma chave de leitura que clarifique as opções de fé; estruturar as perguntas e encontrar respostas para as dúvidas sobre o sentido da realidade<sup>116</sup>; apreender a posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência.<sup>117</sup>

*“O que confere ao ensino religioso escolar a sua característica peculiar é o facto de ser chamado a penetrar no âmbito da cultura e de se relacionar com os outros saberes.” A EMRC tem em vista a formação global dos alunos, que permita o reconhecimento da sua identidade e, progressivamente, a construção de um projeto pessoal de vida. Promove-a a partir do diálogo da cultura e dos saberes adquiridos nas outras disciplinas com a mensagem e os valores cristãos enraizados na tradição cultural portuguesa.<sup>118</sup>*

Estas afirmações da CEP, presentes no Programa de EMRC confunde, em alguns momentos, a natureza da disciplina de EMRC com a catequese paroquial. É uma tentação permanente, mesmo na prática docente. O docente é chamado a fazer esta distinção na sua prática letiva. O aluno, por sua vez, não é chamado a fazer de seu o património cultural e a visão cristã da vida assim como a aderir a eles mediante uma opção de fé pessoal. O aluno de EMRC é convidado a conhecer a visão cristã da vida e através de exemplos movidos pela fé, reconhecer as influências quotidianas nas vidas dos crentes. Depois, se escolhe uma adesão de fé ou não, faz parte da sua liberdade esclarecida. A disciplina de EMRC assume um papel importante na construção e no aprofundamento desta liberdade esclarecida.

A natureza do ERE define-se, em primeiro lugar, pelas finalidades deste ensino. Neste campo, é claro que a EMRC é uma disciplina confessional. A confessionalidade da disciplina significa que interpreta a realidade circundante através da perspetiva cristã, em geral, católica, em particular, proposta como uma visão coerente e articulada com as demais áreas do saber e da cultura. Assim, como disciplina confessional na Escola, de oferta obrigatória e frequência facultativa, desponta e reorganiza as interrogações sobre Deus, sobre a interpretação do mundo, sobre o significado e o valor da vida e sobre as

---

<sup>116</sup> O Papa Francisco, na *LF*, no nº 34, aponta a fé, com a luz do amor, como farol para iluminar as questões do nosso tempo que assaltam a razão humana e conduzir o Homem a uma mesma família, onde todos procuram o bem comum. *A luz do amor, própria da fé, pode iluminar as perguntas do nosso tempo acerca da verdade. [...] Sendo a verdade de um amor, não é verdade que se impõe pela violência, não é verdade que esmaga o indivíduo; nascendo do amor pode chegar ao coração, ao centro pessoal de cada homem; daqui resulta claramente que a fé não é intransigente, mas cresce na convivência que respeita o outro. [...] A fé desperta o sentido crítico, enquanto impede a pesquisa de se deter, satisfeita, nas suas fórmulas e ajuda-a a compreender que a natureza sempre as ultrapassa.*

<sup>117</sup> SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, pág. 5.

<sup>118</sup> CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade*, nº 8.

normas do agir humano e torna possível uma resposta que nasce da Revelação e da fé da Igreja; familiariza com a realidade da fé e do anúncio em que se baseia e ajuda aceitar, de maneira responsável, na reflexão, no exemplo da fé; capacita para tomar uma decisão pessoal em matéria religiosa precisamente na confrontação com as outras confissões e religiões, com as diversas concepções do mundo e do homem e com as diversas ideologias, favorecendo a compreensão e a tolerância perante a diferença; favorece as motivações para uma vida religiosa e para uma ação responsável na Igreja e na sociedade.<sup>119</sup>

### **2.3 O Programa de 5º Ano.**

O programa é um ponto de referência e, simultaneamente, um conjunto de orientações.

*O programa é um ponto de referência e, simultaneamente, um conjunto de orientações que deixam uma margem de liberdade bastante ampla a quem produzir os materiais pedagógicos e aos professores no ato de organizarem o processo de ensino.*<sup>120</sup>

O programa da disciplina de EMRC é constituído pelos elementos seguintes: Competências gerais do Ensino Básico e Secundário; Competências específicas de EMRC distribuídas por domínios, experiências de aprendizagem e conteúdos temáticos que serão abordados e analisados no próximo capítulo de análise à UL que está na origem deste trabalho. Cabe ao docente de EMRC a gestão equilibrada do mesmo na exploração das diversas UL propostas para cada ciclo e ano de ensino.

O programa de 5º ano, proposto no ano letivo de 2007, possui cinco UL com temas que vão desde a *Água, Fonte de Vida* a *Jesus Cristo*. Dá uma certa sensação de serem apresentadas de forma avulsa ou com outros interesses, por exemplo, o acompanhamento dos conteúdos de outras disciplinas que compõem o currículo do 5º ano do Ensino Básico Nacional.

A melhor sequência lógica do programa de 5º ano, tendo como objetivo primordial a disciplina de EMRC, é a seguinte: UL 1: *Viver Juntos*, seguidamente a UL4: *Promover a Concórdia*, depois a UL 5: *A Fraternidade* e acabar na UL 2: *A Água*,

---

<sup>119</sup> Cf. SALAS, Antonio; GEVAERT, Joseph; GIANNATELLI, Roberto, *Didáctica de la Enseñanza de la Religión*, pág. 24.

<sup>120</sup> COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, pág. 21.

*Fonte de Vida.* Escolho esta sequência porque os alunos têm de aprender a *Viver Juntos* nesta nova etapa da vida deles, numa nova e maior escola, com mais colegas de caminho que são todos diferentes uns dos outros mas unidos pelo mesmo ideal: aprender a ser feliz através de uma educação integral do ser humano oferecida pela escola que frequentam. Para o conseguirem têm de *Promover a Concórdia* e a *Fraternidade*. Para terminar, *A Água, fonte de vida* para compreenderem que não basta estar bem com os colegas, amigos mas também com a natureza que nos rodeia. Sem água, a vida na terra torna-se precária. Ela é importante para que haja vida e nem as religiões (nomeadamente o cristianismo) esqueceram este facto e, por isso, adotaram a água como um símbolo e um sinal.

A UL 1: *Viver Juntos* inicia o ano escolar para os alunos do quinto ano. Nesta fase da vida do jovem aluno, ele sente-se um pouco perdido com as transformações e as mudanças ocorridas na sua vida e, muitas das vezes, não percebe que é um sinal de crescimento. A nova escola, com muitos e novos colegas, com novos docentes e disciplinas é uma grande amostra desse facto. Todos juntos formamos um grande grupo, a comunidade escolar, onde existe uma extraordinária riqueza humana na sua variedade. Somos todos diferentes, temos características, gostos, vontades e origens que realçam essa mesma diferença. Contudo, todos temos o mesmo objetivo: crescer física e psicologicamente para sermos mais felizes.

A UL 1 começa por abordar as transformações que ocorrem nas vidas dos alunos que transitam do primeiro para o segundo ciclo. Ela leva o aluno a tomar consciência das diferenças ocorridas e na necessidade de haver consensos e regras para que toda a comunidade educativa consiga entender-se, dar-se bem uns com os outros e atingir o objetivo a que se propuseram no início. Para chegar a esse mesmo objetivo, é proposto um conjunto de regras conhecido por Decálogo ou Dez Mandamentos. Este conjunto de regras tornou-se importante para o povo hebreu. Sempre que as cumpriam eram felizes e tudo corria bem. Quando, ao contrário, não as cumpriam, a vida era mais difícil e perdiam a liberdade. Mais tarde, depois de Moisés que deu ao povo hebreu o Decálogo recebido das mãos de Deus, veio Jesus que clarificou o aspeto mais importante desses mandamentos: *Amarás ao Senhor teu Deus de todo o coração, de toda a tua alma e de todo o teu espírito. Esse é o maior e o primeiro mandamento. O segundo é semelhante a esse: Amarás o teu próximo como a ti mesmo* (Mt 22, 37-39). Se este mandamento for cumprido, todos os outros mandamentos são, igualmente, cumpridos. O mandamento, deixado por Jesus, resume todas as regras e leis porque estas existem para regular o

egoísmo das pessoas. “*As regras e as leis são tentativas de criação de um conjunto de valores que permitam a convivência pacífica. Mas se acolhêssemos a mensagem de Jesus, não precisaríamos de mais nenhuma regra: o amor é o valor central, tudo o resto vem por acréscimo*”.

Termina, assim, todo o fio condutor da UL: a mudança, sinal de crescimento, que reúne um grande número de pessoas com características diferentes e com um mesmo objetivo. Para responder a tantas características diferentes em busca de um mesmo objetivo são necessárias regras e consensos. Assim, neste contexto, aparece o decálogo do Antigo Testamento e o Mandamento do Amor do Novo Testamento.

Esta UL termina com uma abordagem sobre a Bíblia. Na minha opinião, esta UL perde o seu fio condutor quando fala deste tema. Penso que faria mais sentido na “UL 3: Jesus de Nazaré”. No norte do país, onde muitas crianças frequentam a catequese e existe uma prática cristã mais enraizada, não fará grande sentido abordar este tema porque os alunos já o conhecem e confundem, facilmente, as aulas de EMRC com a catequese paroquial.

Enquanto abordamos esta UL e falamos do grupo e da necessidade de regras para este funcionar e se entender, podemos dedicar uma aula para realizar um jogo de equipa fora da sala de aula onde os alunos, divididos em duas equipas diferentes, percebam a importância de cada membro dessa mesma equipa e das regras para conseguirem vencer esse mesmo jogo. Depois, partindo desta experiência de aprendizagem, falar dos conteúdos propostos para esta UL.

A UL 2: *Água, fonte de vida* aparece depois da UL 4: *Promover a Concórdia*. Assim, vem na linha das UL anteriores, nomeadamente da UL 4. Aqui poderemos fazer uma referência ao nosso comportamento perante os dons da natureza presentes no planeta Terra e que foram colocados ao dispor de todos os seres humanos, desde os seus primórdios até aos últimos tempos futuros.

A UL começa por abordar as utilizações mais comuns da água no nosso quotidiano, desde matar a nossa sede, lavar os locais que frequentamos, a agricultura, embelezamento das nossas cidades e até na religião onde nos convida à interioridade, à presença de Deus e mudança de vida. Com estas referências, os autores pretendem patentear a importância da água nas vidas de todos os seres humanos e que a água está presente em todas as dimensões da vida do Homem.

Seguidamente, os autores do manual optaram por fazer uma abordagem dos recursos hídricos enquanto organizadores das sociedades ao longo de toda a história

humana, nomeadamente no desenvolvimento das grandes civilizações antigas. Na minha opinião, os autores confundiram o papel do professor de EMRC com o papel do professor de História e Geografia de Portugal. Isto é semelhante ao programa de História de 5º Ano. É certo a importância da água no desenvolvimento de todas as dimensões da vida humana mas, no meu entender, não era necessário ir tanto ao pormenor.

Posteriormente, a UL desenvolve-se abordando a água na expressão artística. Aqui, na minha opinião, os autores foram um pouco infelizes no sentido que não justificam este tema no desenvolvimento que lhe proporcionam. A água na arquitetura até é fácil de perceber, mas nas outras formas de arte não tem qualquer fundamento. Mesmo os exemplos que usam para demonstrar a importância da água na música não são os melhores (*o mar enrola na areia* ou *ninguém é dono do mar*) que pode até ajudar à dispersão dos alunos. Deste modo, ficamos com a sensação desta parte ter sido colocada com o objetivo de justificar a parte que vem logo a seguir no programa – a água na literatura religiosa. Nesta parte, faz uma abordagem resumida sobre a água na literatura judaico-cristã e hinduísta para tornar a referir a água na literatura profana onde ficamos novamente com a sensação que foi colocado aí de forma forçosa porque inicia novamente, depois de quebrado o fio com a literatura profana, o tema da água nas religiões, mais propriamente, a água com a simbologia judaico-cristã.

A simbologia judaico-cristã pode ajudar os alunos a compreender melhor o tema de Jesus – a água viva, ao mostrar o significado de alguns símbolos judaicos, relacionados com a água, que são retomados pelo cristianismo que nasceu e se desenvolveu no seio do judaísmo. Contudo, não é muito importante no desenvolvimento da UL. O significado da água, para o cristianismo, é o mais importante, porque faz referência ao valor simbólico e espiritual deste elemento da natureza nos sacramentos, para os alunos entenderem o porquê da sua utilização e o seu significado.

Terminado o assunto da água na religião, mais propriamente no cristianismo, o tema da água é abordado no contexto científico demonstrando a quantidade de água existente no planeta, o ciclo hidrológico, a escassez de água e a sua má utilização. Neste aspeto, ficamos novamente com a sensação de não sermos professores de EMRC mas antes de Ciências da Natureza ou Naturais. Mesmo abordando o problema dos recursos hídricos no mundo atual, ficamos sem perceber como deve um homem de fé interpretar este problema em relação a um ateu, quais as diferenças de interpretação e de abordagem de soluções, etc. Aqui está uma grande lacuna, fala realmente que a água é

um dom de Deus e um direito de todos mas onde fundamenta essa afirmação? É suficiente para um homem de fé a justificação dessa afirmação na *Carta Europeia da Água*? Penso que não.

Uma atividade interessante que se poderia realizar, em contexto de sala de aula, seria a exploração da letra e da música do Paulo Gonzo – *Espelho de Água* através do videoclip da mesma ou de uma montagem de vídeo.

A UL 4: *Promover a Concórdia* aparece depois da UL 5: *A Fraternidade* continuando, na minha opinião, a UL anterior. O tema da Fraternidade está intimamente ligado ao tema da Concórdia. Este foi o fio condutor selecionado pelo núcleo de estágio no início das suas atividades, no novo ano escolar. Tanto a Fraternidade como a Concórdia necessitam da sua realização concreta na vida humana para serem vividas, do melhor modo, nas nossas vidas quotidianas. A vivência de uma ou outra não pode ser vivida isoladamente sem uma referência à outra.

A UL começa por abordar o tema da liberdade humana. O ser humano é capaz de avaliar, julgar e fazer escolhas. Esta liberdade de pensar e de agir exige, da nossa parte, uma resposta responsável. Esta resposta responsável exige o respeito pelo exercício da liberdade dos outros e a procura do bem comum. *Sei que posso fazer tudo, mas nem tudo me convém* (1 Cor 6, 12).<sup>121</sup> Este é o grande dilema do ser humano ao longo de toda a sua história.

Partindo da questão da liberdade, os autores do manual abordam o tema do agir moral em que devemos *fazer o bem e evitar o mal*. Este princípio moral deve ser o móbil de toda a ação humana. O ser humano, enquanto ser social que vive em comunidade e em constante interdependência dos seus semelhantes precisa de desenvolver entre os seus pares esta norma moral e guiar por ela todo o seu agir. Não agir em sintonia com esta norma moral significa comprometer a relação com os outros. As diferenças entre nós, nos modos de agir, pensar e ser, nas nossas confissões

---

<sup>121</sup> Esta frase também faz parte da proposta do Manual de 5º ano, na página 119, com a letra da música *Escolhas* de Sara Tavares. Doutor Jorge Teixeira da CUNHA, na sua obra *Ética Teológica Fundamental*, na página 92, aborda esta questão entre a lei do direito civil e a lei moral. *Onde o direito renuncia, em prol do bem comum, a consciência moral aparece, não apenas para o bem comum, mas para o bem absoluto. A consciência tem lugar democrático no âmbito da cultura, onde se trocam, rosto a rosto, os bens que fazem feliz o ser humano. Ignorar a pessoa ou a sociedade civil, em favor de um Estado que tudo sabe, é uma permanência no totalitarismo. Nem o ser humano pode desculpar-se sob a capa da legalidade civil, nem esta pode ver-se como a única forma de ordenação ao bem. Propor e esclarecer o lugar da consciência moral é propor a condição última do bem, conforme com a vocação do ser humano à Transcendência. Esta vocação é o último vestígio da sua dignidade. A complementaridade entre consciência moral e lei jurídica, nas sociedades de hoje, é a condição, é uma condição indispensável para a democracia.*

religiosas (por exemplo, em relação ao islamismo e o fanatismo religioso) origina, muitas vezes, desconfiança e medo uns dos outros podendo minar as relações interpessoais.

As pessoas podem agir contra os valores ou normas morais, ou seja, contra a sua própria consciência. A isto, os autores do manual, chamam o *mal moral*. Este mal moral é o que origina situações de rutura que afetam a nossa relação com os nossos semelhantes e até mesmo com Deus. Aqui poderá estar o aspeto em que os alunos possam encontrar maior dificuldade. A noção de mal moral e de pecado<sup>122</sup> pode levantar dúvidas nas suas mentes que identificam o roubo e o homicídio como pecado, sendo tudo o resto desculpável. Para ilustrar este problema aparecem, de seguida, no manual, exemplos de manifestações do mal: a guerra, a fome, a pobreza, as catástrofes naturais, entre outras.

No seguimento do tema do mal moral e do pecado os autores aludem como resposta a procura da concórdia. Algumas passagens bíblicas podem apontar um modo de alcançar a tão desejada concórdia: Perdoar o outro e recusar a vingança (Sir 28, 1-7) a parábola do rei misericordioso e justo (Mt 18, 21-35). O manual anota algumas etapas para a superação do mal moral e dos conflitos que dele resultam: estar disposto a aceitar que se errou; estar disposto a pedir perdão aos outros, apesar dos seus erros; estar disposto a perdoar e estar disposto a reparar o mal. Este caminho estruturado para se atingir a concórdia é partilhado também pelo núcleo de estágio. Na opinião deste grupo, esta é a UL que está melhor estruturada em relação às outras UL. Parece haver um fio condutor interno que dá para estender à UL anterior e à próxima, a UL 2: *Água, fonte de vida*, quando abordamos o mau uso dos recursos hídricos.

Enquanto abordamos esta UL e falamos do agir moral: *faz o bem e evita o mal*, podemos dedicar uma aula para realizar um pequeno trabalho de grupo sobre uma ou mais situações que os alunos conheçam acerca de algum problema que identifique uma situação de mal moral e que afete a vida de muitos. Depois, partindo desta situação de aprendizagem, falar do mal moral e da noção de pecado.

A UL 5, *A Fraternidade*, parece ter um fio condutor lógico entre os conteúdos, contudo contém algumas imprecisões. Embora seja importante identificar razões de natureza humanista e religiosa que justifiquem a vivência de relações fraternas entre

---

<sup>122</sup> Jorge Teixeira da CUNHA, na sua obra *Ética Teológica Fundamental*, na página 147, afirma que, *teologicamente, o pecado é o esquecimento culpável da filiação divina, como fonte de vida e da subjetividade do ser humano.*

todos os seres humanos, não supomos ser necessário recuar até ao passado comum da humanidade, ao *Homo sapiens sapiens*. Por isso, decidi começar por definir o conceito de grupo, aqueles em que nos inserimos e as características e finalidades dos mesmos.

De seguida, parece importante conhecer os fundamentos cristãos da fraternidade, o significado da palavra e o seu alcance. Os cristãos reconhecem que são imagem e semelhança de Deus e, por isso, todos iguais em dignidade.

Tomar consciência de que existe a negação da fraternidade, racismo e xenofobia, é importante, na medida em que apela para a luta da não-violência e reforça a necessidade de solidariedade, colaboração e respeito mútuo para a ordem à vida em grupo e para a dignificação de cada elemento.

Por fim, é de todo oportuno conhecer algumas organizações/instituições e pessoas que defendem e lutam pela igualdade e dignidade entre os seres humanos, sempre no pressuposto da construção de um mundo mais fraterno.

Enquanto vamos abordando esta UL, poderíamos realizar uma atividade. Esta seria a visualização de um filme que retrate os conflitos entre os negros e os brancos nos Estados Unidos da América e, no fim, elaborar um trabalho de grupo sobre uma personagem que tenha lutado pela igualdade entre brancos e negros ou pelos direitos humanos em geral.

## **2.4 A UL 5 – A Fraternidade (programa de 2007).**

Farei, seguidamente, de forma sucinta, uma análise crítica à UL 5 – A Fraternidade na pertinência da operacionalização das competências, na proposta de conteúdos, na importância das experiências de aprendizagem para as aulas de EMRC e no desenvolvimento psicológico dos alunos de 5º ano para a lecionação deste tema no segundo ciclo do Ensino Básico. A disciplina de EMRC dá um grande contributo no desenvolvimento e compreensão desta temática. A História e a Biologia ajudam a compreender a nossa origem comum, os nossos antepassados. Já a tradição veterotestamentária sublinha a criação do Homem por Deus, à sua imagem e semelhança.<sup>123</sup> Contudo, o cristianismo, com a chave cristológica, dá uma outra profundidade e radicalidade ao tema da fraternidade.<sup>124</sup> Com Cristo, o ser humano é levado à condição

---

<sup>123</sup> Cf. Juan L. Ruiz de la PEÑA, *Teologia de la Creación*, pág. 45. *A ação criadora de Deus chega ao seu clímax com a criação do homem, «imagem e semelhança».*

<sup>124</sup> Cf. M. FLICK, Z. ALSZEGHY, *Antropologia Teologica*, pág. 523.

de Filho de Deus, irmão do seu semelhante, membros da mesma família. O ser humano tem a sua origem e o seu fim em Deus<sup>125</sup>.

### 2.4.1 As competências.

Na altura em que frequentei o mestrado de Especialização do Ensino da EMRC e realizei o estágio pedagógico supervisionado, o programa estava organizado por competências. Atualmente, está organizado pelas metas. A competência, tal como nos foi ensinado ao longo da referida formação, tinha de incluir três dimensões importantes: *Saber – saber* que se traduz nos conhecimentos; *Saber – fazer* que se traduz nas capacidades de realizar alguma coisa/tarefa e, por fim, *Saber – ser* que diz respeito às atitudes/valores e estão divididas em quatro domínios: Cultura e Visão Cristã, Ética e Moral, Religião e Experiência Religiosa, Cultura Bíblica e Património e Arte Cristã.

*[...] A noção de competência diz respeito à mobilização de conhecimentos, atitudes, comportamentos, valores e capacidades quer para enfrentar adequadamente variadas situações da vida quotidiana, desde a resolução de problemas intelectuais ou práticos, até à tomada de decisões, à interpretação de determinadas situações da vida com vista a atingir objetivos pessoais, sociais ou profissionais, quer para a progressão na construção de conhecimento cada vez mais complexo que permite desempenhos intelectuais mais conseguidos.*<sup>126</sup>

Para além das competências gerais do Ensino Básico propostas pelo Ministério da Educação, a disciplina de EMRC propõe, como competências específicas, que o aluno seja capaz de:

1. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.
2. Questionar-se sobre o sentido da realidade.
3. Equacionar respostas à questão do sentido da realidade, a partir da visão cristã do mundo.
4. Organizar uma visão coerente do mundo.
5. Interpretar produções culturais que utilizam ou aludem a perspetivas religiosas ou valores éticos
6. Interpretar criticamente episódios históricos e factos sociais, a partir de

Domínio: Cultura e Visão  
Cristã

<sup>125</sup> Papa Francisco, *Lumen Fidei*, número 54: *Na Idade Moderna, procurou-se construir a fraternidade universal entre os homens, baseando-se na sua igualdade; mas, pouco a pouco, fomos compreendendo que esta fraternidade, privada do referimento a um Pai comum como seu fundamento último, não consegue subsistir.*

<sup>126</sup> COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, pág. 19.

- uma visão fundada em valores humanistas e cristãos.
7. Relacionar os dados das ciências com a interpretação cristã da realidade.
  8. Relacionar o fundamento religioso da moral cristã com os princípios, valores e orientações para o agir humano, propostos pela Igreja.
  9. Organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã.
  10. Mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do cotidiano.
  11. Propor soluções fundamentadas para situações de conflito de valores morais a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã.
  12. Relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e solidariedade, assumindo a alteridade e diversidade como fator de enriquecimento mútuo.
  13. Reconhecer a relatividade das convicções pessoais, como contributos de aproximação à verdade.
  14. Identificar o núcleo central constitutivo da identidade do Cristianismo, particularmente do Catolicismo.
  15. Identificar o núcleo central constitutivo das principais confissões religiosas.
  16. Distinguir os elementos convergentes dos elementos divergentes das principais confissões religiosas cristãs e não cristãs.
  17. Assumir uma posição pessoal frente ao fenómeno religioso e à identidade das confissões religiosas.
  18. Agir em conformidade com as posições assumidas em relação ao fenómeno religioso, no respeito pelos valores fundamentais do diálogo e da tolerância.
  19. Promover, na sua prática de vida, o diálogo ecuménico como suporte essencial para a construção da entre os povos e da unidade do Cristianismo, mobilizando conhecimentos sobre a identidade de cada confissão religiosa cristã.
  20. Promover, na sua prática de vida, o diálogo inter-religioso como suporte

Domínio: Ética e Moral

Domínio: Religião e Experiência Religiosa

<p>essencial para a construção da entre os povos, mobilizando conhecimentos sobre a identidade de cada confissão religiosa não cristã.</p> <p>21. Interpretar textos sagrados fundamentais de religiões não cristãs, extraindo significados adequados e relevantes.</p>	
<p>22. Usar a Bíblia a partir do conhecimento da sua estrutura.</p> <p>23. Interpretar textos fundamentais da Bíblia, extraindo significados adequados e relevantes.</p> <p>24. Reconhecer as implicações da mensagem bíblica nas práticas da vida quotidiana.</p>	<p>Domínio: Cultura Bíblica</p>
<p>25. Interpretar produções estáticas de temática cristã, de âmbito universal e local.</p> <p>26. Apreciar produções estáticas de temática cristã, de âmbito universal e local.</p>	<p>Domínio: Património e Arte Cristã</p>

Na linha da definição de competências, que engloba os três saberes: *Saber-saber*, *Saber-fazer* e *Saber-ser*, as competências do domínio do Património e Arte Cristã levantam imensas dúvidas. Aponto dois exemplos para ilustrar. A primeira, *Interpretar produções*, parece dizer respeito, unicamente, ao *Saber-Fazer* ao passo que a segunda, *Apreciar produções*, parece dizer respeito, exclusivamente, ao *Saber-Ser*. Deste modo, parece que a formulação destas competências não foi a mais correta. Posteriormente, farei uma crítica à sua operacionalização na UL 5 – A Fraternidade.

#### 2.4.2 Os conteúdos.

Falando, objetivamente, os conteúdos são o que a escola deve levar o aluno a conhecer. Teoricamente, pode ser dividido por anos letivos, níveis de dificuldade, áreas disciplinares ou disciplinas. O conteúdo programático é o conjunto de conhecimentos que o aluno irá apreender no ano de escolaridade em que se encontra matriculado.

*Os conteúdos curriculares são entendidos como a base de conhecimentos e o conjunto de procedimentos que são requeridos aos alunos para que possam tornar-se competentes, capazes de fazer deles um uso inteligente de forma a poderem tornar-se cidadãos educados, e responder melhor às situações da vida e aos desafios do pensamento. [...] A finalidade última não pode ser apenas a memorização de um*

*conjunto de saberes, mas o seu uso para responder às solicitações da vida e para desenvolver as competências que essa mesma vida lhes irá exigir permanentemente.*<sup>127</sup>

Os conteúdos propostos para a UL 5 A Fraternidade são:

- O significado da palavra «fraternidade» e o seu alcance.
- Somos todos irmãos:
  - Todos somos seres humanos: homo sapiens sapiens;
  - Todos os homens são dotados de razão e consciência (DUDH);
  - Somos todos habitantes da mesma casa;
  - Todos somos filhos de Deus.
- Os grupos onde me insiro:
  - Identificação dos grupos;
  - Características dos grupos;
  - Integração nos grupos;
  - Critérios éticos de seleção de grupos.
- O verdadeiro amigo é um tesouro: Sir 6, 5-17.
- O jejum que agrada a Deus é a fraternidade para com os outros: Is 58, 4-11.
- A negação da fraternidade. Quando determinados grupos são discriminados:
  - O racismo e as suas variadas manifestações. Luta contra o racismo e a discriminação;
  - Os Espirituais Negros;
  - O delito de opinião: quando as pessoas são discriminadas por pensarem de maneira diferente;
- Construir um mundo fraterno.

Alguns conteúdos desta UL são semelhantes aos conteúdos lecionados nas disciplinas de História e Geografia de Portugal e Ciências da Natureza, indo ao encontro da interdisciplinaridade de conteúdos das disciplinas que compõem o desenho curricular do quinto ano de escolaridade. Com esta interdisciplinaridade, os alunos apreendem e interpretam os conceitos e conteúdos relacionados com a visão cristã da vida e do mundo. Isto tem algo de positivo mas também de negativo, como, por exemplo, a perda de identidade e de relevo da própria disciplina.

Logo no início da UL, na operacionalização da primeira competência – *Identificar razões de natureza científica, humanista e religiosa que justifiquem a*

---

<sup>127</sup> COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, pág. 20.

*vivência de relações fraternas entre todos os seres humanos (Comp. 1, 7 e 8) – tenta-se defenir a fraternidade e o seu alcance: somos todos irmãos. Justifica-se esta afirmação usando um argumento científico (todos somos seres humanos: homo sapiens sapiens; somos todos habitantes da mesma casa;), com um argumento antropológico (Todos os homens são dotados de razão e consciência – DUDH) e o argumento religioso (somos todos filhos de Deus). Esta última justificação, confunde-se com a catequese e torna-se um pouco apologética. A afirmação de que somos todos filhos de Deus implica uma adesão da fé. Este argumento aparece misturado com os argumentos dos outros campos do saber humano sem uma justificação que nos leve a essa conclusão. Aqui, torna-se relevante o que foi exposto no capítulo I deste trabalho, apresentando o pensamento cristão que complementa os dados das outras áreas do saber humano dando-lhe um significado mais profundo que implica a totalidade do género humano.*

Os conteúdos propostos na operacionalização da segunda competência – *Organizar um universo coerente de valores, baseado na solidariedade e cooperação em ordem à vida em grupo e à definição de cada elemento (Comp. 9, 10 e 12) – onde abordam os grupos em que me insiro* levanta a questão se isto são mesmo conteúdos. Nas aulas de EMRC, para abordar um determinado assunto ou conteúdo, partimos dos dados do quotidiano e das experiências pessoais que os discentes apontam como exemplos/ilustrações para o que é lecionado em contexto de sala de aula. Deste modo, este conteúdo é mais uma estratégia/experiência de aprendizagem. A *solidariedade* e a *cooperação* não são já concretizações da Fraternidade? Se a resposta é positiva não é coerente a abordagem destes valores nesta fase de desenvolvimento pedagógico da UL.

Na operacionalização da terceira competência – *Interpretar textos fundamentais da Bíblia, sobre a relação de amizade e fraternidade, reconhecendo as suas implicações na vida quotidiana (Comp. 8, 23 e 24) –* aparecem duas propostas de textos bíblicos do AT que pretendem dar relevo ao Saber-Fazer da competência. *O verdadeiro amigo é um tesouro: Sir 6, 5-17* e *O jejum que agrada a Deus é a fraternidade para com os outros: Is 58, 4-11*. Estes conteúdos são um pouco confusos, pouco claros. Pretende-se com estes textos abordar a amizade e a fraternidade? Então, não são conteúdos. Parecem mais recursos para uma experiência de aprendizagem. Também não entendo a opção por dois textos do AT quando podiam ter sido usados textos do NT. Temos, no NT, textos mais explícitos sobre esta temática que traz à discussão a novidade de Cristo em relação ao Judaísmo. Poderíamos usar, por exemplo, a parábola

do *Bom Samaritano* (Lc 10, 25-37), com o amor ao próximo<sup>128</sup>, ou o *discurso de Paulo no Areópago* (Act 17, 22-34) em que defende a ação criadora de Deus e a *raça divina* dos homens. Cristo, pelo mistério da Encarnação, faz-nos todos irmão.<sup>129</sup> Aqui reside a novidade do Cristianismo. E os textos do Magistério da Igreja? Por exemplo a GS. Estes também podem ser adotados nas aulas e possuímos belos textos que reforçam os conteúdos sobre a Fraternidade na perspetiva cristã.

A quarta competência – *Interpretar criticamente factos históricos e sociais a partir do reconhecimento da igual dignidade de todo o ser humano (Comp. 1 e 6)* – é operacionalizada, tal como a anterior, para realçar a dimensão do Saber-Fazer da competência. *A negação da fraternidade. Quando determinados grupos são discriminados: o racismo e as suas várias manifestações. Luta contra o racismo e a discriminação: Martin Luther King.* Esta competência realça o valor da igualdade e não o da fraternidade. Está devidamente articulada com os conteúdos anteriores? Tenho sérias dúvidas da resposta ser positiva. *Martin Luther King* e a sua luta é um conteúdo? Não. É um recurso para a exploração pedagógica de uma experiência de aprendizagem motivadora sobre a luta contra o racismo e a discriminação.

*Interpretar e apreciar Espirituais Negros (Comp. 25 e 26)* – é a quinta competência operacionalizada que pretende realçar as dimensões do Saber-Fazer (*interpretar*) e do Saber Ser (*apreciar*): *Os Espirituais Negros (Gospel)*. Sendo a música gospel um género musical composto e produzido para expressar a crença, individual ou comunitária, cristã não estaremos no campo da catequese paroquial? Este género musical apareceu nos EUA nos inícios do século XX, com os Espirituais Negros. Não estaremos a correr o risco de apresentar um recurso motivador que está descontextualizado, no espaço e no tempo, para os alunos, em Portugal, do século XXI? Os Espirituais Negros são um conteúdo? Penso que são mais um recurso para uma experiência de aprendizagem no sentido de motivar os discentes para abordar a luta contra o racismo nos EUA do século XX.

*Interpretar criticamente factos históricos e sociais a partir do reconhecimento da igual dignidade de todo os ser humano (Comp. 1 e 6)* – é a sexta operacionalização

---

<sup>128</sup> Cf. Werner WOLBERT, *Dignidad Humana*. In NDMC, na pág. 148, define próximo *como toda a criatura racional que pode obter a graça divina e a vida eterna: os anjos e os santos no céu, as almas do purgatório e os homens, sejam bons ou maus, excetuando-se unicamente os demónios e os renegados.*

<sup>129</sup> Cf. Juan L. Ruiz de la PEÑA, *El don de Dios, Antropologia teológica especial*, pág. 380. *Jesus não só chama a Deus «abbá», mas também ensina os seus a fazerem o mesmo. A partir deste acontecimento importante, a ideia de uma participação humana no divino está indissoluvelmente vinculada na pessoa e obra de cristo, isto é, na ideia de «filiação em e por Cristo».*

de competência que sublinha o Saber-Fazer e aponta como conteúdo *o delito de opinião: quando as pessoas são discriminadas por pensarem de modo diferente*. Esta operacionalização sublinha a operacionalização da competência anterior. Não acrescenta nada de relevante e poderia ser trabalhada em contexto de sala de aula juntamente com a anterior.

A sétima operacionalização da competência, que sublinha o Saber-Ser – *Mobilizar o valor da igual dignidade de todos os seres humanos, da fraternidade e da cooperação para a orientação do comportamento em situações do quotidiano (Comp. 1, 9, 10 e 12)* – indica, como conteúdo, *construir um mundo fraterno*. Como fazer para construir o *mundo fraterno*? Usamos a perspetiva cristã? Abordamos a DSI<sup>130</sup>? O manual de 5º Ano apresenta, como exemplo desta construção, as ONG. O Banco Alimentar Contra a Fome é o exemplo apresentado. Continua, contudo, a questão da mensagem cristã, da novidade do cristianismo que clarifica o conceito de fraternidade e leva-nos a um compromisso muito mais profundo com o Outro, nosso Irmão<sup>131</sup>. As ONG ficam no imediato mas a fraternidade cristã, como foi apresentada ao longo da primeira parte do presente trabalho, compromete-nos na construção de uma fraternidade mais crítica, universal e responsável em todas as suas concretizações. As ONG podem ser o ponto de partida mas, ficar por aqui, seria esvaziar a fraternidade das suas exigências mais radicais e profundas<sup>132</sup>.

### **2.4.3 As experiências de aprendizagem.**

As experiências de aprendizagem ajudam os alunos a compreender e a assimilar os conteúdos, colocando-os em prática no seu quotidiano proporcionando, deste modo, o desenvolvimento das competências.

*Entende-se por esta expressão (experiências de aprendizagem) o conjunto de situações (estratégias, atividades, recursos, formas de organizar o ensino e a*

---

<sup>130</sup> Cf. G. PIANA, *Doctrina social de la Iglesia* – In NDTM, pág. 403. *As intervenções da Igreja no campo da realidade social foram sucedendo ininterruptamente desde os primeiros séculos do cristianismo até aos nossos. O impacto do Evangelho com as diversas culturas e os diversos modelos de sociedade foi impulsionando as comunidades cristãs a situar-se nos problemas complexos vinculados na estrutura da convivência humana e a tomar posição perante as ideologias e as instituições, pelas quais, se articula a vida social.*

<sup>131</sup> PAULO VI, na *Mensagem do Papa Paulo VI por ocasião do XXV aniversário da Organização das Nações Unidas*, afirma que *é necessário dizer incessantemente a cada homem - «porque o verdadeiro perigo está dentro do homem»: «O que fizeste do teu irmão?», deste irmão, que para tantos fiéis, no mundo, está marcado com o carácter indelével do Deus vivo, Pai de todos os homens.*

<sup>132</sup> Cf. PAULO VI, *Mensaje de su Santidade Pablo VI en el XXV Aniversario de la Declaración Universal de los Derechos Humanos.*

*aprendizagem) que o professor planifica e aplica por forma a que os alunos possam apropriar-se de conhecimento e experiência para que, a partir deles, consigam adquirir e desenvolver as competências exigidas.*<sup>133</sup>

As experiências de aprendizagem devem ser o mais diversificadas possível no sentido de levar o aluno a adquirir e desenvolver as competências. Com isto, também se cativa o aluno e leva-o a querer saber cada vez mais e melhor. Neste sentido, deve-se privilegiar pedagogias ativas promovendo uma participação constante do aluno no ato educativo. É neste campo, na elaboração das experiências de aprendizagem, onde a criatividade e dinâmica do professor de EMRC é chamada a ajudar os alunos a desenvolver as suas capacidades no sentido de desenvolver as competências propostas no programa da disciplina.

#### **2.4.4 Nível de desenvolvimento psicológico dos discentes.**

Os alunos que frequentam o quinto ano de escolaridade têm características próprias da sua idade que tornam a lecionação desta UL pertinente ou não em relação a esta idade e ao seu desenvolvimento pessoal. Para esta análise, vou ter como ponto de partida, os estádios de desenvolvimento dos seguintes autores: Piaget, Erikson, Kohlberg<sup>134</sup> e Fowler.

Piaget<sup>135</sup> dedicou grande parte da sua vida adulta ao estudo do desenvolvimento cognitivo e deu um grande contributo para a compreensão do desenvolvimento mental. Através de um estudo intensivo das crianças, produziu os quatro estádios de desenvolvimento cognitivo. O primeiro, *Sensório-motor*, corresponde ao período dos 0 aos 2 anos de vida; o segundo estádio, *Intuitivo ou pré-operatório*, vai dos 2 aos 7 anos; o terceiro, das *Operações concretas*, dos 7 aos 11 anos e, por fim, o quarto, das *Operações formais*, que vai dos 11 aos 16 anos.

Os alunos que frequentam o 5º ano de escolaridade encontram-se, na sua maioria, nos nove ou dez anos de idade que corresponde ao terceiro estádio –

---

<sup>133</sup> COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, pág. 20.

<sup>134</sup> Cf. Norman A SPRINTHALL, Richard C SPRINTHALL, *Psicologia Educacional*, pág. 95-198. Além desta obra, o programa de EMRC de 2014 faz uma caracterização psicológica dos alunos, para cada ciclo de ensino, quanto às dimensões que referenciam o Programa de EMRC - SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, pág. 166.

<sup>135</sup> Jean PIAGET, Bärbel INHELDER, *A Psicologia da Criança*. Nesta obra, Piaget desenvolve as suas conclusões acerca das investigações realizadas no sentido de perceber o crescimento e desenvolvimento mental das crianças.

*Operações concretas*<sup>136</sup>. Este estágio caracteriza-se por as crianças serem positivistas lógicos infantis que compreendem as relações funcionais porque são específicas e porque podem testar os problemas. Os alunos compreendem os aspectos específicos ou concretos do problema que lhes é colocado. O seu pensamento é concreto e não dispõe de um equipamento mental que lhes permita compreender abstrações em termos concretos e altamente específicos. As crianças, neste estágio, desenvolvem a sua própria forma de compreender os assuntos de acordo com experiências específicas do seu quotidiano. Neste sentido, *é preferível que os professores esperem até ao início da puberdade e das operações formais para realmente começarem uma instrução que promova a formação de conceitos abstratos.*

Erikson<sup>137</sup>, aluno de Freud, prolongou a ideia de estádios de desenvolvimento pessoal. O autor situa os alunos que frequentam o 5º ano no estágio *Segunda Infância* (dos 6 aos 12 anos) – *Mestria* (ou *Competência*) *versus Inferioridade*. Segundo Erikson<sup>138</sup>, nesta fase, o desenvolvimento emocional vira-se para o exterior. A criança começa a interessar-se pelos outros espaços do seu quotidiano mesmo tendo o lar como referência e está maximamente pronta para a aprendizagem ativa. O seu interesse começa a ser desviado dos seus brinquedos para começar a interessar-se por algo mais produtivo.

Kohlberg<sup>139</sup> identificou seis estádios de desenvolvimento moral, cada um distinto dos outros, estudando o sistema de pensamento que as pessoas utilizam ao se confrontarem com questões morais. Os alunos que frequentam este ano de escolaridade encontram-se, na sua grande maioria, no *Estádio II* e no *Estádio III*.

O *Estádio II*<sup>140</sup> caracteriza-se por as ações se basearem, amplamente, na satisfação das necessidades pessoais do indivíduo.

*Em termos filosóficos, esta categoria de pensamento moral é designada hedonismo instrumental e caracteriza-se por falta de respeito humano pelas outras pessoas.*<sup>141</sup>

---

<sup>136</sup> Jean PIAGET, Bärbel INHELDER, *A Psicologia da Criança*, pág. 85 a 117.

<sup>137</sup> Henry GLEITMAN, Alan J. FRIDLUND, Daniel REISBERG, *Psicologia*, pág. 839 e 840.

<sup>138</sup> Isidor BAUMGARTNER, *Psicologia Pastoral*, nas pág. 161 a 175, o autor, na linha da psicologia pastoral, apresenta um resumo das fases de desenvolvimento pessoal, desde a infância até ao fim de vida olhando para elas não como partes estanques do desenvolvimento humano mas como constituintes fundamentais das etapas posteriores.

<sup>139</sup> Orlando M. LOURENÇO, *Desenvolvimento Sócio-Moral*, pág. 75 a 81.

<sup>140</sup> Orlando M. LOURENÇO, *Psicologia do Desenvolvimento Moral, Teoria, dados e implicações*, pág. 98 a 100.

<sup>141</sup> Norman A SPRINTHALL, Richard C SPRINTHALL, *Psicologia Educacional*, pág. 171.

O motivo é o de satisfazer as próprias necessidades. Não considera as necessidades das outras pessoas a não ser que isso o beneficie. O *Estádio III*<sup>142</sup> caracteriza-se pelo conformismo social. Neste estágio a pessoa faz juízos morais de forma a fazer o que é apropriado e o que agrada aos outros de forma a ser aceite pelo grupo.

James Fowler, partindo dos dados da psicologia da religião<sup>143</sup>, desenvolve os *Estágios da Fé* que estão na linha do pensamento de Piaget, na teoria do desenvolvimento cognitivo, e Kohlberg, na linha dos estágios de desenvolvimento da moral<sup>144</sup>. Segundo Fowler, os alunos de 5º ano encontram-se no *Estágio 2 – Fé mítico-litera* (7/8 a 11/12 anos).

*O grande dom desta fase é a capacidade de narrar a própria existência. Neste estágio, temos a presença do pensamento lógico. A criança já sabe definir espaço e tempo. Deus torna-se pessoal e está relacionado com as atitudes dos pais. A relação com Deus é de reciprocidade.*<sup>145</sup>

Tendo em conta a caracterização psicológica dos alunos que frequentam o 5º ano de escolaridade, facilmente percebemos que a UL5 – A Fraternidade deveria ser tratada em contexto de sala de aula no final do 2º Ciclo, ou seja, no final do 6º ano de escolaridade ou mesmo no início do 3º ciclo, no 7º ano de escolaridade. O tema da fraternidade envolve conceitos e valores que são difíceis de apreender e compreender

---

<sup>142</sup> Orlando M. LOURENÇO, *Psicologia do Desenvolvimento Moral, Teoria, dados e implicações*, pág. 100 a 103.

<sup>143</sup> Bernhard GROM, *Psicología de la Religión*, da página 252 à página 265, apresenta-nos um resumo sobre *O que é que se sabe sobre o desenvolvimento religioso?* Onde resume todas as teorias sobre o tema do religioso no desenvolvimento das crianças e dos jovens. Na página 428, apresenta os Seis Estádios da Fé de Fowler, que integrou nos seus estádios os contributos de Piaget, Kohlberg e Erikson.

<sup>144</sup> José H. Barros de OLIVEIRA, na obra *Psicologia da Religião*, nas páginas 107 e 108, faz uma síntese desta fase do desenvolvimento das crianças. Dá-lhe o nome de *Religiosidade na segunda infância*. A criança, em relação aos atributos de Deus, *eles podem ser objetivos, afetivos ou subjetivos, assistindo-se a uma evolução da objetividade para a subjetividade e da afetividade para uma maior racionalidade. É muito recorrente o tema de Deus Criador [...] Jesus Cristo é visto inicialmente como personagem histórica que faz milagres, sofre, etc. e só posteriormente como pessoa divina. Pode concluir-se que o desenvolvimento do pensamento religioso segue de perto a evolução da inteligência estudada por Piaget: de um pensamento intuitivo e pré-operatório, a criança passa de um pensamento operatório concreto e finalmente a um pensamento mais formal e abstrato. Porém, nota-se bastante atraso entre as etapas descritas por Piaget e o desenvolvimento religioso, permanecendo até mais tarde o antropomorfismo, o magismo e animismo, talvez devido à concepção de Deus, da Criação, etc. ser mais difícil de apreender e ainda devido a certo tipo de catequese. Não obstante, com respeito à primeira infância, a segunda representa um salto qualitativo muito grande, independizando-se progressivamente a concepção de Deus das imagens parentais. A experiência religiosa também se torna mais específica, e a ideia de transcendência vai-se clarificando. O pensamento concreto vai-se impondo ao predomínio da afetividade e da emoção. Finalmente, a religião vai adquirindo uma dimensão social, através dos grupos religiosos e dos sacramentos de iniciação.*

<sup>145</sup> António Filipe Rodrigues COSTA, *A Fraternidade*, pág. 37.

em alunos dos 9/10 anos que é faixa etária da maioria dos discentes que frequentam este nível de ensino.

## **2.5 A UL 4 – Construir a Fraternidade (programa de 2014).**

A UL 4, proposta pelo programa da disciplina de EMRC publicado em 2014, possui uma maior coerência dentro do programa de 5º ano. Mesmo a sua estrutura está mais conseguida do que a versão do programa de 2007. Os autores do novo programa fundiram a anterior UL4 – Promover a Concórdia com a UL5 – A Fraternidade. Assim, ficou uma nova UL com um fio condutor mais acessível aos docentes e, mais importante, aos discentes. O próprio nome atribuído à UL 4 – *Construir a Fraternidade* – revela o que foi exposto e, igualmente, uma abertura dinâmica no processo de conduzir os alunos a descobrir em que consiste a Fraternidade na perspetiva cristã.

Olhando para a operacionalização desta UL e para a sua concretização no novo Manual de 5º ano<sup>146</sup>, denota-se que os autores traduzem também a fraternidade por outras categorias. Por exemplo: dignidade, solidariedade, justiça, pessoa humana, bem comum, perdão, admissão do erro, preferência para com os mais frágeis da sociedade, direitos humanos são formas de sublinhar a fraternidade do ser humano neste património eclesial indo ao encontro dos dois milénios de património cristão na história da humanidade. Neste sentido, o próprio Manual propõe, como recursos, textos do Magistério da Igreja, que compõe a DSI e alguns textos mais recentes, como os da autoria do atual Papa, o Papa Francisco.

### **2.5.1 As metas.**

O novo programa propõe as seguintes metas para esta UL:

- Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.
- G. Identificar os valores evangélicos.
- N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.
- L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.

As metas curriculares que compõem o programa de EMRC definem o que o professor pretende que os seus alunos aprendam no final da UL.

---

<sup>146</sup> *Conta Comigo!*, Educação Moral e Religiosa Católica, Manual do 5º Ano, pág. 92 – 126.

*As metas curriculares – organização dos conteúdos programáticos da disciplina de modo que se evidenciem os seus conteúdos fundamentais e que estes possam ser objeto de uma ordenação sequencial e hierárquica ao longo das várias etapas de escolaridade.*<sup>147</sup>

As metas, na sua maioria, estão bem definidas tendo em conta o que é pretendido na disciplina. Em comparação com as competências do programa anterior, as metas são mais simples de definir, concretizar e avaliar pois não têm de abranger, de modo claro, o *saber-saber*, o *saber-fazer* e o *saber-ser*. Se os alunos alcançaram aquelas metas, então, atingiram, com sucesso, as finalidades a que a disciplina se propõe. Nota-se, na formulação destas metas, a dimensão escolar da EMRC e o esforço de distinção em relação à catequese paroquial. A meta *G* confunde-se, um pouco, com a catequese e poderá levantar mais dificuldades aos alunos, principalmente, se não frequentarem a catequese ou não professarem o Cristianismo.

As metas estão divididas em três domínios distintos: Religião e Esperiência Religiosa, Cultura Cristã e Visão Cristã da Vida (metas *G* e *L*) e, por fim, Ética e Moral (metas *Q* e *N*). Estas metas só serão totalmente atingidas no final de todo o percurso escolar do discente. Em cada ano escolar, o professor facilita a aquisição dos objetivos propostos para cada UL.

### 2.5.2 Objetivos e conteúdos.

O novo programa de EMRC propõe como objetivos e conteúdos para esta UL o seguinte:

Objetivos	Conteúdos
1. Reconhecer a igual dignidade de todo o ser humano.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O significado da palavra «fraternidade» e o seu alcance social e religioso;</li> <li>• Somos todos irmãos:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Todos somos seres humanos;</li> <li>- Todos somos dotados de razão e consciência (DUDH, Artigo I);</li> <li>- Todos somos habitantes da mesma casa: o Universo e a Terra são o nosso lar.</li> </ul> </li> </ul>
2. Valorizar a comum filiação divina.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deus, como Pai, ama todas as pessoas:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Jo 13, 14;</li> </ul> </li> </ul>

<sup>147</sup> SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, pág. 7.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mt 7, 11;</li> <li>- Mt 5, 43-48.</li> </ul>
3. Reconhecer como modelo de vida a forma de viver das primeiras comunidades cristãs.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os primeiros cristãos propõem-nos uma comunidade modelo: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Act 2, 42-47;</li> <li>- Act 5, 43-48.</li> </ul> </li> </ul>
4. Verificar quais são as fragilidades e as ameaças à fraternidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O mal, fragilidade e ameaça à fraternidade, que vai contra a dignidade e a felicidade da pessoa: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mentir;</li> <li>- Pensar mal do outro;</li> <li>- Desejar mal ao outro;</li> <li>- O conflito não resolvido e a violência;</li> <li>- A maldicência;</li> <li>- O egoísmo;</li> <li>- A inveja;</li> <li>- A ofensa;</li> <li>- A rejeição.</li> </ul> </li> </ul>
5. Identificar a perspectiva cristã sobre o perdão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A mensagem cristã sobre o perdão: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sir 28, 1-7, perdoar o outro e recusar vingança;</li> <li>- Lc 6, 36-38, ser misericordioso.</li> </ul> </li> </ul>
6. Promover o valor do perdão na construção quotidiana de um mundo fraterno.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir um mundo fraterno promovendo a concórdia nas relações interpessoais: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aceitar os erros (a revisão de vida);</li> <li>- Estar disposto a pedir perdão;</li> <li>- Aceitar os outros, apesar dos seus erros;</li> <li>- Ser capaz de perdoar;</li> <li>- Aceitar ser perdoado.</li> </ul> </li> </ul>
7. Comprometer-se com a construção de um mundo mais fraterno promovendo o bem comum e o cuidado do outro.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A regra de ouro, Lc 6, 31: “O que quiseres que os outros vos façam, fazei-lho vós também”.</li> <li>• Propostas para promover o bem comum e o cuidado do outro na nossa vida.</li> </ul>

*Os Objetivos Programáticos – enunciados do tipo de resultados de aprendizagem que se esperam da lecionação de determinados conjuntos de conteúdos, descrevem a intenção do professor em relação ao desenvolvimento e à mudança pretendidos no aluno; redigidos a partir das ações que os alunos devem concretamente realizar, são mensuráveis através dos instrumentos de avaliação adequados;*

*organizam-se a partir das Metas Curriculares tal como organizadas para os Domínios definidos.*<sup>148</sup>

Olhando para a formulação dos objetivos, estes estão, na sua maioria, bem formulados. Contudo, há dois deles que me levantam algumas dúvidas e interrogações. O primeiro é o objetivo 2. *Valorizar a comum filiação divina*. Este objetivo implica uma adesão da fé. Para um aluno que questiona a existência do transcendente faz sentido este objetivo? Além disto, há uma confusão com os objetivos da catequese paroquial onde se parte do princípio que todos os catequizandos assumem a sua fé na existência de um ser transcendente a quem chamam Deus e que é Pai de todos os seres humanos – a sua origem e o seu fim. O segundo é o objetivo 3. *Reconhecer como modelo de vida a forma de viver das primeiras comunidades cristãs*. A formulação deste objetivo parte do princípio que a forma de viver a vida, sob a perspetiva cristã, é o verdadeiro modelo. Se tivermos alunos ateus ou de outras confissões religiosas, podemos propor *a forma de viver das primeiras comunidades cristãs* como modelos? Isto não implica uma adesão de fé<sup>149</sup>? No mundo atual, com tantas propostas de modelos de vida, de inspirações variadas, desde políticas, filosóficas e religiosas, tem sentido dizer que a perspetiva cristã é o modelo? Não se torna necessário, primeiramente, explicar o porquê dos cristãos pensarem assim? Isto é um desafio para o docente de EMRC, trazer esta questão para a aula da disciplina de EMRC. Tendo em conta os argumentos que fundamentam a presença da disciplina no sistema de ensino nacional, não nos estaremos a desviar do objetivo da disciplina?

Os conteúdos são o que o aluno deve conhecer no final de cada UL. Apesar de concordar com a maior parte dos conteúdos propostos e de se notar um esforço de os melhorar, tendo em conta as finalidades e objetivos da disciplina de EMRC, há críticas efetuadas sobre os conteúdos do programa anterior que se mantêm neste novo programa. Aponto quatro críticas gerais que ilustram a minha perspetiva acerca desta UL.

---

<sup>148</sup> SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, pág. 9.

<sup>149</sup> A fé é entendida no contexto da adesão livre e libertadora e não uma imposição do docente de EMRC. Este deve ser sinal da luz de Deus através do testemunho pessoal. A adesão fica ao critério do aluno. O papa Francisco, na Encíclica *Lumen Fidei*, aponta o caminho, no número 51, onde afirma *que a fé nasce do encontro com o amor gerador de Deus que mostra o sentido e a bondade da nossa vida; esta é iluminada na medida em que entra no dinamismo aberto por este amor, isto é, enquanto se torna caminho e exercício para a plenitude do amor. A luz da fé é capaz de valorizar a riqueza das relações humanas, a sua capacidade de perdurarem, serem fiáveis, enriquecerem a vida comum.*

A primeira é que continua a existir conteúdos semelhantes aos conteúdos de outras disciplinas que compõem o desenho curricular do 5º ano de escolaridade. Se isto pretende fazer o diálogo com as outras ciências, tem alguma razão de existir e de o fazer, de uma forma mais rápida e sucinta, apontando para os conteúdos abordados nas outras disciplinas. Se o objetivo for a justificação da própria disciplina, então torna-se irrelevante no sentido de que a perspetiva cristã da fraternidade justifica essa mesma existência.

A segunda crítica é que continuam a ser apresentados como conteúdos alguns textos bíblicos. A questão que se coloca é se estes são conteúdos ou são estratégias no sentido de proporcionar experiências de aprendizagem? Fico com sérias dúvidas de que sejam conteúdos.

A terceira crítica que apresento é a proposta de textos do AT e do NT, no novo programa, para apresentar a perspetiva e novidade do cristianismo em relação ao tema da Fraternidade. O manual vai ainda mais longe ao propor, ao longo da exploração da UL, textos do Magistério da Igreja, da sua DSI. Neste aspeto, há uma melhoria considerável na proposta de textos. Contudo, há textos bíblicos mais simples e mais acessíveis para falar da fraternidade e das suas implicações no quotidiano. As propostas efetuadas no ponto anterior (Lc 10, 25-37 e Act 17, 22-34), da análise da UL5 do programa anterior, são mais adequados para alunos desta faixa etária, principalmente, a parábola do Bom Samaritano, traduzida para situações da atualidade quotidiana dos alunos. O exemplo das comunidades cristãs primitivas, como é apresentado nos textos, é acessível e compreensível para alunos deste tempo e desta faixa etária? Penso que não. O perdão, por si só, ajuda a construir uma sociedade mais fraterna? É necessário ir mais longe, fazer mais alguma coisa pelo nosso *Próximo*<sup>150</sup> como é proposto na parábola do bom Samaritano.

A quarta crítica é sobre a forma de chegar ao conceito de fraternidade sob a perspetiva cristã, realçando o valor do perdão e do amor ao próximo nas relações interpessoais (radicalidade do Cristianismo<sup>151</sup>: a doação da própria vida em favor do

---

<sup>150</sup> Na obra *Ética Teológica Fundamental*, o autor, Doutor Jorge Cunha, na página 29, afirma que *a razão ética não é a técnica de conformação mas uma luz eu vem do Outro. Ora, a partir da vivência e do ensinamento de Jesus, o cristianismo pensa o Outro como próximo, seja Deus seja o ser humano. Podemos, com efeito, mostrar como a Escritura concebe “o próximo” por um caminho radical em relação ao que estamos a dizer com base no pensamento recente.*

<sup>151</sup> O Papa Bento XVI, na Encíclica *Deus Caritas Est*, afirma esta originalidade do cristianismo, no nº 12, onde escreve que *a verdadeira novidade do Novo Testamento não reside em novas ideias, mas na própria figura de Cristo, que dá carne e sangue aos conceitos – um incrível realismo. [...] Na sua morte de cruz,*

próximo) no sentido de tornar a fraternidade mais profunda e radical na existência humana.

A crítica a esta UL não tem em conta a experiência letiva, em contexto de sala de aula. Estas observações foram efetuadas analisando o programa de EMRC de 2014 sem ter em conta a lecionação dos conteúdos e a aplicação do programa de 2014 a alunos de 5º ano, com as suas expectativas, dificuldades e questões em relação a esta nova UL proposta. Na prática docente, ainda não trabalhei o programa de 5º ano publicado em 2014. Esta UL tem um bom potencial para ser trabalhado, em contexto de sala de aula, partindo da realidade quotidiana dos alunos, explorando os acontecimentos mais recentes que, infelizmente, ajudam a compreender a importância do tema da fraternidade no contexto das relações humanas entre povos, entre etnias, entre religiões, entre países e, inclusive, entre cada ser humano, membro também de uma família mais restrita, que partilha um mesmo teto e onde, por vezes, a fraternidade é posta em causa<sup>152</sup>. Ao trabalhar com os nossos alunos este tema de modo sério, o professor de EMRC está a contribuir e a afirmar a importância e o relevo da nossa disciplina no sistema de ensino português, como contributo importante na formação pessoal das crianças e dos jovens que os pais confiam ao Estado português para que este cumpra a sua missão de educar e formar os homens e as mulheres do amanhã.

## **2.6 O Estágio.**

O meu estágio pedagógico supervisionado foi realizado no Agrupamento de Escolas de Fiães no ano letivo 2009/2010.

### **2.6.1 A Escola**

A escola de estágio foi a sede do Agrupamento de Escolas de Fiães, a Escola Básica 2/3 D. Moisés Alves de Pinho em Fiães, no concelho de Santa Maria da Feira, no distrito de Aveiro, diocese do Porto.

---

*cumpre-se aquele virar-se de Deus contra si próprio, com o qual Ele se entrega para levantar o ser humano e salvá-lo – o amor na sua forma mais radical.*

<sup>152</sup> O professor de EMRC deve respeitar a sensibilidade dos seus alunos na sua particularidade. Muitas vezes, evitando o confronto direto de ideias que partem, por vezes, de experiências pessoais, mais ou menos negativas, dos nossos discentes. Neste contexto, torna-se fulcral fazer a proposta que o papa Bento XVI fez na sua Encíclica, *Deus Caritas Est*, no nº 31, *quem realiza a caridade em nome da Igreja, nunca procurará impor aos outros a fé da Igreja. Sabe que o amor, na sua pureza e gratuidade, é o melhor testemunho do Deus em que acreditamos e que nos impele a amar. O cristão sabe quando é tempo de falar de Deus e quando é justo não o fazer, deixando falar somente o amor. Sabe que Deus é amor (cf. 1 Jo 4,8) e torna-se presente precisamente nos momentos em que nada mais se faz a não ser amar.*

Foi criada em 1967, nas instalações da antiga Escola Industrial Coelho e Castro com a designação de Escola Preparatória D. Pedro V. Após o 25 de Abril de 1974, ficou a designar-se, apenas Escola Preparatória de Fiães. A Escola começou a lecionar o 3º Ciclo, a partir de setembro de 1996, o que a levaria a denominar-se E.B. 23 D. Moisés Alves de Pinho.

Em 2002 constituiu-se o Agrupamento Vertical de Escolas de Fiães com sede na Escola E.B. 2/3 D. Moisés Alves de Pinho e constituído pelas seguintes escolas: EB 1 de Azevedo, EB 1 de Caldelas, EB 1 de Soutelo, EB 1 de Chão do Rio, EB 1 da Avenida, EB 1 da Barroca, EB 1 de Vendas Novas, Jardim de Infância de Azevedo, Jardim de Infância de Arcozelo, Jardim de Infância de Igreja, Jardim de Infância de Chão do Rio, Jardim de Infância de Valos Igreja, Jardim de Infância da Avenida, Jardim de Infância da Barroca e Jardim de Infância de Vendas Novas.

Em Setembro de 2007, a Escola E.B. 23 D. Moisés Alves de Pinho muda de tipologia passando a designar-se E.B. 23/S D. Moisés Alves de Pinho, após ter sido integrada no Agrupamento a Escola Secundária Coelho e Castro que, entretanto, foi extinta. É nesta altura em que realizou o estágio pedagógico supervisionado.

Em 2013, o Agrupamento de Escolas de Fiães, passa a designar-se Agrupamento de Escolas Coelho e Castro com escola sede na Escola Básica Coelho e Castro.

O corpo docente é maioritariamente efetivo. Os Encarregados de Educação participam pouco nas atividades escolares e mostram-se pouco interessados nos assuntos educativos relativos aos seus educandos.

Esta Escola cujo Projeto Educativo tinha como principais finalidades: *formar cidadãos intelectualmente ativos e autónomos; formar pessoas cooperantes, responsáveis e íntegras.*

As atividades económicas da região repartem-se pela agricultura, pelo comércio e pelas indústrias da cortiça, calçado, tintas, cartonagem e cerâmica. O maior número de postos de trabalho encontra-se na indústria e no comércio.

A população é heterogénea. O rendimento familiar situa-se entre um nível muito baixo e um nível médio. Da população escolar, recorrem ao subsídio cerca de trinta por cento, dos quais dois terços pertencem ao escalão A e os restantes ao escalão B.

A escola situa-se perto do centro da cidade de Fiães que se localiza no Concelho de Santa Maria da Feira, Distrito de Aveiro. Embora sendo uma cidade, a povoação tem características marcadamente rurais.

### **2.6.2 A turma.**

A turma que me foi atribuída para fazer a prática de Ensino Supervisionada foi o 5º C. Esta turma era constituída por vinte e um alunos. Contudo, até Novembro, ficou reduzida a dezanove alunos. Era uma turma muito conversadora, com dificuldades em cumprir as regras da sala de aula e com um aluno proveniente de uma turma CEF, com alunos NEE, onde reprovou por ser um discente com interesses divergentes dos escolares e com uma grande dificuldade em cumprir normas, nomeadamente, na sala de aula. Para colocar esta turma a trabalhar e a cumprir regras, era necessário não deixar tempos mortos, durante as aulas, e cativar a sua atenção com estratégias diferenciadas e ativas o que exigia um grande esforço por parte dos docentes que pertenciam ao Conselho de Turma. A turma possuía também um aluno com um desenvolvimento extraordinário, nomeadamente, nas áreas mais teóricas onde foi elaborado, ao longo do ano letivo, um plano de desenvolvimento pedagógico.

Na disciplina de EMRC, tive em atenção o facto de os alunos terem diferentes proveniências e explorar o mesmo na lecionação da Unidade Letiva 1: Viver Juntos, da Unidade Letiva 5: A Fraternidade e na Unidade Letiva 4: Promover a Concórdia. As experiências pessoais familiares (na sua maioria, famílias biparentais e com mais de que um descendente) podem ser um ponto de partida para abordar estas unidades letivas. Isto também se revelou importante para assinalar as datas do dia do Pai e do dia da Mãe.

Os alunos apresentavam um baixo nível de conhecimentos e um ritmo lento de aprendizagem assim como muitas dificuldades ao nível da comunicação oral e escrita. Para tentar colmatar as dificuldades detetadas, o Conselho de Turma, no início do ano letivo, achou por bem colocar em prática algumas estratégias para colmatar estas dificuldades diagnosticadas. Durante as experiências de aprendizagem, em contexto de sala de aula, dei um maior relevo à comunicação oral e escrita, nomeadamente, a leitura de textos em voz alta e o registo de apontamentos e alguns trabalhos escritos.

A caracterização da turma baseou-se nos dados recolhidos pela Diretora de Turma no início do ano escolar, através do preenchimento de questionários. Assim, foi possível obter dados relativos às condições socioeconómicas, ao percurso escolar e às expectativas em relação ao seu futuro.

O 5º C era uma turma formada, inicialmente, por vinte alunos (entretanto, um aluno já tinha pedido transferência), treze rapazes e sete raparigas, com média de idades compreendida nos 10,3 anos. Desta turma, uma aluna foi transferida para outra turma da escola, em 21 de Novembro, nomeadamente, a aluna Natacha Sofia da Silva Pereira.

Faz também parte deste grupo um aluno com NEE – o aluno Marco António Santos Silva. Todos os alunos desta turma são provenientes de famílias biparentais, com exceção do aluno número 9, Jaime Costa, cujo pai já tinha falecido.

Os alunos da turma residem em Fiães (8), Lourosa (5), S. João de Ver (1), Caldas de S. Jorge (1), Sanguedo (1), Paços de Brandão (1), Olival (1), Canedo (1) e Romariz (1), e a deslocação casa/escola/casa era repartida entre o transporte público, o transporte particular ou a deslocação a pé.

Dos alunos que formavam a turma, quatro apresentavam uma retenção no 1º ciclo e dois alunos apresentavam duas retenções no 1º ciclo.

O aluno número 21, Tiago Belinha, era o aluno mais novo da turma, tendo avançado um ano no 1º Ciclo, por apresentar desenvolvimento extraordinário, nomeadamente nas áreas mais teóricas.

No que respeita às expectativas quanto ao seu futuro profissional, dois alunos pretendiam ser jogadores de voleibol, um queria ser engenheiro, quatro queriam seguir medicina, dois queriam ser polícias, três desejavam ser veterinários, uma queria ser florista, uma queria ser modelo, outra queria ser educadora de infância, outra queria ser massagista, um queria ser mecânico e outro empresário.

Nesta turma, 2 dos alunos são filhos únicos e os restantes repartem-se entre um (14), dois (2) ou três (1) irmãos.

Saliente-se que sete alunos usufruem de escalão A, cinco de escalão B e nove alunos não usufruíam de qualquer escalão de ação social escolar.

As habilitações literárias dos pais dos alunos estão compreendidas entre o 1º ciclo (13), o 2º ciclo (7) e o 3º ciclo (12). No entanto, um pai concluiu o 12º ano de escolaridade. A idade dos pais varia entre os 30 e os 57 anos de idade. No que se refere à situação profissional dos pais dos alunos desta turma, vinte e sete eram trabalhadores por conta doutrem e nove encontravam-se desempregados.

Em termos globais, os alunos revelavam um baixo nível de conhecimentos e apresentavam também um ritmo lento de aprendizagem, bem como diversas lacunas ao nível de hábitos de trabalho e de estudo.

## **Conclusão.**

Ao longo do presente trabalho é possível perceber o importância e a pertinência do tema central – a fraternidade. Quando ouvimos falar do terrorismo islâmico e do fundamentalismo religioso, quando ouvimos falar da crise de refugiados que se encontram à porta da Europa e que buscam um mundo melhor, quando ouvimos falar de austeridade e crise financeira em que os seres humanos são instrumentalizados e, em muitos casos, reduzidos à miséria e à pobreza podemos nos interrogar qual é a resposta que o cristianismo oferece que seja diferente das outras respostas que a nossa sociedade apresenta? Qual é a originalidade da resposta do cristianismo? A questão da fraternidade cristã, tema central desta dissertação, poderá ser a resposta possível a estas interrogações contemporâneas. O século XXI parece ter aprendido muito pouco com os horrores praticados ao longo do século XX, principalmente, no seu termo ainda mais recente e com memórias vivas (o nazismo, o comunismo soviético, o fascismo) dessas páginas negras da história da humanidade.

Para os cristãos, a vida surge do poder amoroso de Deus e desenvolve-se através dos mecanismos naturais queridos por Deus. As criaturas encontram-se envolvidadas pelo espírito vivificante de Deus que as chama à vida para realizar o seu projeto de vida, a sua vocação que é a felicidade. Deus é o princípio do ser humano que o chama à vida, e, porque é Amor, é o seu destino último. Este é o ponto de partida para o tema da fraternidade e que orienta os conteúdos lecionados na disciplina de EMRC. Esta é a mensagem central contida no livro sagrado dos Cristãos – a Bíblia. Do Livro do Génesis ao término do NT, a mensagem central é que o homem e a mulher são criados por Deus, à sua imagem e semelhança (cf. Gn 1, 26) porque Ele nos ama e para sermos felizes. O amor a Deus e o amor ao próximo são a resposta aos problemas humanos contemporâneos. Este amor concretiza o conceito de fraternidade cristã. Na relação com os outros, também criados à imagem e semelhança de Deus, o ser humano reconhece-se a si mesmo.

A fraternidade cristã afirma que todo o ser humano, imagem de Deus criador, deve ser solidário com o seu semelhante, criado por Deus, com igual dignidade e imagem de Deus que nos interpela a compreendê-lo e a ajudá-lo. Essa ajuda passa pelas tarefas mais simples do quotidiano, passando por problemas mais profundos da vida pessoal (doença, pobreza, velhice, a fome) até chegar aos problemas mundiais que

atormentam a humanidade (o terrorismo, os refugiados, a guerra, a indústria bélica, a crise econômica e até a crise ambiental). O ser humano reflete sobre este princípio, ser fraterno, desde os helênicos, com o conceito de cidadão da Pólis, passando pela pregação inovadora dos discursos de Jesus e pelo Cristianismo, até chegar aos valores defendidos pela Revolução Francesa onde incluía expressamente a Fraternidade. Contudo, este princípio está esquecido dentro da modernidade. Porquê? Porque não é um princípio usado na política? Por causa da sua dimensão religiosa de influência judaico-cristã?

Por si só, a fraternidade não irá resolver todos os problemas da nossa sociedade. Contudo, começa já a aparecer uma consciência da sua relevância para a mudança de atitude na nossa sociedade. É um paradigma disso mesmo a referência à Fraternidade na DUDH de 10 de dezembro de 1948, que logo no preâmbulo fala do *reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana*, e no primeiro artigo afirma que *todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade*. A Igreja Católica, através da sua prática quotidiana e da DSI, confirma esta importância e relevo da fraternidade nas relações humanas onde os homens são *capazes de levar a paz onde há conflitos, de construir e cultivar relações fraternas onde há ódio, de buscar a justiça onde prevalece a exploração do homem pelo homem* (CDSI 4). O papa Francisco, na sua última Encíclica, a LS, leva esta fraternidade ainda mais longe quando inclui, nesta mesma fraternidade, todos os elementos da natureza que partilham a nossa casa comum: a Terra. *Essa mesma gratuidade leva-nos a amar e aceitar o vento, o sol ou as nuvens, embora não se submetam ao nosso controle. Assim podemos falar de uma fraternidade universal* (LS 228).

O homem contemporâneo só irá superar esta alienação em que vive, marcada pela crise e pelo terror, se tiver a coragem de voltar a colocar nas suas vidas o valor da fraternidade como princípio nas suas relações humanas. A novidade cristã encerra uma chave de interpretação que torna o conceito de fraternidade ainda mais profundo e radical presente nos ensinamentos de Cristo: *Eu, porém, digo-vos: Amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem. Fazendo assim, tornar-vos-eis filhos do vosso Pai que está no Céu, pois Ele faz com que o sol se levante sobre os bons e os maus e faz cair a chuva sobre os justos e os pecadores* (Mt 5, 44-45). A imagem de Deus permanece, inegavelmente, em todos os seres humanos, mesmo nos que praticam o mal, pois não são as suas atitudes que exprimem tudo aquilo que a pessoa é, ou seja, a sua

completa maneira de ser. É sempre possível descobrir algo de bom nas atitudes e na vida de um ser humano. Sem a experiência da fraternidade, no quotidiano de cada um, nas relações internacionais entre as diversas nações, será difícil construir um mundo melhor, melhor do que foi nas duas grandes guerras mundiais e em todo horror vivido no século passado. É importante aprender com a história para que olhemos o futuro com mais confiança e não se repita os erros do passado, principalmente, num passado tão recente.

A fraternidade é o tema central da UL 5, com o mesmo nome, do programa de EMRC publicado em 2007. O programa de EMRC, publicado em 2014, dá-lhe continuidade, atribuindo um nome diferente – Construir a Fraternidade – resultado da sua fusão com a UL 4 do programa de 2007 – Promover a Concórdia.

O programa de 5º ano, publicado em 2007, não possui um fio condutor, uma unidade, uma sequência lógica e coerente. Parece, por sua vez, temas em avulso, distintas umas das outras, que foram colocadas no programa sem um motivo aparente. Mesmo as UL não têm grande unidade e fio condutor em si mesmas. As únicas que merecem uma distinção neste aspeto, pela positiva, são as UL 4 – Promover a Concórdia e a UL5 – A Fraternidade. Estas podem mesmo ser trabalhadas juntas porque os conteúdos estão interligados e facilita a sua lecionação. Penso que foi esta uma das razões que levou os autores do novo programa, publicado em 2014, a contruir uma UL nova, como resultado da fusão das duas, a UL 4 – Construir a Fraternidade.

É inegável, principalmente no nosso tempo, que o tema da Fraternidade é atual e importante. Os nossos alunos gostam do tema e acolhem-no com interesse, como chave de interpretação dos problemas atuais. Olhamos para o nosso país e ouvimos, vezes sem conta, as palavras austeridade e crise económica. Contudo, vemos nos dados estatísticos nacionais e nas contas das grandes empresas, com lucros fantásticos, os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres onde não existe uma preocupação pelo outro, pelo mais fraco. Olhamos para o continente europeu, arauto da *igualdade liberdade e fraternidade*, da democracia e dos direitos humanos e ouvimos falar na crise dos refugiados que fogem das suas origens por causa da guerra à procura de melhores condições de vida e que esta mesma Europa fecha os olhos e segue na sua senda, olhando para o lado e para o próprio umbigo, sem encontrar uma solução para este flagelo. Olhamos para a conjuntura global e ouvimos falar de atentados suicidas, em terrorismo, em fundamentalismo religioso. Pessoas que matam, que rebaixam a dignidade e a beleza da vida humana, em nome de uma ideologia e de uma religião. O

conceito de fraternidade conduz-nos a rever todas estas prioridades, em perceber a grandeza e dignidade do Homem e da vida humana que todos partilhamos ao pertencer a esta grande família que é a Humanidade.

A estrutura da UL 5 assenta na justificação da Fraternidade usando argumentos históricos, *o passado comum da humanidade*, de um mesmo antepassado e a sua história, argumentos sociais, *os grupos a que pertencemos* e a sua importância para o nosso desenvolvimento pessoal, argumentos antropológicos, *igualdade entre as pessoas* presente no pensamento dos grandes filósofos da história, e os argumentos religiosos, em que *toda a vida vem de Deus*. Contudo, o programa apresenta textos do AT em detrimento dos textos do NT. É no NT que percebemos melhor a questão da fraternidade. Certo que a questão é realçada logo no livro do Génesis, é no NT que esta questão se torna mais radical, com Jesus Cristo, que nos interpela a *amar o próximo como a nós mesmos*, a orar ao Pai, chamando-o de *Pai-Nosso*. O Manual, por sua vez, tenta colmatar esta lacuna apresentando dois pequenos textos do NT (Cf. Mt 6, 9 e cf. Jo 20, 17), um do Magistério, da autoria do Papa Bento XVI, e uma adaptação do *Pai-Nosso Missionário*. Algo mais poderia ser explorado, entre outros, por exemplo, o texto dos Actos dos Apóstolos (Act 2, 42-47) que fala das primeiras comunidades cristãs que tinham tudo em comum e viviam a fraternidade. É um texto bastante acessível e que facilmente eles compreendem, traduzindo-o em situações das suas vidas quotidianas.

A linguagem presente na UL 5 também é um pouco erudita. Obriga o docente a um esforço contínuo de esclarecer conceitos, trazê-los, através de exemplos, para o quotidiano dos alunos. Conceitos como racismo, xenofobia, a própria fraternidade, são difíceis para os alunos nestas faixas etárias. Fraternidade, para eles, é o seu irmão que partilha a mesma casa que eles e que têm os mesmos pais e restantes laços familiares. Falar de Fraternidade universal, estendida aos restantes seres da natureza, requer um esforço hercúleo da parte do professor, na clarificação e exploração do conceito, e da parte dos alunos.

Como fomos vendo no capítulo 2, há competências que precisavam de ser reformuladas, nomeadamente, as competências 23 e 24 que estão muito próximas da catequese paroquial, confundindo os alunos. Muitas vezes, comparam a disciplina com a catequese, principalmente os alunos que não tiveram a experiência das aulas de EMRC no 1º ciclo do Ensino Básico. Este ano letivo, o 5º ano de escolaridade, é o primeiro em que têm contato com a disciplina. Nestas competências, é necessário um esforço adicional no sentido de mostrar aos alunos que *para os cristãos* o conceito de

fraternidade é muito mais profundo e radical do que aquele que aprendem nas aulas de História e Geografia de Portugal ou de Ciências Naturais e que esta profundidade traz consequências para as suas vidas quotidianas.

As metas apresentadas pela nova UL, proposta no programa publicado em 2014, corrigem os erros de formulação das competências da UL do programa publicado em 2007. A formulação de uma competência, obedecendo às suas três dimensões: saber-saber, saber-fazer e saber-ser, é difícil. As metas, por sua vez, são mais fáceis de formular pois não têm de abranger as três dimensões como acontece com a competência, sendo mais fáceis de definir e averiguar tendo em conta os conteúdos a que se propõe. Apesar das metas estarem bem formuladas, caem, novamente, no erro das competências de confundir EMRC com catequese paroquial. É um esforço que tanto o programa como os docentes têm de realizar continuamente, na sua prática docente.

Esta UL é bastante atual e com razões teológicas para ser abordada, nas aulas de EMRC, dignificando a disciplina na sua matriz cristã e Católica. Contudo, é discutível a faixa etária em que é proposta no programa da disciplina. Penso que seria muito mais apelativo e produtivo para toda a comunidade escolar se esta fosse tratada no final do 2º Ciclo, ou seja, no fim do 6º ano de escolaridade ou, então, no início do 3º Ciclo, no início do 7º ano de escolaridade.

## Bibliografia

### I. Fontes.

*Bíblia de Jerusalém*, Paulus Editora, São Paulo, 2003.

*Caminhos de Encontro*, Educação Moral e Religiosa Católica, 5º ano de escolaridade, Manual do Professor, Lisboa, SNEC, 2009

COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa, 2007.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, VII Revisão Constitucional, 2005.

*Conta Comigo!* Educação Moral e Religiosa Católica, Manual do 5º Ano, Fundação SNEC, Lisboa, 2015.

Decreto do Presidente da República n.º80/2004 – Ratifica a Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé, assinada em 18 de maio na cidade do Vaticano.

Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de Julho – Lei de Bases do Sistema Educativo.

Decreto-Lei n.º 70/2013 de 23 de maio – Regula a lecionação da disciplina de EMRC nas escolas públicas.

Despacho n.º 6809/2014 – Recrutamento e seleção de Docentes de EMRC.

Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro – Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar.

Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto – Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Comissão para a Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade na Educação, *Marcos Históricos dos Direitos do Homem*, Editorial do Ministério da Educação, I Volume, Algueirão, 1992.

Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos. [Consultado em 24 de março de 2016] Disponível em: [http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/2\\_pacto\\_direitos\\_civis\\_politicos.pdf](http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/2_pacto_direitos_civis_politicos.pdf)

Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais. [Consultado em 24 de março de 2016] Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh-psocial.html>

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa, 2014.

## II. Estudos.

- AGOSTINHO, S, *Confissões de Santo Agostinho*, Edições Livraria A. I., Braga, 1999, 13ª Edição.
- ALTER, Robert; KERMODE, Frank, *Guia Literário da Bíblia*, Editora UNESP, São Paulo, 1997.
- AUER, Johann, *El mundo, creación de Dios*, dirigido por Johann AUER e Joseph RATZINGER, Editorial Herder, 2ª Edición, Tomo III, Barcelona, 1985.
- AUTORES, Vários, *Direitos humanos, deveres para o novo milénio*, Paulus Editora, São Paulo, 1998.
- BAUMGARTNER, Isidor, *Psicología Pastoral*, Editorial Desclée de Brouwer, S.A, Bilbao, 1997.
- BEUTLER, J. “αδελφός”, *DENT*, pág. 84 – pág. 90.
- BULTMANN, Rudolf, *Teología Del Nuevo Testamento*, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1981.
- CALVEZ, Jean-Yves; PERRIN, *Igreja e Sociedade Económica, O Ensino Social dos Papas de Leao XII a Pio XII (1878-1958)*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1960.
- CHARDIN, Teilhard de, *O Fenómeno Humano*, Paulus Editora, Lisboa, 1ª edição, 1998.
- CIDAC, Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, *Direitos Humanos e Desenvolvimento*, Lisboa, 1992.
- COLOM, Enrique, *Curso de Doctrina Social de la Iglesia*, Ediciones Palabra, Madrid, 2001.
- COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais, *Todos os seres humanos... Manual da educação para os Direitos do Homem*, Editorial do Ministério da Educação, 1998.
- COMPAGNONI, F., “Derechos del Hombre”, *NDTM*, pág. 347 – pág. 358.
- COMPAGNONI, F; S. PRIVITERA Y G. PIANA, (dir), *Nuevo Diccionario de Teologia Moral* [NDTM], Ediciones Paulinas, Madrid, 1992.

- CORDÓN, Juan Manuel Navarro, MARTÍNEZ, Tomás Calvo, *História da Filosofia dos Pré-Socráticos à Filosofia Contemporânea*, Edições 70, Lisboa, 2014.
- COSTA, António Filipe Rodrigues – *A Fraternidade*, UCP 2012. Texto policopiado.
- COUTO, António, *Como Uma Dádiva, Caminhos de Antropologia Bíblica*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2002.
- COUTO, António, *Pentateuco Caminho da Vida Agraciada*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2003.
- CUNHA, Jorge Teixeira da, *Bioética Breve*, Paulus Editora, Lisboa, 2002.
- CUNHA, Jorge Teixeira da, *Ética Teológica Fundamental*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2009.
- DEBRAY, Régis; *Deus um itinerário, Materiais para a história do Eterno no Ocidente*, Ambar, Porto, 2002.
- DEBRAY, Régis; *O Fogo Sagrado, funções do religioso*, Ambar, Porto, 2005.
- DESCARTES, R, *Princípios da Filosofia*, Lisboa Editora, Lisboa, 1999.
- DIRETÓRIO GERAL DA CATEQUESE, *Catequese e Ensino da Religião nas Escolas*, 1997.
- DUNN, James, *The Theology of Paul the Apostle*, T&T Clark Ltd, Edinburg, Scotland, 1998.
- EIRAS, Henrique, *Direitos do Homem*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999.
- FLICK, M. ALSZEGHY, Z, *Antropología Teológica*, Ediciones Sígueme, 8.ª Edición, Salamanca 1999.
- GLEITMAN, Henry; FRIDLUND, Alan J.; REISBERG, Daniel, *Psicologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, 6ª Edição, Lisboa, 2003.
- GONZALEZ DE CARDEDAL, Olegário, *Cristologia*, Sapientia Fidei, BAC, Madrid, 2001.
- GONZALEZ DE CARDEDAL, Olegario, *La gloria del hombre: reto entre una cultura de la fe y una cultura de la increencia*, BAC, Madrid, 1985.
- GROM, Bernhard, *Psicología de la Religión*, Biblioteca Herder, Barcelona, 1994.
- HAARSCHER, G, *A Filosofia dos Direitos do Homem*, Instituto Piaget, Lisboa, 1993.
- HANS ROTTER; GÜNTER VIRT, (dir) *Nuevo Diccionario de Moral Cristiana* [NDMC], Editorial Herder, Barcelona, 1993.
- HORST BALZ; GERARD SCHNEIDER, (dir.) *Diccionario Exegético Del Nuevo Testament*, [DENT], Ediciones Sígueme, Salamanca, 1996, Volume I.

- LADARIA, Luis F., *Introducción a la Antropología teológica*, Editorial Verbo Divino, 5.ª Edición, Navarra, 2004.
- LEVINAS, Emmanuel, *Totalidade e Infinito*, Edições 70, Lda., Lisboa, 2008.
- LIMA, António Pedro Fernandes, Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Coelho e Castro, [Consultado em 28 de agosto de 2015] Disponível em: [http://aecc.ccems.pt/images/Documentos/DocOrientadores/Projecto\\_educativo\\_AECC\\_2014-2017\\_aprovado\\_a\\_16-12-2014.pdf](http://aecc.ccems.pt/images/Documentos/DocOrientadores/Projecto_educativo_AECC_2014-2017_aprovado_a_16-12-2014.pdf).
- LOURENÇO, Orlando M, *Psicologia do Desenvolvimento Moral, Teoria, dados e implicações*, Livraria Almedina, Coimbra, 1992.
- LOURENÇO, Orlando M., *Desenvolvimento Sócio-moral*, Universidade Aberta, Lisboa, 2002.
- LUCAS, J. de Sahagún, *Dios, horizonte del hombre*, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1998.
- MOLTMANN, Jürgen, *O Homem, mistério a desvendar*, Edições Paulistas, São Paulo, 1976.
- MONASTERIO, Rafael Aguirre; CARMONA, Antonio Rodríguez, *Evangelios sinópticos y Hechos de los Apóstoles*, Verbo Divino, 7.ª Edición, Estella, 2003.
- MOUNIER, Emmanuel, *Introdução aos Existencialismos*, Livraria Morais Editora, Lisboa, 1963.
- MOUNIER, Emmanuel, *Manifesto ao Serviço do Personalismo*, Livraria Morais Editora, Lisboa, 1967.
- MOUNIER, Emmanuel, *O Personalismo*, Livraria Morais Editora, Lisboa, 2ª Edição, 1964.
- NEVES, Joaquim Carreira das, *Escritos de São João*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2004.
- NEVES, Joaquim Carreira das, *Evangelhos Sinópticos*, Universidade Católica Editora, 2.ª edição, Lisboa, 2004.
- NEVES, Joaquim Carreira das, *São Mateus*, Bíblia / trad. Vulgata. Lisboa: Três Sinais Editores, Lisboa, 2000.
- OLIVEIRA, José H. Barros de, *Psicologia da Religião*, Livraria Almedina, Coimbra, 2000.
- PAJER, Flávio Fr., *A Educação Religiosa nos Países Europeus*, estudo realizado em 2002. [Consultado em 27 de novembro de 2015] Disponível em:

<http://www.educris.com/v2/95-programa-e-materiais-de-apoio-ao-professor/862-educacao-religiosa-nos-paises-europeus>.

- PAJER, Flávio Fr., *O ensino da religião na União Europeia: Modelos, tendências, desafios*, Pastoral Catequética nº8 (2007).
- PANNENBERG, Wolfhart, *Antropología en Perspectiva Teológica*, Verdad e Imagen, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1993.
- PANNENBERG, Wolfhart, *El destino del hombre*, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1981.
- PEDROSA, V. M<sup>a</sup>; NAVARRO, M<sup>a</sup>; LÁZARO, SASTRE, J, *NDC*, San Pablo, Madrid, 1999.
- PEÑA, Juan L. Ruiz de la, *El don de Dios, Antropología teológica especial*, Presencia Teológica, Editorial Sal Terrae, 3<sup>a</sup> edición, Santander.
- PEÑA, Juan L. Ruiz de la, *Imagen de Dios, Antropología teológica fundamental*, Presencia Teológica, Editorial Sal Terrae, 4<sup>a</sup> edición, Santander.
- PEÑA, Juan L. Ruiz de la, *Teología de la creación*, Presencia Teológica, Editorial Sal Terrae, 5<sup>a</sup> edición, Santander.
- PIAJET, Jean; INHELDER, Bärbel, *A Psicologia da Criança*, Edições Asa, 3<sup>a</sup> Edição, Lisboa, 1997.
- PIANA, G. “Doctrina social de la Iglesia”, *NDTM*, pág. 402 – pág. 434.
- PIKASA, Xabier, *Antropología Bíblica, Del árbol de juicio al sepulcro de pascua*, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1993.
- PINTO, Vítor Feytor, *Sexualidade Humana, Egiências éticas e comportamentos saudáveis*, Paulus Editora, Lisboa, 2014.
- PRO DIGNITATE, Fundação para os Direitos Humanos, ARQUIDIOCESE DO LUBANGO, *Direitos Humanos Textos para acções de formação*, Gráfica de Coimbra, Lda., Coimbra.
- PULIDO, Manuel Lázaro – *El Hombre Lugar de Encuentro con Dios, Reflexiones sobre el hombre y la creación desde una lectura franciscana*, UCP 2012. Texto policopiado.
- RAMOS, Julio A., *Teología Pastoral*, Sapientia Fidei, BAC Editora, 2<sup>a</sup> Edición, Madrid, 1999.
- RAPOSO, Mário, *Uma Perspectiva Sobre os Direitos do Homem*, Ministério da Justiça, Lisboa, 1980.

- SALAS, Antonio; GEVAERT, Joseph; GIANNATELLI, Roberto, *Didáctica de la Enseñanza de la Religión*, Editorial CCS, Madrid, 1993.
- SESBOÛÉ, Sj, Bernard, *O Deus da Salvação*, Tomo 1, Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2002.
- SILVA, José Dias da, *Viver o Evangelho Servindo a Pessoa e a Sociedade, Iniciação à Doutrina Social da Igreja*, Gráfica de Coimbra, Coimbra.
- SPRINTHALL, Norman A., SPRINTHALL, Richard C., *Psicologia Educacional*, Editora McGraw-Hill de Portugal, Amadora, Portugal, 2007.
- STILWELL, Peter, *Caminhos da Justiça e Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Editora Rei dos Livros, 4ª Edição, Lisboa, 2002.
- VÁRIOS, Autores, *Direitos Humanos, Deveres para o Novo Milénio*, Paulus Editora, Portugal, 1ª Edição, 1998.
- VIDAL, Marciano, *Moral de La Persona y Bioética Teológica* (Moral de Actitudes, II-1.ª Parte), Editorial PS, 8ª Edição, Madrid, 1991.
- WOLBERT, Werner, “Dignidad humana”, *NDMC*, pág. 146 – pág. 149.
- ZAGHENI, G, *La Edad Moderna, Curso de historia de la Iglesia*, San Pablo, Madrid, 1995.
- ZAMBARBIERI, Annibale, *Los Concilios del Vaticano*, San Pablo Edições, Madrid, 1995.
- ZUBIRI, Xavier, *El Hombre y Dios*, Alianza Editorial, Fundación Xavier Zubiri, Madrid 7.ª Edición, 2003.

### **III. Textos do Magistério.**

- CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral Sobre a Educação: «*Direito e Dever - Missão Nobre ao Serviço de Todos*», 2002 [Consultado em 27 de setembro de 2015] Disponível em: <http://www.educris.com/v2/101-conferencia-episcopal-portuguesa/893-carta-pastoral-sobre-a-educacao-direito-e-dever---missao-nobre-ao-servico-de-todos>.
- CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade*, 2006 [Consultado em 27 de setembro de 2015] Disponível em: <http://www.educris.com/v2/101-conferencia-episcopal-portuguesa/891-a-educacao-moral-e-religiosa-catolica-um-valioso-contributo-para-a-formacao-da-personalidade>.

- CONSELHO PONTIFÍCIO DA CULTURA, CONSELHO PONTIFÍCIO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO, *Jesus Cristo, Portador da Água Viva; Uma Reflexão Cristã sobre a «Nova Era»*, Paulinas Editora, Lisboa, 2003.
- PAPA JOÃO PAULO II, *Conhecer o património do cristianismo e transmiti-lo de maneira autêntica*. Discurso aos participantes no Simpósio Europeu sobre o Ensino da Religião na Escola Pública. L'Osservatore Romano, ed. semanal em português, n.16, 21 de abril de 1991.
- PAPA BENTO XVI, *Caritas in Veritati*, [Consultado em 01 de setembro de 2015] Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf\\_ben-xvi\\_enc\\_20090629\\_caritas-in-veritate.html](http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html).
- PAPA BENTO XVI, *Deus Caritas Est*, Paulinas Editora, Lisboa, 2006.
- PAPA FRANCISCO, *Laudato Si' sobre o cuidado da casa comum*, Paulus Editora, Lisboa, 2015.
- PAPA FRANCISCO, *Lumen Fidei, Luz da Fé*, Paulus Editora, Lisboa, 2013.
- PAPA PAULO VI, *Discurso de su Santidade Pablo VI al Secretario General de las Naciones Unidas, Kurt Waldheim* [Consultado em 28 de agosto de 2015] Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/paul-vi/es/speeches/1972/february/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19720205\\_segretario-generale-onu.html](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/es/speeches/1972/february/documents/hf_p-vi_spe_19720205_segretario-generale-onu.html).
- PAPA PAULO VI, *Mensagem do Papa Paulo VI por ocasião do XXV Aniversário da Organização das Nações Unidas* [Consultado em 28 de agosto de 2015] Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/messages/pont-messages/documents/hf\\_p-vi\\_mess\\_19701004\\_xxv-onu.html](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/messages/pont-messages/documents/hf_p-vi_mess_19701004_xxv-onu.html).
- PAPA PAULO VI, *Mensaje de su Santidade Pablo VI en el XXV Aniversário de la Declaración Universal de los Derechos Humanos* [Consultado em 27 de agosto de 2015] Disponível em: [https://w2.vatican.va/content/paul-vi/es/messages/pont-messages/documents/hf\\_p-vi\\_mess\\_19731210\\_diritti-uomo.html](https://w2.vatican.va/content/paul-vi/es/messages/pont-messages/documents/hf_p-vi_mess_19731210_diritti-uomo.html).